



Câmara Municipal Valongo



Co-financiado



UNIÃO EUROPEIA



Governo da República Portuguesa



SEGURANÇA SOCIAL



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,  
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
(POEFDS)



## DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE VALONGO

Coordenação:

Júlia Mendes

Autoria:

Júlia Mendes

Lúcia Ramalho

Colaboração:

Adriano Aranda; Angelina Brandão; Angelina Ramalho; Arnaldo Droux; Carla Moreira; Carlos Silva; Carlos Valente; Célia Almeida; Conceição Moreira; Elisa Teixeira; Fátima Rocha; Fernanda Varela; Fernando Neto; Francisco Parreira; Hermínia Pinto; Ilda Soares; Isabel Reis; Lisete Oliveira; Manuela Martins; Manuela Rocha; Marcelo Carneiro; Paula Moreira; Raúl Alves; Rosa Branca; Rosa Maria Tavares; Rui Pedro Martins; Sérgio Inverneiro; Sofia Neiva; Susana Machado; Virgínia Varandas; Vítor Moura Pinheiro; Vítor Sá

Entidades promotoras:

Câmara Municipal de Valongo

Conselho Local de Acção Social de Valongo

Entidades Financiadoras:

União Europeia - Fundo Social Europeu

Governo da República Portuguesa - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Valongo, Maio de 2005

## ÍNDICE

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>I. A REDE SOCIAL EM VALONGO</b>	<b>6</b>
Rede Social: Princípios E Metodologia	7
Implementação Da Rede Social Em Valongo	10
<b>II. O CONCELHO DE VALONGO</b>	<b>12</b>
Enquadramento Histórico - Social do Concelho	13
Dinâmicas Sócio-Demográficas e Sócio-Familiares	17
<b>III. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO</b>	<b>38</b>
Emprego e Formação Profissional	39
Família e Intervenção Social	61
Saúde e Comportamentos de Risco	101
Educação	121
Habitação, Espaço Público e Segurança	138
Desenvolvimento Organizacional	155
<b>IV. PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO</b>	<b>165</b>
<b>V. GUIA DE RECURSOS</b>	<b>168</b>
<b>GLOSSÁRIO</b>	<b>189</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>197</b>

## **Apresentação**

Consciente da necessidade imperativa de fomentar a mobilização e responsabilização de toda a sociedade na erradicação das situações de pobreza e exclusão social, fenómenos por vezes estruturais e multidimensionais, a Câmara Municipal de Valongo tem vindo, nos últimos anos, a preconizar a implementação de práticas articuladas entre as várias instituições concelhias, que devem congregiar esforços no combate a estes fenómenos.

Foi essa preocupação que levou a Câmara a aderir à Implementação do Programa REDE SOCIAL no Concelho de Valongo, tendo dinamizado a constituição do Conselho Local de Acção Social de Valongo, uma “rede de instituições” concelhias onde estão representadas, actualmente, mais de 40 entidades.

Sabemos que é no território que se detectam as necessidades e os recursos e sabemos também que a resolução eficaz dos problemas passa pela sua identificação, pelo que se procedeu à elaboração do Diagnóstico Social Concelhio, documento que agora se apresenta e que resulta da participação e envolvimento dos parceiros.

Este documento, instrumento de trabalho valioso e inovador, permitirá “atacar” os problemas na sua raiz, será orientador das intervenções futuras, na medida em que é o retrato do nosso Concelho, apresentando o levantamento dos problemas/ necessidades, recursos e potencialidades do Concelho, bem como as prioridades de intervenção definidas pelo CLAS de Valongo. Foi efectuado de forma concreta, objectiva e participada, sem artifícios, não omitindo as situações que, embora menos agradáveis, têm que ser diagnosticadas para poderem ser corrigidas e será a base de trabalho para o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo.

Efectivamente o passo seguinte consiste em encontrar estratégias e respostas para as necessidades diagnosticadas e definir os objectivos para o Concelho a médio prazo, processo que deverá continuar a contar com a participação de todos os parceiros da Rede Social de Valongo, participação essa que aproveitamos para, desde já, agradecer.

Apesar de termos consciência de que existe ainda um longo caminho a percorrer, acreditamos que, todos juntos, congregando sinergias, vamos dar mais um passo decisivo via ao desenvolvimento sustentável do Concelho de Valongo, para o que contamos com todos.

O Presidente da Câmara Municipal de Valongo  
Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo (Dr.)

## Introdução

O Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, elaborado no âmbito da Implementação do Programa REDE SOCIAL, constitui-se como o retrato do Concelho de Valongo, baseado num processo participado de levantamento de problemas/necessidades, que contou com a colaboração de técnicos e dirigentes das várias instituições parceiras.

A elaboração do presente documento surge da necessidade de **conhecer para intervir**, introduzindo o planeamento estratégico na intervenção social por forma a evitar intervenções isoladas e sobrepostas. Pretende-se que este documento possibilite o conhecimento aprofundado da realidade concelhia, através da identificação das necessidades e também dos recursos locais, sendo esta etapa condição fundamental para o planeamento da intervenção local, que será inscrita no Plano de Desenvolvimento Social- PDS.

Na primeira parte procede-se ao enquadramento do Programa REDE SOCIAL, elencando os seus princípios de acção e metodologias, bem como do processo de implementação da REDE SOCIAL no Concelho de Valongo.

Na segunda parte caracteriza-se o Concelho, com um breve enquadramento histórico-social e a apresentação das dinâmicas sócio-demográficas e sócio-familiares, procedendo-se a análise comparativas em termos territoriais - Área Metropolitana do Porto, Norte e Portugal – e temporais, reportando-se ao último período inter-censitário.

No capítulo III são explanados os diferentes domínios de intervenção em torno dos quais se organizou o processo de elaboração de diagnóstico participado, que são os seguintes:

- Emprego e Formação Profissional
- Família e Intervenção Social
- Saúde e Comportamentos de Risco
- Educação
- Habitação, Espaço Público e Segurança
- Desenvolvimento Organizacional

No Capítulo IV apresenta-se o resultado do processo de delimitação das prioridades de intervenção para o Concelho, com base no seu grau de importância e urgência, consensualizados pelos parceiros.

O Capítulo V integra o Guia de Recursos Locais, uma compilação de Serviços e Equipamentos Sociais, Educativos, de Saúde, de Emprego e Formação Profissional cuja área de intervenção é o Concelho de Valongo. Junto ao Guia são anexados os conceitos e nomenclaturas dos Serviços e Equipamentos Sociais, por forma a facilitar a sua leitura.

Para finalizar, e igualmente com o objectivo de facilitar a leitura do Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, foi elaborado um Glossário, onde se procede à definição dos principais conceitos utilizados ao longo do documento.

## I. A REDE SOCIAL EM VALONGO

---

## **REDE SOCIAL: PRINCÍPIOS E METODOLOGIA**

Actualmente é consensual que os fenómenos de pobreza e exclusão social têm um carácter multidimensional, tocando vários sectores da sociedade, como o social, o económico ou o ambiental. Como tal, torna-se fundamental a articulação de todas as políticas sectoriais ao nível local, regional e nacional, para o combate eficaz a estes fenómenos.

É neste contexto que surge o **Programa REDE SOCIAL**, uma medida de política social que possui uma perspectiva territorializada da intervenção e que procura estimular a articulação das intervenções em cada território, bem como a participação e envolvimento de todos os actores locais.

**Programa  
REDE SOCIAL**

O Programa REDE SOCIAL foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que define a REDE SOCIAL como **“um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar”**, que concentrem esforços com a finalidade de combater a pobreza e exclusão social numa perspectiva de promoção do **desenvolvimento social**.

**Desenvolvimento  
Social**

A noção de Desenvolvimento Social<sup>1</sup>, que nasceu na Cimeira Mundial do Desenvolvimento Humano que se realizou em Copenhaga, em 1995, assenta em 3 pilares fundamentais:

- a erradicação da pobreza, com a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis;
- a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho;
- a integração social entendida como a construção de uma sociedade justa.

---

<sup>1</sup> Ver Glossário



Assim, a REDE SOCIAL, que assenta nos princípios da **subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação**, define os seguintes objectivos estratégicos:

- desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais;
- garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias;
- promover um planeamento integrado e sistemático, introduzindo uma estratégia participada de planeamento da intervenção social.

**Princípios de  
Acção da  
REDE SOCIAL**

A Câmara Municipal de Valongo, que aderiu ao Programa REDE SOCIAL em Fevereiro de 2003, assumiu a sua implementação no Concelho de Valongo atendendo aos princípios de acção, orientações e objectivos definidos pelo Programa, tendo dinamizado a constituição do **Conselho Local de Acção Social de Valongo (CLAS)**. O CLAS de Valongo, que se constituiu em Julho de 2003 e que é actualmente composto por cerca de 40 entidades, é uma parceria que funciona como uma plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social a nível concelhio, com vista ao aumento da eficácia e da eficiência das respostas locais.

**CLAS de  
Valongo**

No que respeita à proposta metodológica da REDE SOCIAL, que assenta no **planeamento estratégico**, ela surge como resposta à necessidade de conhecer e compreender as condições de desenvolvimento local e não intervir apenas sobre as suas manifestações, fomentando o planeamento e a definição de estratégias de intervenção concelhias baseada em diagnósticos sociais participados.

**Planeamento  
Estratégico**

E exactamente porque a participação é um princípio de acção da REDE SOCIAL fundamental, promoveu-se a realização de um Workshop de diagnóstico e planeamento participado, com a duração de 5 dias, que contou com a participação de diversos agentes locais, entre técnicos e dirigentes das diferentes instituições concelhias. O referido Workshop desenvolveu-se com base na técnica participativa "Nuvem de Problemas"<sup>2</sup>, que permitiu a visualização e dimensionamento dos problemas sociais concelhios, agrupados em problemáticas.

**Workshop  
Diagnóstico  
Participado**

---

<sup>2</sup> Ver Glossário

Em torno das diferentes problemáticas constituíram-se **Grupos Temáticos**, que são equipas de trabalho específicas, compostas por técnicos, dirigentes e especialistas nas diferentes problemáticas, com os quais se procedeu à realização de inúmeros Workshops para aprofundamento do Diagnóstico Social, com base em instrumentos como a **Matriz SWOT**<sup>3</sup> e o **Modelo Eisenhower**<sup>4</sup>.

Os Grupos Temáticos criados foram os seguintes:

- Emprego e Formação Profissional;
- Família e Intervenção Social;
- Saúde e Comportamentos de Risco;
- Educação;
- Habitação, Espaço Público e Segurança;
- Desenvolvimento Organizacional.

O presente documento encontra-se organizado de acordo com estes domínios de intervenção, apresentando, para cada um deles, as *fraquezas, forças, oportunidades e ameaças*<sup>5</sup> concelhias, de acordo com a matriz SWOT. No sentido de facilitar a leitura do documento estes elementos aparecem redigidos a cores diferentes: as fraquezas a **Vermelho**, as forças a **Azul**, as oportunidades a **Cor-de-laranja** e as ameaças a **Roxo**.

Para finalizar o processo de Diagnóstico Social procedeu-se à definição das Prioridades de Intervenção para o Concelho, em Sessão Plenária do CLAS de Valongo, tendo-se recorrido à utilização do *Modelo Eisenhower*. As prioridades para o Concelho constituirão a base do Plano de Desenvolvimento Social, instrumento de planeamento e gestão da intervenção local, próximo passo no processo de planeamento estratégico.

---

<sup>3</sup> Ver Glossário

<sup>4</sup> Ver Glossário

<sup>5</sup> Ver Glossário

## **IMPLEMENTAÇÃO DA REDE SOCIAL EM VALONGO**

### **Novembro de 2002**

- Apresentação de Candidatura pela Câmara Municipal de Valongo ao Programa de Apoio à Implementação da REDE SOCIAL

### **Fevereiro de 2003**

- Assinatura do Termo de Aceitação de Aprovação da Candidatura ao Programa REDE SOCIAL

### **16 de Abril de 2003**

- Sessão Pública de Informação sobre a REDE SOCIAL
- Constituição do Núcleo Dinamizador

### **2 de Julho de 2003**

- 1.ª Sessão Plenária do Conselho Local de Acção Social (CLAS) de Valongo
- Constituição do CLAS de Valongo
- Aprovação do Regulamento Interno do CLAS de Valongo
- Constituição do Núcleo Executivo

### **14 de Novembro de 2003**

- 2.ª Sessão Plenária do CLAS de Valongo
- Aprovação do Plano de Trabalho do Núcleo Executivo

### **14 de Abril de 2004**

- 3.ª Sessão Plenária do CLAS de Valongo
- Divulgação de dados sócio-demográficos do Concelho

**Maio/Junho de 2004**

- Realização do Workshop “Elaboração de Diagnóstico Social Participado”, nos dias 31 de Maio, 3, 4 e 9 de Junho, sob orientação do Prof. Doutor Ulrich Schiefer, que contou com a participação de 22 Técnicos com intervenção no Concelho
- Realização do Workshop “Organizações e Redes”, no dia 18 de Junho, no qual participaram 45 pessoas, entre técnicos e dirigentes de instituições privadas e da administração pública.

**Agosto/Setembro de 2004**

- Criação de Grupos Temáticos em torno das problemáticas concelhias identificadas nos Workshops, que são equipas de trabalho constituídas por técnicos, dirigentes e especialistas nas diferentes problemáticas, com o objectivo de aprofundar o diagnóstico social, definir as prioridades dentro de cada problemática e, posteriormente, trabalhar os objectivos para o Concelho, fazendo a passagem para o Plano de Desenvolvimento Social.

**Outubro de 2004 a Março de 2005**

- Realização de 24 Sessões de trabalho com os diferentes Grupos Temáticos, com os quais se utilizaram as técnicas participativas Matriz SWOT e Modelo Eisenhower.

**7 de Abril de 2005**

- 4.<sup>a</sup> Sessão Plenária do CLAS de Valongo
- Discussão do Diagnóstico Social Concelhio
- Definição das Prioridades de Intervenção do Concelho de Valongo

## II. O CONCELHO DE VALONGO

---

## **ENQUADRAMENTO HISTÓRICO - SOCIAL DO CONCELHO**

A criação do Concelho de Valongo remonta a 28 de Novembro de 1836 e ocorre no contexto da reforma administrativa do país, durante o reinado de D. Maria II, integrando as freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo.

**Em termos históricos**, a presença romana no Concelho em tempos idos foi bastante significativa, tendo o nome do Concelho origem na expressão latina “Vallis Longus” - que significa Vale Longo - devido à grande extensão do vale onde se encontra situado, entre as Serras de Pias, Santa Justa e do Castiçal, nas bacias hidrográficas dos rios Leça e Ferreira. A abundância dos rios que atravessam o território tornou-o, desde cedo, atractivo para os povos que aqui se terão fixado desde épocas remotas, assumindo particular expressão a presença do povo romano.

Constituiu um forte núcleo de extracção mineira de ouro, explorado por árabes e romanos nas Serras de Santa Justa e Pias e que deixou como legado os Fojos, buracos enormes correspondentes às entradas das minas e que constituem, actualmente, um pólo de interesse e atracção turístico.

**Em termos económicos**, grande parte da população dedicava-se, inicialmente, à agricultura e pastorícia, mas, utilizando os cursos de água abundantes, que permitiam a construção e funcionamento de moinhos, assistiu-se ao desenvolvimento da indústria panificadora. Esta indústria assumiu um papel preponderante no desenvolvimento de toda a região e, em finais do século XVIII, Valongo transformou-se no centro abastecedor de pão de toda a região envolvente, tendo sido popularizados a regueifa, as tostas e os biscoitos.

Além da indústria de panificação e da extracção mineira – “ouro dourado e do ouro branco” (Pacheco, 1986: 167) – Valongo possuía ainda uma outra riqueza, o “ouro da pedra preta” (Pacheco, 1986: 167): a ardósia. A ardósia começou a ser aproveitada industrialmente a partir de 1865 para a construção de edifícios, muros e pavimentos, tendo também tido uma utilização generalizada nas escolas.



Entretanto, ao longo do tempo, outras actividades económicas foram-se desenvolvendo no Concelho, nomeadamente, metalomecânica, metalurgia, têxtil, construção civil e obras públicas, passando gradualmente a agricultura a ter um carácter residual, praticando-se essencialmente para autoconsumo.

Actualmente Valongo tem uma tradição industrial própria, que se centra basicamente na Indústria Transformadora, e que era já bem visível nos anos 70. Efectivamente, ao longo dos últimos anos foram-se instalado no Concelho algumas grandes empresas, que se constituíram como fortes pólos empregadores de pessoas essencialmente residentes no Concelho, e cuja implantação no Concelho traduz, de forma inequívoca, a capacidade de gerar localmente emprego.

No entanto, entre 1985 e 1990 a estrutura sectorial da Indústria Transformadora do Concelho de Valongo sofreu uma crise significativa, que se traduziu principalmente numa acentuada quebra de emprego no ramo têxtil, quebra que não foi compensada por alguns aumentos que se verificaram em outros sectores como os Produtos Minerais e Alimentares.

Efectivamente assistiu-se à falência de duas empresas com actividade no sector têxtil implantadas no Concelho de Valongo - a Wandschneider e a Cifa -, que causou o desemprego de milhares de pessoas, a maioria residente no município. A Wandschneider, que faliu em 1989, empregava cerca de 700 pessoas, e a Cifa, que faliu em 1987, contava com um contingente de cerca de 1700 funcionários.

Além desta situação do passado recente, actualmente assiste-se novamente a uma situação de crise que afecta uma outra grande empresa, a Lear Corporation Portugal, que está localizada no Concelho de Valongo desde 1999, após a aquisição da empresa UTA, cuja data de início de actividade remonta a 1988, e que se dedica à concepção e produção de cablagens de automóveis. A empresa passa por um momento de dificuldade, associado, entre outros factores, ao aumento do preço do petróleo, e tem procedido, gradualmente, ao despedimento de inúmeros trabalhadores: empregava inicialmente cerca de 2000 trabalhadores e conta actualmente com um contingente de cerca de 800 funcionários.

Uma das indústrias que mais se desenvolveu nos últimos anos foi a da construção civil, assistindo-se ao desenvolvimento e crescimento do Concelho e um aumento da população residente. O desenvolvimento da construção ocorreu de forma ordenada paralelamente ao aparecimento de zonas industriais, nomeadamente em Campo, Alfena e Sobrado.

**Na área da intervenção social**, apenas na última década se assistiu a um crescimento acentuado do sector social, com o desenvolvimento de inúmeros projectos de intervenção comunitária, que muito têm contribuído para o desenvolvimento da comunidade local.

A Câmara Municipal de Valongo tem desenvolvido esforços no sentido de contribuir para este desenvolvimento social, tendo procedido à construção de habitação social, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento – PER – que permitiu o realojamento de 628 famílias. A política de habitação prosseguida pela Câmara teve como preocupação fundamental a qualidade da construção e a dimensão dos Empreendimentos integrando-os na malha urbana. Além disso os Empreendimentos, de dimensão reduzida, encontram-se distribuídos pelas 5 freguesias, por forma a não desenraizar as famílias da sua freguesia de origem e a evitar a criação de “ghetos”. Complementarmente, os Empreendimentos foram, na sua maioria, dotados de equipamentos sociais e desportivos, e foi promovido o associativismo de modo a facilitar o processo de inserção social das famílias.

Paralelamente a autarquia desenvolveu, desde 1994, alguns Projectos de Luta Contra a Pobreza e o Programa Ser Criança, tais como o **Projecto de Luta Contra a Pobreza Valorizar** (1994-1997), o **Projecto Crescer** (1997-2000), o **Projecto LEME** (1996-1999) e o **Projecto de Luta Contra a Pobreza Empregar** (1999-2004). Além disso, o Sector de Acção Social da Câmara, que se transformou em Divisão de Acção Social, viu aumentar substancialmente o número de Técnicos de Intervenção Social na autarquia, que **passou de 3 técnicos de Serviço Social, em 1994, para uma equipa multidisciplinar composta actualmente por 15 Técnicos de várias áreas como Serviço Social, Sociologia, Psicologia e Educação Social.**

Além disso, tem vindo a promover acções de formação profissional com o objectivo de integrar os cidadãos no mercado de trabalho, tais como Escolas-Oficina e Inserção Emprego.

Também no que respeita às instituições de solidariedade social, apenas nos últimos anos se assistiu ao aumento substancial do número de instituições, com a criação de algumas associações e Centros Sociais e Paroquiais. Este aparecimento de novas instituições acarretou consequentemente um aumento do número de equipamentos e respostas sociais bem como do número de Técnicos de Intervenção Social a operar no Concelho, ao contrário do que acontecia há alguns anos atrás.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos pela autarquia e pelas diferentes instituições de intervenção social concelhias, os factos de ordem económica e social da história recente do Concelho mencionados não podem, de forma alguma, ser dissociados dos problemas que actualmente afectam o Município, e que são elencados no presente Diagnóstico, alguns deles estruturais e de âmbito nacional.

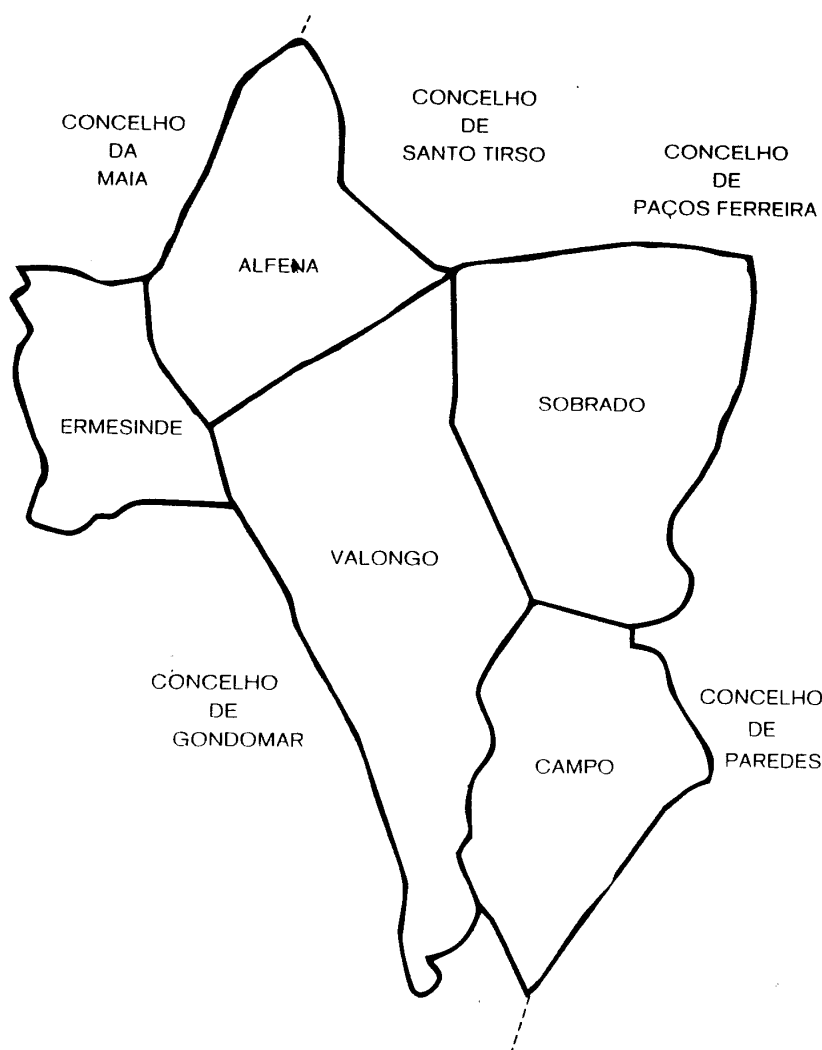
São factores que têm repercussões ao longo de vários anos e aos mais variados níveis, desde o Emprego, até aos níveis de Educação e Formação, passando pela protecção social, pelos níveis de rendimentos e pela Saúde.

## **DINÂMICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-FAMILIARES**

O Concelho de **Valongo** situa-se no Distrito do Porto, que é composto por 17 concelhos, e é constituído por 5 freguesias, designadamente, **Alfena**, **Campo**, **Ermesinde**, **Sobrado** e **Valongo**, freguesia capital do Concelho. Abrange uma área de **75,7 Km<sup>2</sup>**, está limitado pelos Concelhos de Santo Tirso, Maia, Gondomar, Paredes e Paços de Ferreira e, segundo os resultados definitivos dos Censos 2001, tem **86.005 habitantes**.

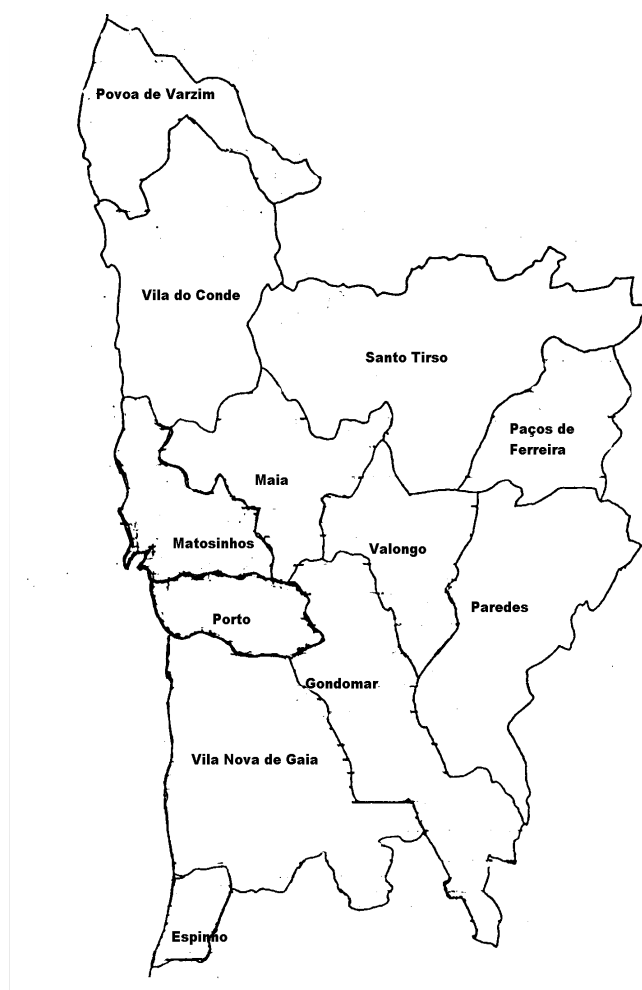
**86005**  
habitantes

Figura 1 – Concelho de Valongo



Insere-se no NUT III **Grande Porto** e na Área Metropolitana do Porto (AMP), que, em termos territoriais, são coincidentes, pois integram os Concelhos de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, **Valongo**, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. É ainda parte integrante da grande região **Norte** (NUT II), que engloba **86 concelhos** e tem uma área total de **21.289 Km<sup>2</sup>**.

Figura 2 - Área Metropolitana do Porto



De acordo com o último momento censitário, o **Norte** (NUT II) concentra cerca de **3.687.000 habitantes** (35.6% do total da população residente em Portugal), sendo a terceira NUTS II mais densamente povoada do país, com uma densidade populacional de **173,2 habitantes por Km<sup>2</sup>**. Relativamente a 1991 sofreu um acréscimo populacional de 6,2%, valor superior ao registado a nível nacional (5%) mas

significativamente inferior ao do **Concelho de Valongo, que registou um aumento populacional de 16%**, tendo passado de 74.172 habitantes em 1991 para 86.005 em 2001.

**Aumento populacional de 16%**

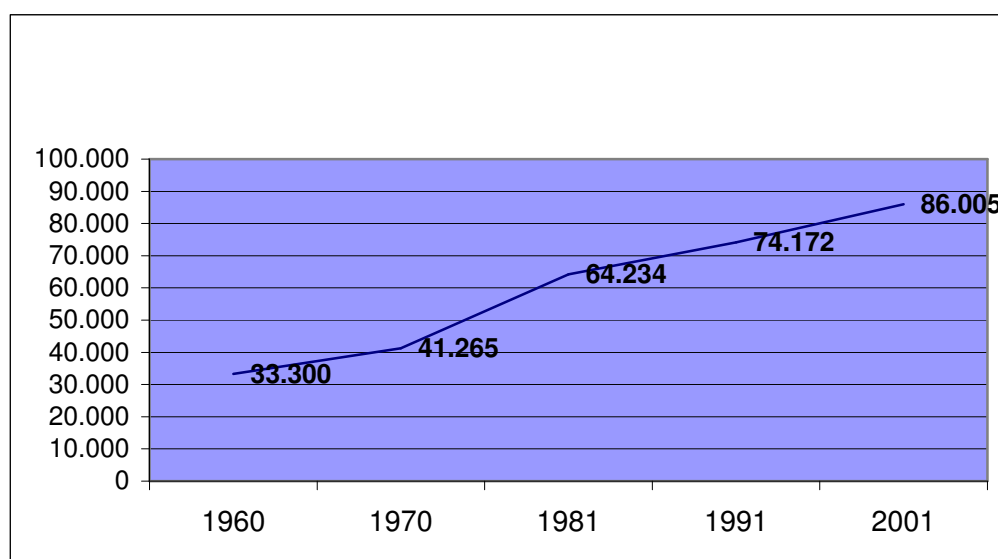
Quadro 1 - *Evolução da População Residente no Concelho de Valongo, Grande Porto, Norte e Portugal (1981-2001)*

Zona Geográfica	1981	1991	2001
Valongo	<b>64.234</b>	<b>74.172</b>	<b>86.005</b>
Grande Porto	1.117.920	1.167.800	1.260.680
Norte	3.410.099	3.472.715	3.687.293
Portugal	9.336.760	9.356.500	10.356.117

Fonte: INE, Censos (1981, 1991 e 2001).

Analisando a evolução da população residente no Concelho desde 1960 (gráfico 1), pode-se constatar que o Concelho registou um crescimento populacional contínuo, verificando-se um aumento do número de residentes mais acentuado entre 1970 e 1981(+55,6%), fenómeno provavelmente associado ao 25 de Abril, mais concretamente ao retorno de emigrantes e de residentes nas ex-colónias.

Gráfico 1 - *Evolução da População Residente no Concelho de Valongo (1960-2001)*





Uma análise dos Concelhos que integram a AMP (quadro 2) permite concluir que, no período compreendido entre 1960 e 2001, a evolução da população residente nos diferentes Concelhos aconteceu a um ritmo desigual e, até, em sentidos opostos. Por um lado, temos o Concelho de **Valongo** que, nestas quatro décadas, viu a sua população aumentar **158,2%**, destacando-se como o Concelho da AMP que, neste período, registou um maior crescimento populacional, por outro lado, o Concelho do Porto, que apresentou uma variação negativa, isto é, uma diminuição da população residente na ordem dos 13,2%.

Quadro 2 - *Evolução da População Residente nos Concelhos da AMP (1960-2001)*

Zona Geográfica	1960	1970	% 60-70	1981	% 70-81	1991	% 81-91	2001	% 91-01	% 1960-2001
Espinho	23.084	29.800	+29	32.409	+10,4	34.956	+6,2	33.701	-3,6	+45,9
Gondomar	84.599	105.075	+24,2	130.751	+24,4	143.178	+9,5	164.096	+14,6	+93,9
Maia	53.643	63.980	+18,7	81.679	+27,6	93.151	+14	120.111	+28,9	+123,9
Matosinhos	91.017	109.225	+20	136.498	+24,9	151.682	+11,1	167.026	+10,1	+83,5
Porto	303.424	301.655	-0,5	327.368	+8,5	302.472	-7,6	263.131	-13	-13,2
Póvoa de Varzim	40.444	42.890	+6	54.248	+26,4	54.788	+0,9	63.470	+15,8	+56,9
<b>VALONGO</b>	<b>33.300</b>	<b>41.265</b>	<b>+23,9</b>	<b>64.234</b>	<b>+55,6</b>	<b>74.172</b>	<b>+15,4</b>	<b>86.005</b>	<b>+16</b>	<b>+158,2</b>
Vila do Conde	48.806	53.570	+9,7	64.402	+20,2	64.836	+0,6	74.391	+14,7	+52,4
Vila Nova de Gaia	157.367	180.875	+14,9	226.331	+25,1	248.565	+9,8	288.749	+16,2	+83,4
Grande Porto	835.684	928.335	+11,1	1.117.920	+20,4	1.167.800	+4,5	1.260.680	+8	+50,9

Fonte: INE, Censos (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)

Analisando a variação da população residente no Grande Porto (NUT III), constata-se que esta aumentou 57,6%, valor inferior ao crescimento registado nos Concelhos de Valongo, Maia (123,9%), Gondomar (93,9%) ou Vila Nova de Gaia (83,4%). Tal facto pode indiciar que o aumento de população registado nestes concelhos, designadamente em Valongo, resulta, em grande parte, das migrações entre os Concelhos da AMP.

Relativamente ao último período intercensitário, Valongo registou o 3º maior crescimento populacional da AMP (+16%), antecedido pelos Concelhos de Vila Nova de Gaia (+16,2%) e da Maia (+28,9%), enquanto os Concelhos de Espinho e do Porto, no mesmo período, tiveram um decréscimo da população residente na ordem dos

3,6% e 13%, respectivamente. Não se pode deixar de destacar o facto do Concelho do Porto assistir continuamente a uma perda da população residente para os concelhos periféricos, apesar de constituir um pólo de emprego importante.

Não obstante este decréscimo da população residente, o concelho do Porto continua a ser o que apresenta uma maior densidade populacional, com 6.350,5 habitantes por Km<sup>2</sup>, de acordo com os dados sistematizados no quadro 3.

Quadro 3 - *Alguns Indicadores Genéricos da AMP (2001)*

Zona Geográfica	Área	Freguesias (n.º)	População Residente	Densidade Populacional
Espinho	21,1 Km2	5	33.701	1.594,3 hab/Km2
Gondomar	131,4 Km2	12	164.096	1.248,5 hab/Km2
Maia	83,2 Km2	17	120.111	1.443,6 hab/Km2
Matosinhos	61,9 Km2	10	167.026	2.698,3 hab/Km2
Porto	41,5 Km2	15	263.131	6.350,5 hab/Km2
Póvoa de Varzim	82,1 Km2	12	63.469	773,1 hab/Km2
<b>VALONGO</b>	<b>75,8 Km2</b>	<b>5</b>	<b>86.005</b>	<b>1.134,6 hab/Km2</b>
Vila do Conde	149,0 Km2	30	74.391	499,3 hab/Km2
Vila Nova de Gaia	168,7 Km2	24	288.749	1.711,6 hab/Km2
Grande Porto	814,8 Km2	130	1.260.680	1.547,2 hab/Km2

Fonte: INE, Censos 2001 e Anuário Estatístico da Região Norte 2002

Valongo é, em termos de área geográfica e de número de pessoas residentes, o 6º maior Concelho da AMP e o 3º menos densamente povoado (1.134,6 hab/Km<sup>2</sup>), com uma densidade populacional apenas mais elevada que a dos Concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Este valor, que se situa abaixo da média registada no Grande Porto (1.547,2 hab/Km<sup>2</sup>) é, no entanto, bastante superior ao registado na NUT II Norte (173,2 habitantes por Km<sup>2</sup>).

Todavia, uma análise do quadro 4 permite verificar que existem, a este nível, acentuadas diferenças entre as 5 freguesias do Concelho, salientando-se a freguesia de Ermesinde como a mais populosa - concentra cerca de 45% da população concelhia - e a menos extensa.

**Densidade populacional:**  
**1.134,6 hab/Km<sup>2</sup>**

Quadro 4 - Alguns Indicadores Genéricos das Freguesias do Concelho de Valongo (2001)

Freguesias	Área Total	N.º residentes	Densidade populacional
Alfena	11,1 Km <sup>2</sup>	13.665	1227,1 hab/Km <sup>2</sup>
Campo	13,3 Km <sup>2</sup>	8.645	650,5 hab/Km <sup>2</sup>
Ermesinde	7,6 Km <sup>2</sup>	38.315	5049 hab/Km <sup>2</sup>
Sobrado	22 Km <sup>2</sup>	6.682	304,2 hab/Km <sup>2</sup>
Valongo	21,8 Km <sup>2</sup>	18.698	859,1 hab/Km <sup>2</sup>

Fonte: INE, Censos 2001

Efectivamente, na freguesia de **Ermesinde**, com uma área de **7,6 Km<sup>2</sup>**, residiam em 2001, de acordo com os Censos, **38.315 habitantes**, o que significa uma **densidade populacional de 5049 hab/Km<sup>2</sup>**, valor muito acima das densidades das restantes freguesias e da média da AMP e aproximado da registada no Concelho do Porto (6.350,5 hab/Km<sup>2</sup>). No outro extremo, com a maior área e menor número de residentes, temos a freguesia de Sobrado, que apresenta uma densidade populacional muito baixa, de 304,3 habitantes por Km<sup>2</sup>.

Relativamente à freguesia sede de Concelho – Valongo – é, em termos de dimensão geográfica e de população, a 2ª maior, com uma área total de 21,8 Km<sup>2</sup> e 18.698 habitantes, apresentando, no entanto, uma densidade populacional de 859,1 hab/Km<sup>2</sup>, inferior à registada na freguesia de Alfena, onde residem 1227 habitantes por Km<sup>2</sup>.

No que concerne à evolução da população residente por freguesia no último período intercensitário (quadro 5), assistiu-se a um acréscimo do número de residentes em todas as freguesias, destacando-se Valongo como a freguesia que obteve um maior crescimento populacional, na ordem dos 42,7%, enquanto Sobrado viu a sua população aumentar apenas 1,1%, com mais 75 habitantes.

Quadro 5 - *Evolução da População Residente no Concelho de Valongo, por Freguesia (1991-2001)*

Freguesias	1991	2001	Variação	
			N	%
Alfena	12.129	13.665	+1.536	+12,7
Campo	7.918	8.645	+727	+9,2
Ermesinde	34.415	38.315	+3.900	+11,3
Sobrado	6.607	6.682	+75	+1,1
Valongo	13.103	18.698	+5.595	+42,7
TOTAL	74.172	86.005	+11.833	+16

Fonte: INE, Censos (1991, 2001).

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Norte 2002, em termos dos indicadores das dinâmicas sócio-demográficas (quadros 6 e 7), o **Concelho de Valongo** apresentava uma **taxa de nupcialidade de 6,4‰**, a mais elevada da AMP, situando-se também acima do valor médio de Portugal (5,7‰) e do Norte (6,2‰). Por outro lado a **taxa de divórcio**, que se cifrava em **1,3‰**, era a mais reduzida da AMP e inferior ao valor registado quer no País (1,8‰) quer no Norte, cuja taxa de divórcio era de 1,4‰.

**Os casamentos católicos no Concelho de Valongo** totalizavam **69,4%**, valor superior à média nacional e da AMP, enquanto os **Nados-Vivos fora do casamento** eram **18,1%**, valor inferior ao registado em Portugal e na AMP.

A **taxa de natalidade** elevada (**12,3‰**) relativamente à AMP (a 3ª mais elevada), ao Norte e a Portugal, é cerca do dobro da **taxa de mortalidade (6,8‰)**, originando uma **taxa de crescimento natural de 5,5‰** (2ª maior da AMP), taxa esta bastante elevada sobretudo no contexto nacional (0,7‰).

Quadro 6 - Alguns Indicadores Demográficos em 2001

	Valongo	Grande Porto	Norte	Portugal
Taxa de Natalidade	12,3‰	11,4‰	11,4‰	10,9‰
Taxa de Mortalidade	6,8‰	8,5‰	8,7‰	10,2‰
Taxa de Crescimento Natural	5,5‰	2,9‰	2,6‰	0,7‰
Taxa de Nupcialidade	6,4‰	5,7‰	6,2‰	5,7‰
Taxa de Divórcio	1,3‰	1,9‰	1,4‰	1,8‰
Taxa de Fecundidade	43,6‰	42,8‰	42,8‰	43,2‰
Nados Vivos Fora do Casamento	18,1%	21,4%	14,8%	23,8%
Casamentos Católicos	69,4%	67%	74%	62,5%
Índice de Envelhecimento	56,4%	81,8%	81,9%	103,6%
Índice de rejuvenescimento da população activa	186,1%	159,2%	166%	143%
Índice de sustentabilidade potencial	7,4	5,3	4,9	4,1

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2002

Continuando numa perspectiva de dinâmica sócio-demográfica, é de realçar que em 2001 o **Concelho de Valongo apresentava um índice de envelhecimento<sup>6</sup> de 56,4%**, ou seja, existem 56,4 idosos (com idade superior a 65 anos) por cada 100 jovens com idade inferior a 15 anos. Este valor é manifestamente inferior à média nacional (em Portugal existiam 103,6 idosos por cada 100 crianças) e aos valores registados no Norte (81,9%) e no Grande Porto (81,8%), sendo o **2º menos elevado da AMP**, apenas superior ao da Póvoa de Varzim (53,1%).

Para além disso, Valongo apresenta também o **segundo mais elevado índice de rejuvenescimento da população activa<sup>7</sup> do Grande Porto (186,1%)**, evidenciando uma grande capacidade de rejuvenescimento da sua população activa, superior também à da Região Norte e de Portugal.

Regista ainda um **índice de sustentabilidade potencial<sup>8</sup> muito elevado (7,4)** face ao Norte (4,9) e ao nacional (4,1), sendo mesmo **o mais elevado do Grande Porto**. Este índice significa que, em Valongo, residem cerca de 7 pessoas em idade activa (com idade entre os 15 e os 64 anos), logo potenciais activos, por cada idoso.

**Índice de envelhecimento: 56, 4%**

**Índice de rejuvenescimento da população activa: 186,1%**

**Índice de sustentabilidade potencial: 7,4**

<sup>6</sup> Ver Glossário

<sup>7</sup> Ver Glossário

<sup>8</sup> Ver Glossário

Estes dados revelam grandes potencialidades do Concelho em termos sócio-demográficos, apresentando-se como o 2º Concelho mais jovem da AMP e obtendo uma posição de claro destaque relativamente a Portugal, onde, em 2001, a proporção de idosos era superior à de jovens, e relativamente à Região Norte, não obstante tratar-se de uma das 3 Regiões mais jovens do País.

Quadro 7 - Comparação de alguns Indicadores Demográficos na AMP (2001)

Zona Geográfica	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Taxa de Crescimento Natural	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divórcio	Índice de Envelhecimento	Índice de rejuvenescimento da população activa	Índice de sustentabilidade potencial
Espinho	11,5	8,7	2,9	7,6	1,9	72,4	135,3	4,8
Gondomar	12,1	7,4	4,7	5,2	1,4	79,3	175,4	6,5
Maia	12,9	6,4	6,6	5,4	2,1	64,4	171,8	6,8
Matosinhos	10,8	7,7	3,2	5,1	2,0	82,2	152,8	5,8
Porto	9,3	12,4	-3,1	5,5	2,4	126,3	126,1	3,5
Póvoa de Varzim	13,7	8,3	5,3	7,2	1,9	53,1	200,6	6,2
<b>VALONGO</b>	<b>12,3</b>	<b>6,8</b>	<b>5,5</b>	<b>6,4</b>	<b>1,3</b>	<b>56,4</b>	<b>186,1</b>	<b>7,4</b>
Vila do Conde	11,5	8,0	3,5	7,2	1,4	61,4	171,1	6
Vila Nova de Gaia	11,7	7,5	4,2	5,8	1,7	79,1	169,3	6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2002 e Censos 2001

No entanto, Valongo não constitui excepção à tendência nacional e europeia de envelhecimento da população, assistindo-se, também ao nível concelhio, ao aumento da população com mais de 65 anos em detrimento da população jovem, que tem vindo a diminuir.

Com efeito, no que respeita aos grandes grupos etários (quadro 8), no período compreendido entre 1991 e 2001, verifica-se um ligeiro **decréscimo** na proporção dos **escalões etários mais jovens** e, simultaneamente, um acentuado **aumento** das **faixas etárias mais elevadas**.

Assistiu-se a uma diminuição dos residentes com menos de 15 anos (cuja variação foi de -6,8%) e, simultaneamente, a um substancial acréscimo dos residentes com mais de 65 anos de idade, que aumentou 59%, e viu a sua importância relativa na população total passar de 7,1% para 9,8%.



Quadro 8 - *População Residente no Concelho de Valongo Segundo Grandes Grupos Etários (2001)*

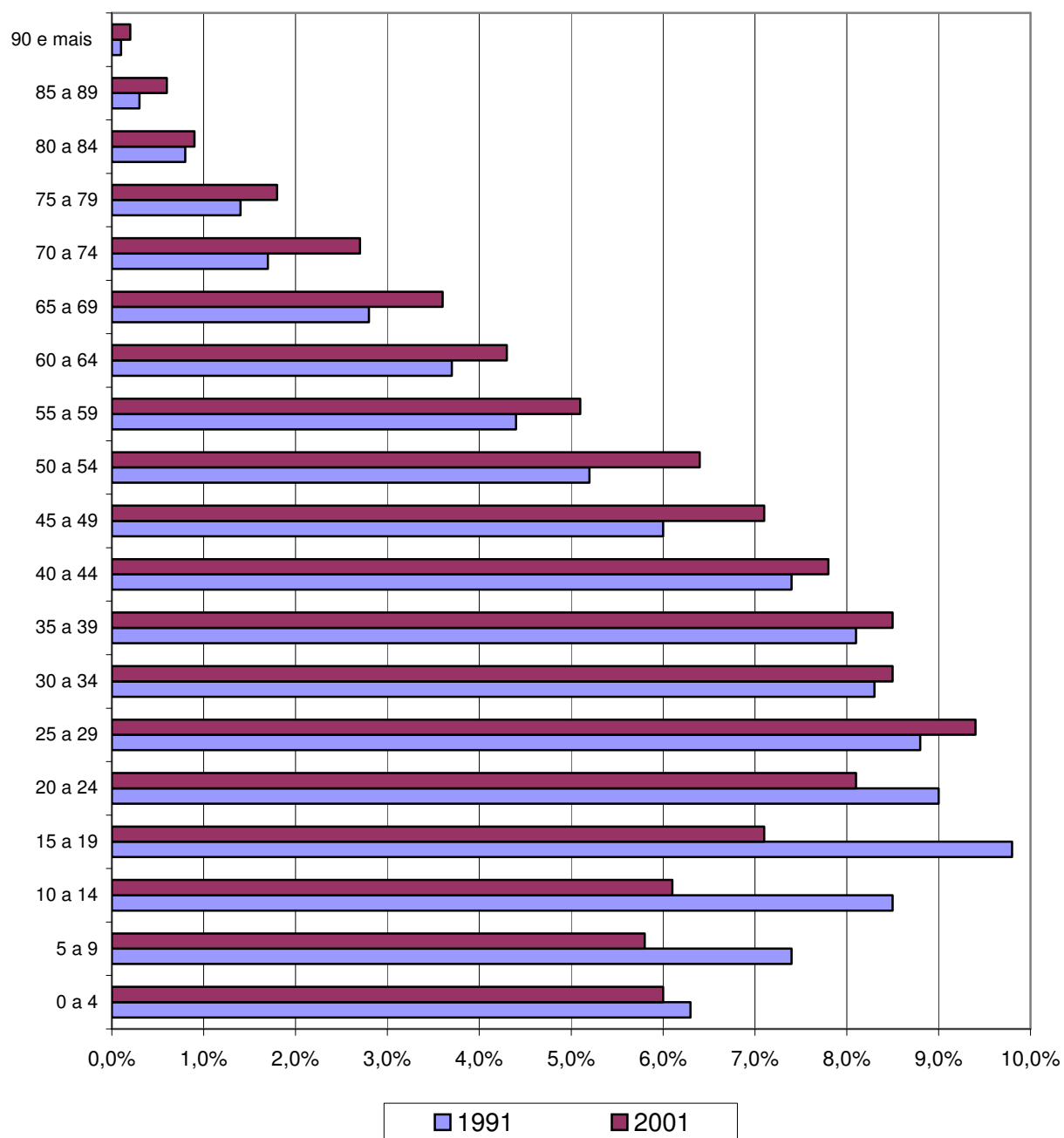
	0-14		15-24		25-64		65 ou +		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1991	16.466	22,2	13.937	18,8	38.470	51,9	5.299	7,1	74.172
2001	15.349	17,8	13.060	15,2	49.173	57,2	8.423	9,8	86.005
Varição	-1.117	- 6,8	-877	-6,3	+10.703	+27,8	+3124	+59	+11.833

Fonte: INE, Censos (1991, 2001)

Todavia este fenómeno não tem, a nível concelhio, a mesma expressão que a nível nacional, onde a proporção de indivíduos com menos de 15 anos em relação à população total diminui de 20% para 16%, enquanto a população com mais de 65 anos aumentou dos 13,6% para os 16,4%. A esta evolução correspondeu uma diminuição de 16% nos jovens e a um acréscimo de 26% nos idosos.

O fenómeno de envelhecimento demográfico no Concelho de Valongo está bem representado nas pirâmides etárias comparativas dos dois últimos momentos censitários, apresentadas de seguida, e caracteriza-se por um duplo envelhecimento, tal como acontece na generalidade do País.

Gráfico 2 - Pirâmide Etária (1991-2001)



Este fenómeno de duplo envelhecimento demográfico do Concelho de Valongo está bem patente na alteração do traçado da pirâmide. Esta alteração é mais significativa quer na base, que sofreu um estreitamento provocado pela redução da população jovem, consequência da diminuição dos níveis de natalidade, quer no topo, onde se regista o alargamento do desenho da pirâmide que corresponde ao incremento da população idosa, resultante do aumento da esperança média de vida.

Constata-se ainda que a população em idade activa (15-65 anos), apesar de ver aumentada a sua importância relativa na população total, tendo passado de 70,7% em 1991 para 72,4% em 2001, também foi afectada pelo fenómeno global de envelhecimento. Com efeito, o grupo dos adultos jovens (15-24) registou um decréscimo de 6,3%, enquanto o grupo dos adultos com idades entre os 25 e os 64 anos sofreu um aumento de 27,8%, isto apesar de Valongo registar, como já se viu, um **índice de rejuvenescimento da população activa muito elevado (186,1%)**.

Analizando a estrutura etária da população residente nas diferentes freguesias em 2001 (quadro 9), verifica-se que Ermesinde é a freguesia na qual a população idosa assume uma maior proporção relativamente à população total (11%) e, simultaneamente, os grupos etários 0-14 e 15-24 têm o menor peso (16,8% e 14,7%, respectivamente), apresentando-se como a freguesia mais envelhecida. Por outro lado, nas freguesias de Campo e Sobrado sucede exactamente o contrário, pois são as freguesias onde o grupo etário mais baixo assume uma maior importância relativa na população total, enquanto o grupo dos idosos tem a menor proporção.

**Ermesinde é a freguesia mais envelhecida**

Quadro 9 - População residente por grupo etário, nas diferentes freguesias

	0-14		15-24		25-64		65 ou +		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Alfena	2.493	18,2	2.074	15,2	7.692	56,3	1.406	10,3	13.665
Campo	1.662	<b>19,2</b>	1.324	15,3	4.899	56,7	760	8,8	8.645
Ermesinde	6.436	16,8	5.622	14,7	22.055	<b>57,6</b>	4.202	<b>11,0</b>	38.315
Sobrado	1.278	19,1	1.084	<b>16,2</b>	3.667	54,9	653	9,8	6.682
Valongo	3.503	18,7	2.927	15,7	10.765	<b>57,6</b>	1.503	8,0	18.698

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente ao género, a população residente no Concelho de Valongo é maioritariamente feminina (51,3%), apresentando uma **relação de masculinidade**<sup>9</sup> de 95,1%, o que significa que existem cerca de 95 homens por 100 mulheres, valor esse que supera o referente a Portugal (93,4%) e à Região Norte (93,6%).

Quadro 10 - *População Residente no Concelho de Valongo Segundo o Estado Civil e o Sexo*

Estado Civil		Homens		Mulheres		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%
Solteiro		17.052	51,9	15.834	48,1	32.886	38,2
Casado	Com registo	22.537	50,0	22.555	50,0	45.092	52,4
	Sem registo	1.028	49,1	1.065	50,9	2.093	2,4
Viúvo (a)		650	16,2	3.353	83,8	4.003	4,7
Separado (a)		216	36,7	373	63,3	589	0,7
Divorciado (a)		432	32,2	910	67,8	1.342	1,6
TOTAL		41.915	48,7	44.090	51,3	86.005	100,00

Fonte: INE, Censos 2001

Para além disso, é ainda relevante referir que, relativamente ao estado civil, se verificam diferenças significativas entre homens e mulheres no que diz respeito aos separados, divorciados e viúvos. Os estados civis de separado e divorciado têm maior incidência nas mulheres, sendo que por cada 100 indivíduos separados ou divorciados, cerca de 66 são mulheres. Relativamente à viuvez a disparidade é ainda maior, pois por cada 100 viúvos cerca de 84 são mulheres, contra apenas 16 homens.

Estas situações poderão ser justificadas por factores como a maior esperança de vida das mulheres e a tendência dos homens para voltar a casar em menor espaço de tempo do que as mulheres.

Ainda no que respeita ao estado civil (quadro 11), a maioria da população (52,4%) é casada com registo, existindo também uma grande franja da população solteira (38,2%). Este dado, aliado à baixa proporção de população viúva (4,7%) relativamente à Região Norte (5,8%) e a Portugal (6,6%), pode ser influenciado pelo facto de se tratar de uma população jovem. Também a proporção de divorciados no

<sup>9</sup> Ver Glossário

total de residentes (1,6%) é inferior à observada no resto do país (1,9%) e no Grande Porto (2,2%), apesar de ser superior à da Região Norte (1,4%).

Quadro 11 – *População Residente no Concelho de Valongo, Grande Porto e Norte, segundo o Estado Civil (2001)*

	Solteiro (a)		Casado (a)				Viúvo (a)		Separado (a)		Divorciado (a)	
			C/ Registo		S/ Registo							
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	1.448.028	39,3	1.874.699	50,8	76.426	2,1	214.732	5,8	21.987	0,6	51.421	1,4
Grande Porto	481.902	38,2	629.838	50	37.796	3	72.641	5,8	10.190	0,8	28.313	2,2
Valongo	32.886	38,2	45.092	52,4	2.093	2,4	4.003	4,7	589	0,7	1.342	1,6

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente às famílias, em 2001 residiam, no Concelho de Valongo, **28.070 famílias clássicas**, o que traduz uma taxa de variação positiva de 31,3% comparativamente ao número de famílias clássicas em 1991, taxa esta muito superior à registada em Portugal (16%).

No que respeita aos Tipos de Família, e como se pode observar no quadro 12, em 2001 evidenciam-se os núcleos “casal com filhos” que representavam 56,7% do total de famílias clássicas concelhias. O número de núcleos deste tipo aumentou no último período intercensitário, apesar de ter registado a taxa de variação menos significativa (15,6%) e uma diminuição da sua proporção no total de famílias, que era, em 1991, de 64,4%.

**28.070 famílias clássicas**

**Aumento do n.º de famílias: 31,3%**

Quadro 12 - *Famílias Clássicas segundo os Tipos de Família no Concelho de Valongo (1991-2001)*

	Sem Núcleos		Com 1 Núcleo								Com 2 ou mais Núcleos		Total
			Casal sem Filhos		Casal com Filhos		Famílias Monoparentais		Avós, Avô ou Avó com Netos				
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1991	1.778	8,3	3.461	16,2	13.764	64,4	1.492	7,0	110	0,5	779	3,6	21.384
2001	3.055	10,9	5.734	20,4	15.910	56,7	2.188	7,8	136	0,5	1.047	3,7	28.070
Variação	+1.277	+71,8	+2.273	+65,7	2.146	+15,6	696	+46,6	26	+23,6	268	+34,4	+6.686

Fonte: INE, Censos (1991, 2001)

Entre 1991 e 2001 regista-se o grande acréscimo de famílias “sem núcleo”, que integram famílias unipessoais, e que aumentaram 71,8%, representando em 2001 10,9% do total das famílias clássicas. De salientar ainda o incremento dos casais sem filhos (+65,7%), tipo de família que surge em segundo lugar (20,4%) e que pode ser constituída por um casal de idosos cujos filhos já abandonaram a habitação, bem como dos núcleos monoparentais, que aumentaram em termos de valor absoluto 46,6%. Estes valores exprimem algumas tendências nacionais de alteração na estrutura dos agregados familiares, associadas a fenómenos demográficos como o aumento da esperança de vida e da divorcialidade.

No entanto, apesar dessa tendência geral, Valongo apresenta, comparativamente aos outros Concelhos da AMP, a percentagem mais baixa de famílias sem núcleos e a terceira mais baixa de famílias monoparentais (quadro 13), sendo ainda o Concelho que apresenta a mais elevada taxa de casais com filhos e a terceira mais elevada de famílias com 2 ou mais núcleos (3,7%).

Quadro 13 - *Famílias Clássicas segundo os Tipos de Família nos Concelhos da AMP (2001)*

	Sem Núcleos		Com 1 Núcleo								Com 2 ou mais Núcleos		Total
			Casal sem Filhos		Casal com Filhos		Famílias Monoparentais		Avós, Avô ou Avó com Netos				
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Espinho	1.788	15,4	2.443	21,1	5.724	49,4	1.210	10,5	78	0,7	341	2,9	11584
Gondomar	6.492	11,9	11.247	20,6	30.237	55,4	4.352	8,0	311	0,6	1.928	3,5	54567
Maia	5.162	12,7	8.943	22,0	21.789	53,7	3.103	7,7	232	0,6	1.340	3,3	40569
Matosinhos	9.038	15,6	12.666	21,9	28.798	49,9	5.052	8,7	457	0,8	1.760	3,1	57771
Porto	28.693	28,5	20.646	20,5	35.879	35,6	11.571	11,5	995	1,0	2.912	2,9	100696
Póvoa de Varzim	2.667	13,2	3.726	18,5	10.917	54,1	1.880	9,3	109	0,5	865	4,3	20164
VALONGO	3.055	10,9	5.734	20,4	15.910	56,7	2.188	7,8	136	0,5	1.047	3,7	28070
Vila do Conde	2.847	12,0	4.860	20,4	13.079	54,9	1.763	7,4	141	0,6	1.139	4,8	23829
Vila Nova de Gaia	14.387	14,5	21.853	22,1	51.084	51,6	8.141	8,2	617	0,6	3.014	3,0	99096
Grande Porto	74.129	17,0	92.118	21,1	213.417	48,9	39.260	9,0	3.076	0,7	14.346	3,3	11584

Fonte: INE, Censos 2001

No que concerne à dimensão, verifica-se que a grande maioria (56,9%) das famílias clássicas residentes em Valongo (quadro 14), são compostas por 2 ou 3 pessoas,



sendo as famílias com 3 elementos as mais significativas, pois representavam, em 2001, 32,3% do total das famílias clássicas.

Quadro 14 - *Famílias Clássicas Residentes Segundo a sua Dimensão (1991 - 2001)*

	Com 1 pessoa		Com 2 pessoas		Com 3 pessoas		Com 4 pessoas		C/ 5 ou + pessoas		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1991	1.487	6,9	4.011	18,8	6.132	28,7	5.738	26,8	4.016	18,8	21.384
2001	2.704	9,6	6.916	24,6	9.057	32,3	6.474	23,1	2.919	10,4	28.070
Varição	+1.217	+81,8	+2.905	+72,4	+2.925	+47,7	+736	+12,8	-1.097	-27,3	+6.686

Fonte: INE, Censos (1991, 2001)

Além disso assistiu-se, desde 1991, por um lado, a uma diminuição do número de famílias com mais de 4 pessoas (-7,3%) e, por outro lado, a um avanço expressivo das famílias com 1 pessoa, que aumentaram 81,8%, famílias estas que são compostas, em 42% dos casos, por pessoas com 65 ou mais anos de idade (quadro 15).

Quadro 15 - *Famílias Clássicas Segundo o N.º de Pessoas com menos de 15 anos, entre os 15 e 64 anos e com 65 ou mais anos, por Dimensão da Família no Concelho de Valongo (2001)*

Número de Pessoas		Dimensão da Família										
		Com 1 Pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 pessoas	Com 4 pessoas	Com 5 pessoas	Com 6 pessoas	Com 7 pessoas	Com 8 pessoas	Com 9 pessoas	C/ 10 ou + Pes.	Total de Pess. nas Famílias
Número de pessoas com menos de 15 anos	Nenhuma Pessoa	2.704	6.635	4.281	2.485	605	127	30	2	5	--	42.815
	1 Pessoa	--	281	4.695	1.801	716	195	60	12	2	--	27.135
	2 Pessoas	--	--	81	2.171	409	182	56	19	4	3	12.675
	3 ou + Pessoas	--	--	--	17	267	107	48	38	12	20	3.044
	Total	2.704	6.916	9.057	6.474	1.997	611	194	71	23	23	85.669
Número de Pessoas entre os 15 e 64 anos	Nenhuma Pessoa	1.133	1.264	42	2	--	--	--	--	--	--	3.795
	1 Pessoa	1.571	1.283	481	59	11	2	--	--	--	--	5.883
	2 Pessoas	--	4.369	5.187	2.469	420	82	15	4	1	--	36.913
	3 ou + Pessoas	--	--	3.347	3.944	1.566	527	179	67	22	23	39.078
	Total	2.704	6.916	9.057	6.474	1.997	611	194	71	23	23	85.669
Número de Pessoas com 65 ou mais anos	Nenhuma Pessoa	1.571	4.643	8.066	5.762	1.396	370	126	51	17	16	68.938
	1 Pessoa	1.133	1.016	599	544	467	137	39	13	3	3	10.737
	2 Pessoas	--	1.257	357	152	129	100	27	7	2	4	5.753
	3 ou + Pessoas	--	--	35	16	5	4	2	--	1	--	241
	Total	2.704	6.916	9.057	6.474	1.997	611	194	71	23	23	85.669

Fonte: INE, Censos 2001

Estes dados, aliados ao facto de, entre 1991 e 2001, o crescimento das famílias clássicas (31,3%) ser bastante superior ao da população residente (16%), constituem indicadores claros do decréscimo da dimensão média das famílias, acompanhando a tendência nacional de nuclearização dos grupos domésticos.

Procedendo a uma análise por freguesia, constata-se que, tal como acontece na generalidade do Concelho, em todas as freguesias a maioria das famílias têm 3 pessoas. Apesar disso, verifica-se, uma vez mais, alguma disparidade entre as diferentes freguesias, uma vez que, em 2º lugar surgem, nas freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo as famílias com 2 pessoas, e em Campo e Sobrado as famílias com 4 pessoas.

Além disso, comparando as diversas freguesias, Ermesinde é aquela em que as famílias unipessoais assumem uma maior proporção (11,2%) e as famílias com mais de 4 elementos uma menor proporção (8,4%) relativamente ao total das famílias. Em Sobrado acontece exactamente o inverso, uma vez que é a freguesia em que as famílias compostas por mais de 4 elementos assumem maior proporção (18,7%) e as unipessoais têm menor importância relativa.

Quadro 16 - *Famílias Clássicas Residentes Segundo a sua Dimensão, por freguesia (2001)*

Freguesia	Famílias Clássicas										Total
	Com 1 pessoa		Com 2 pessoas		Com 3 pessoas		Com 4 pessoas		C/ 5 ou + pessoas		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Alfena	385	8,6	1.139	25,5	1.466	32,8	1.036	23,2	440	9,9	4.466
Campo	179	6,8	541	20,5	894	33,9	635	24,1	390	14,8	2.639
Ermesinde	1.450	11,2	3.326	25,7	4.171	32,2	2.896	22,4	1.092	8,4	12.935
Sobrado	125	6,4	353	18,1	617	31,7	489	25,1	364	18,7	1.948
Valongo	565	9,3	1.557	25,6	1.909	31,4	1.418	23,3	633	10,4	6.082
CONCELHO	2.704	9,6	6.916	24,6	9.057	32,3	6.474	23,1	2.919	10,4	28.070

Fonte: INE, Censos 2001

Para além das 28.070 famílias clássicas residentes no Concelho de Valongo, contabilizam-se, ainda, **11 famílias institucionais**, localizadas, em grande parte na freguesia de Ermesinde (64%). Ainda segundo os Censos 2001, como podemos observar no quadro 17, residiam a esta data no Concelho de Valongo **26.112 Núcleos Familiares** e existiam 15 **Alojamentos Colectivos**, dos quais 9 sediados em

Ermesinde. De salientar ainda a existência de 167 **Alojamentos não clássicos**, que incluem barracas, alojamentos improvisados, como garagens ou moinhos, e alojamentos móveis, como caravanas e automóveis.

Quadro 17 - *Núcleos Familiares, Alojamento e Edifícios nas Freguesias do Concelho de Valongo (2001)*

Freguesia	Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	Clássicas Residentes	Institucionais		Clássicos	Outros	Total		
Alfena	4.466	1	4.125	5.219	18	5.237	1	3.309
Campo	2.639	0	2.614	2.920	16	2.936	1	2.160
Ermesinde	12.935	7	11.735	15.214	84	15.298	9	6.589
Sobrado	1.948	1	1.959	2.150	16	2.166	1	1.654
Valongo	6.082	2	5.679	7.785	33	7.818	3	3.534
<b>CONCELHO</b>	<b>28.070</b>	<b>11</b>	<b>26.112</b>	<b>33.288</b>	<b>167</b>	<b>33.455</b>	<b>15</b>	<b>17.246</b>

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente à população estrangeira, em 2001, de acordo com os Censos (quadro 18), residiam **568 estrangeiros** no Concelho de Valongo, **0,7%** da população total. Analisando a nacionalidade destes cidadãos, verifica-se que a generalidade destes indivíduos são provenientes de África (223), seguindo-se a Europa (187) e América (186) como os continentes que maior número de emigrantes fornecem para o concelho. Os cidadãos provenientes de África são sobretudo oriundos de Angola (127) e outros PALOP's como Moçambique (28) e Guiné-Bissau (23).

No que respeita aos indivíduos de países europeus, observa-se que provêm sobretudo da actual União Europeia (151), com especial incidência para a França (83), Espanha (28) e Alemanha (23), existindo ainda 36 indivíduos provenientes de países não pertencentes à Comunidade Europeia.

Quadro 18 - Pop. Residente Segundo Grupos Etários, por Nacionalidade (2001)

Nacionalidade				Grupos Etários																			
				De 0 a 4 anos	De 5 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 a 79 anos	De 80 a 84 anos	De 85 ou + anos	TOTAL	
PORTUGUESA				5.101	4.926	5.107	5.981	6.788	7.783	7.165	7.219	6.651	6.063	5.460	4.343	3.693	3.099	2.280	1.582	777	629	84.647	
ESTRANGEIRA	Europa	Países da União Europeia	Alemanha	--	1	1	3	4	11	--	--	--	1	--	1	--	--	--	--	--	1	23	
			Bélgica	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	
			Espanha	2	--	1	2	4	3	2	3	2	1	1	1	--	1	1	--	3	1	28	
			França	3	7	5	10	17	19	12	4	--	1	--	--	1	3	1	--	--	--	83	
			Holanda	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	
			Itália	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	2	
			Luxemburgo	--	1	1	--	--	1	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	
			Reino Unido	1	--	3	--	--	1	1	1	--	2	--	--	--	--	--	--	--	--	9	
			Total U.E.	6	9	11	15	26	36	16	9	2	5	1	2	1	5	2	--	3	2	151	
		Outros	Rússia	--	--	1	--	2	1	2	2	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	10	
			Suíça	1	2	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	
			Outros	--	--	1	1	2	9	4	--	5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	22	
			Total Out. Eu	1	2	2	2	4	10	6	2	6	1	--	--	--	--	--	--	--	--	36	
		Total Europeu			7	11	13	17	30	46	22	11	8	6	1	2	1	5	2	--	3	2	187
	África	África do Sul			--	--	3	1	1	2	1	2	1	--	--	--	--	1	--	--	--	12	
		Angola			1	6	13	7	16	27	27	11	6	2	3	3	1	1	2	1	--	--	127
		Cabo-Verde			--	--	--	--	1	2	1	1	2	1	--	--	1	--	1	--	--	10	
		Guiné-Bissau			2	1	2	2	1	2	4	3	4	1	--	--	1	--	--	--	--	23	
		Moçambique			--	2	--	--	4	5	4	5	5	1	--	--	1	--	--	1	--	--	28
		S. Tomé Príncipe			--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	1	
		Out. Países Afric.			2	--	--	--	4	7	6	3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	22	
		Total África			5	9	18	10	27	45	43	25	19	5	3	3	3	2	3	3	--	--	223
	América	Brasil			4	1	4	5	16	23	16	24	11	6	3	--	1	--	--	1	1	1	117
		E.U.A.			2	--	--	2	1	2	--	--	--	1	--	--	1	--	--	--	--	9	
		Venezuela			--	2	3	10	8	11	3	9	7	--	--	--	--	--	--	--	--	53	
		Out. Países Ameri.			--	1	--	--	1	--	3	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	7	
		Total América			6	4	7	17	26	36	22	34	19	7	3	--	2	--	--	1	1	1	186
	Ásia	Out. Países Asiáti.			--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	
		Total Ásia			--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	
	Oceania	Austrália			--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	
		Out. Países Ocea.			--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
		Total Oceania			--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	
TOTAL ESTRANGEIRA				18	24	38	44	83	127	87	72	46	18	7	5	6	7	5	4	4	3	598	

Fonte: INE, Censos 2001.

Saliente-se ainda o forte contingente de cidadãos brasileiros (117) que são numericamente a 2ª maior comunidade estrangeira a residir no Concelho de Valongo, a seguir aos Angolanos (127).

Analisando a população estrangeira residente segundo os grupos etários, observa-se que a grande maioria dos indivíduos têm idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos (49,7% do total de imigrantes), ou seja, a generalidade destas pessoas está em idade de estudar ou de trabalhar no concelho.

De acordo com os dados apresentados no quadro 19, em 2001 o **Concelho de Valongo apresenta um saldo de migrações internas positivo**, ou seja, o número de emigrantes para outro concelho (6.607) é inferior ao número de indivíduos provenientes de outros concelhos (10.117), registando-se um saldo interno final de +3510 indivíduos, ligeiramente superior à média registada no Grande Porto. Valongo surge assim como um Concelho atractivo, apresentando o 4º saldo migratório mais elevado da AMP, a seguir a Vila Nova de Gaia, Maia e Gondomar.

**Saldo de migrações internas positivo**

Quadro 19 - *População Residente Segundo as Migrações (relativamente a 31/12/95), por Concelho de Residência no Grande Porto e Norte (2001)*

Zona Geográfica	População Residente em 2001	População que Não Mudou de Concelho	Imigrantes no Concelho		Emigrantes do Concelho para Outro Concelho (B)	Saldo das Migrações Internas (A-B)
			Provenientes de Outros concelhos (A)	Provenientes do Estrangeiro		
Espinho	33.701	29.874	1.628	565	4.175	-2.547
Gondomar	164.096	137.184	15.708	1.228	10.140	+5.568
Maia	120.111	91.691	19.255	1.420	9.390	+9.865
Matosinhos	167.026	142.981	13.686	1.506	14.413	-727
Porto	263.131	232.075	17.074	3.126	41.497	-24.423
Póvoa de Varzim	63.470	54.241	3.701	1.428	3.221	+480
<b>VALONGO</b>	<b>86.005</b>	<b>69.681</b>	<b>10.117</b>	<b>869</b>	<b>6.607</b>	<b>+3.510</b>
Vila do Conde	74.391	64.342	4.611	912	4.031	+580
Vila Nova de Gaia	288.749	246.793	20.755	3.768	10.726	+10.029
Grande Porto	1.260.680	1.068.862	106.535	14.822	104.200	+2.335
NORTE	3.687.293	3.209.842	197.055	65.115	200.348	-3.293

Fonte: INE, Censos 2001.

Saliente-se, ainda, que, entre 1996 e 2001, 869 indivíduos provenientes de outros países vieram residir para Valongo, sendo que 251 são provenientes de França e 241 provenientes de outros países não especificados (quadro 20).

Quadro 20 - População Residente Segundo Zonas de Proveniência (relativamente a 31/12/95), por Concelho de Residência Habitual em 12/02/2001 no Grande Porto e Norte

Zona Geográfica	População Residente em 2001	Imigrante no Concelho											
		Prov. de Outros Concelhos	Provenientes de Macau	Provenientes de Timor Leste	Provenientes da Alemanha	Provenientes da França	Provenientes dos E.U.A.	Provenientes dos PALOP's	Prov. da África do Sul	Provenientes da Venezuela	Provenientes do Brasil	Provenientes do Canadá	Prov. de Out. países
Espinho	33.701	1.628	2	--	21	150	4	17	24	134	61	14	138
Gondomar	164.096	15.708	23	--	82	396	8	133	33	38	145	16	364
Maia	120.111	19.255	28	1	91	331	18	90	174	94	231	18	344
Matosinhos	167.026	13.686	29	--	117	347	33	127	43	32	312	14	452
Porto	263.131	17.074	108	7	155	410	72	592	25	66	630	21	1.040
Póvoa de Varzim	63.470	3.701	7	--	79	631	7	32	63	43	131	129	306
<b>VALONGO</b>	<b>86.005</b>	<b>10.117</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>82</b>	<b>251</b>	<b>14</b>	<b>72</b>	<b>47</b>	<b>47</b>	<b>91</b>	<b>18</b>	<b>241</b>
Vila do Conde	74.391	4.611	10	--	136	309	15	37	55	18	84	35	213
Vila Nova de Gaia	288.749	20.755	63	2	218	842	65	459	140	354	512	26	1.087
Grande Porto	1.260.680	106.535	274	12	981	3.657	236	1.559	604	826	2.197	291	21.178
NORTE	3.687.293	197.055	559	34	3998	26.074	1.487	2.597	1.090	1.924	4.643	1.531	4.185

Fonte: INE, Censos 2001.

### III. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

---

## **EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

- **Número de empresas localizadas no Concelho (2005): 2751**
  - Alfena: 436
  - Campo: 240
  - Ermesinde: 1159
  - Sobrado: 227
  - Valongo: 689
- **Total de activos nas empresas do Concelho (2005): 19.482**
- **Empresas segundo sector de actividade (2005):**
  - Primário: **0,7%**
  - Secundário: **38%**
  - Terciário: **61%**
- **População economicamente activa (2001): 45.186**
- **Taxa de actividade (2001): 52,5%**
  - Feminina: **46,6%**
  - Masculina: **58,8%**
- **Taxa de desemprego (2001): 7,3%**
  - Feminina: **9,2%**
  - Masculina: **5,8%**
- **Número de desempregados inscritos no Centro de Emprego (Dez.2004): 6.167**
  - Menos de 1 ano: **3397**
  - 1 ano e mais: **2770**



## **FRAQUEZAS**

- ✓ Desemprego
- ✓ Dificuldade de emprego após formação académica dos jovens
- ✓ Trabalho Precário
- ✓ Baixos Níveis de Qualificação Escolar e Profissional
- ✓ Jovens sem escolaridade suficiente para integração em formação profissional
- ✓ Falta comunicação entre sistema produtivo e mercado de emprego
- ✓ Fraco tecido empresarial

De acordo com os dados do INE, Valongo apresentava em 2001 uma taxa de *desemprego* de **7,3%**, ligeiramente superior à registada a nível nacional, sendo o desemprego feminino superior (**9,2%**) comparativamente ao masculino (**5,8%**).

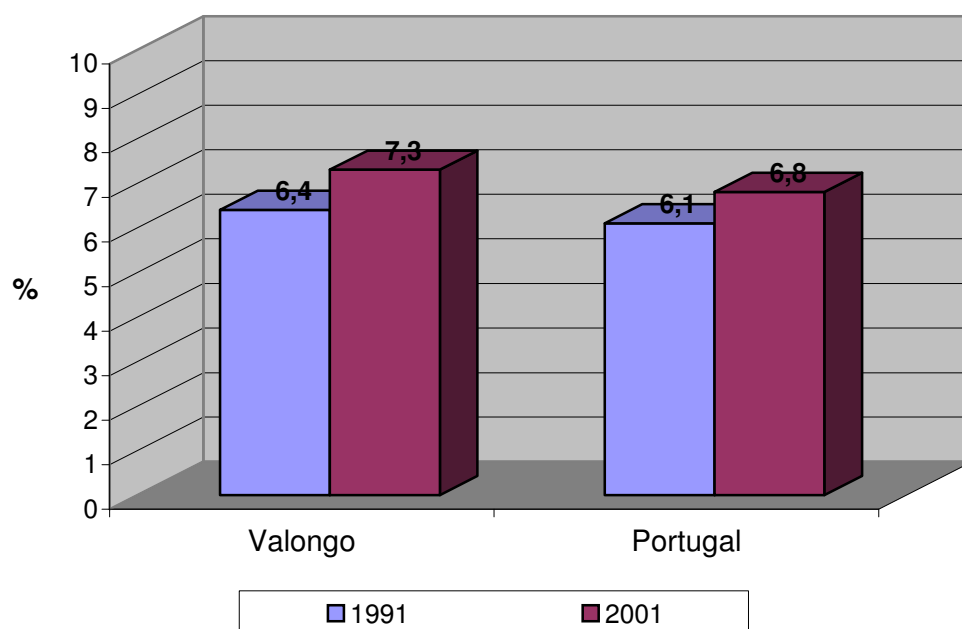
**Desemprego**

Quadro 21 - *Taxa de Desemprego (sentido lato), para o Concelho de Valongo e Portugal, segundo a Estrutura por Sexos, (1991-2001)*

Taxa de Desemprego (%)											
Valongo						Portugal					
1991			2001			1991			2001		
M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total
9,2	4,4	6,4	9,2	5,8	7,3	8,9	4,2	6,1	8,7	5,2	6,8

Fonte: Censos 2001, INE.

Gráfico 3 – Taxa de Desemprego no Concelho de Valongo e Portugal (1991-2001)



Verifica-se também um aumento relativamente a 1991, momento em que a taxa de desemprego registada em Valongo era de 6,4%, como ilustra o gráfico anterior.

De acordo com os dados do IEFP, como se pode constatar da análise do quadro seguinte, no final de 2004 estavam inscritos no Centro de Emprego de Valongo **6167** desempregados. Relativamente a 2003 verificou-se um aumento percentual do número de desempregados de cerca de **7,2%**, aumento esse menor do que o registado entre 2002 e 2003 (10,5%).

Em relação ao número de desempregados inscritos em 2002, registou-se uma variação de **18,5%**, inferior à registada na Região Norte e em Portugal Continental.

Quadro 22 - *Desemprego Registado no Concelho de Valongo, Norte e Portugal Continental (2002 a 2004)*

Zona Geográfica	2002	2003	2004	Variação % 2002/2003	Variação % 2003/2004	Variação % 2002/2004
Valongo	5.205	5.752	6.167	+ 10,5	+ 7,2	+ 18,5
Norte	150.017	187.895	205.115	+ 25,2	+ 9,2	+ 36,7
Portugal Continental	371.413	443.105	457.864	+ 19,3	+ 3,3	+ 23,3

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais; IEFP, Situação do Mercado de Emprego – Relatório Anual 2002, 2003

Analizando os quadros seguintes, podemos verificar um aumento significativo do número de desempregados inscritos há um ano ou mais (desempregados de longa duração), na ordem dos **52,1%**, relativamente a 2002.

Quadro 23 - *Desemprego Registado no Concelho de Valongo Segundo o Tempo de Inscrição (2002 a 2004)*

Tempo de Inscrição	2002	2003	2004	Variação % 2002/2003	Variação % 2003/2004	Variação % 2002/2004
Menos de 1 ano	3384	3293	3397	- 2,7	+ 3,2	+ 0,4
1 ano e mais	1821	2459	2770	+ 35	+ 12,7	+ 52,1
Total	5205	5752	6167	+ 10,5	+ 7,2	+ 18,5

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

Comparativamente à região Norte e a Portugal, a percentagem de desempregados de longa duração - DLD - é semelhante.

Quadro 24 - *Desemprego Registado no Concelho de Valongo, Norte e Portugal Continental Segundo o Tempo de Inscrição (2004)*

Tempo de Inscrição	Valongo		Norte		Portugal Continental	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 1 ano	3.397	55,1	106.916	52,1	270.957	57,8
1 ano e mais	2.770	44,9	98.199	47,9	197.895	42,2
Total	6.167	100	205.115	100	457.864	100

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

Relativamente à fraqueza *baixos níveis de qualificação escolar e profissional*, através da análise do quadro seguinte podemos verificar que a maioria da população residente no concelho de Valongo possui habilitações iguais ou inferiores ao 2º ciclo do Ensino Básico **(61,5%)**, e que apenas **9,7%** possui habilitações ao nível do ensino médio ou superior.

**Baixos níveis de qualificação escolar e profissional**

Quadro 25 - *População Residente nos Concelhos da AMP, no Norte e em Portugal, segundo o Nível de Ensino Atingido (2001)*

Zona Geográfica	Nenhum Nível de Ensino		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ens. Secundário		Ens. Médio		Ens. Superior	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valongo	9997	11,6	30525	35,5	12363	14,4	10067	11,7	14747	17,1	519	0,6	7787	9,1
Grande Porto	141.116	11,2	426.649	33,8	157.080	12,5	141.344	11,2	214.688	17,0	12.387	1,0	167.416	13,3
Norte	515.079	14,0	1.386.766	37,6	557.752	15,1	395.422	10,7	480.825	13,0	21.970	0,6	329.479	9,0
Portugal	1.475.812	14,4	3.638.725	35,0	1.300.150	12,7	1.126.989	10,8	1.620.816	16,0	80.173	0,6	1.113.452	10,6

Fonte: INE, Censos 2001

Estes dados permitem concluir que a população residente no Concelho de Valongo detém níveis de escolaridade semelhantes ao da generalidade da população portuguesa, mas ligeiramente superiores aos da região Norte e ligeiramente inferiores aos da média dos Concelhos da AMP.

A taxa de analfabetismo era, em 2001, de apenas **5%**, valor inferior à registada na AMP, no Norte e em Portugal.

Quadro 26 - *População Residente Segundo a Taxa de Analfabetismo*

Zona Geográfica	Taxa de Analfabetismo (%)	
	1991	2001
Valongo	5,5	5,0
Grande Porto	5,9	5,3
Norte	9,9	8,3
Portugal	11,0	9,0

Fonte: Censos 2001, INE.

Relativamente à escolaridade da população desempregada, **64,8%** dos inscritos no centro de Emprego de Valongo em 2004 possuem habilitações académicas iguais ou inferiores ao 2º ciclo do Ensino Básico.

Quadro 27 - *Desemprego Registado no Concelho de Valongo por Níveis de Escolaridade (2003-2004)*

Ano	Nenhum		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Secundário		Superior		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
2003	249	4,3	2004	34,8	1496	26	795	13,8	839	14,6	369	6,5	5.752
2004	243	3,9	2142	34,7	1614	26,2	871	14,1	940	15,2	357	5,8	6.167

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

No que concerne à composição etária da população desempregada, podemos observar que a maior percentagem (**41,2%**) tem idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos. Comparativamente ao Norte e a Portugal Continental, ao nível local esta população é composta por mais jovens com menos de 25 anos do que indivíduos com idade igual ou superior a 55 anos, como se pode constatar da análise do quadro seguinte. Este facto, que contraria a tendência nacional e da região Norte, não pode ser descontextualizado das características demográficas de Valongo que se apresenta como um Concelho jovem.

Quadro 28 - *Desemprego Registado no Concelho de Valongo, Norte e Portugal Segundo o Grupo Etário (2004)*

Zona Geográfica	Desemprego Registado por Grupos Etários								TOTAL
	< 25 anos		25-44 anos		45-54 anos		55 e + anos		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Valongo	992	16,1	1.663	26,9	2.538	41,2	974	15,8	6.167
Norte	31.487	15,4	49.216	24	85.276	41,6	39.136	19	205.115
Portugal Continental	68.495	14,9	114.767	25,1	183.025	39,9	91.577	20,1	457.864

Fonte: IEFP, Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

Como se pode observar no quadro seguinte, da população desempregada com idade inferior a 25 anos, **30,3%** não possui sequer a escolaridade mínima obrigatória, sendo que **2,9%** representam *jovens sem escolaridade suficiente para integração em formação profissional nível II*, ou seja, não possuem sequer o 2º ciclo.

**Jovens sem escolaridade suficiente para integração em formação profissional**

Quadro 29 - Desemprego Registado no Concelho de Valongo Segundo o Grupo Etário, por Nível de Escolaridade (2004)

Idade	Nenhum		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Secundário		Superior		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
< 25 anos	3	0,3	26	2,6	272	27,4	283	28,5	328	33,1	80	8,1	992
>= 25 anos	240	4,6	2116	40,9	1342	25,9	588	11,4	612	11,8	277	5,4	5175
Total	243	3,9	2142	34,7	1614	26,2	871	14,1	940	15,2	357	5,8	6167

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

Apesar deste valor não ser muito elevado, traduz uma realidade com contornos preocupantes dada a inexistência de respostas face a este problema.

Além disso registam-se algumas situações de jovens que abandonaram o sistema escolar sem concluir o 2º ciclo e sem idade para ingressar no mercado de trabalho, pelo que não pertencem ao universo de inscritos no Centro de Emprego de Valongo.

Da análise do quadro seguinte podemos observar que, de acordo com os dados dos Censos 2001, existiam em Valongo **1030** jovens com idade compreendida entre os 15 e os 25 anos que não tinham concluído o 2º ciclo do Ensino Básico e não se encontravam a frequentar a escola, o que representa **7,8%** dos jovens dessa idade.

Quadro 30 - População Residente no Concelho de Valongo Segundo o Nível de Instrução por Grupo Etário (2001)

Nível de Instrução			Total		Grupo Etário											
			N	%	< 15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	>=65
Sem Nível de Ensino			8.315	9,67	4740	19	38	66	70	80	76	75	89	168	580	2314
Ensino Pré-Escolar (A Frequentar)			1.682	1,96	1682	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Básico	1.º Ciclo	Completo	21.144	24,58	8	76	277	668	1276	2281	2655	3319	3144	2399	1741	3300
		Incompleto	4.788	5,57	19	41	98	209	256	291	321	325	389	574	628	1637
		A Frequentar	4.593	5,34	4465	39	6	8	4	9	8	15	10	4	11	14
	2.º Ciclo	Completo	7.580	8,81	9	284	839	1528	1506	1090	829	439	380	272	164	240
		Incompleto	2.263	2,63	39	207	229	311	348	327	243	164	136	97	55	107
		A Frequentar	2.520	2,93	2322	155	11	9	10	8	2	2	1	0	0	0
	3.º Ciclo	Completo	4.490	5,22	1	405	604	568	498	504	496	422	323	249	152	268
		Incompleto	2.552	2,97	21	332	389	395	348	389	234	137	122	75	43	67
		A Frequentar	3.025	3,52	1963	890	44	41	19	22	11	11	3	7	5	9
Ensino Secundário		Completo	6.389	7,43	0	195	1050	1313	1076	883	715	399	325	184	102	147
		Incompleto	5.026	5,84	3	297	873	1024	919	726	499	249	186	96	68	86
		A Frequentar	3.332	3,87	77	2630	459	88	34	23	15	4	2	0	0	0
Ensino Médio		Completo	413	0,48	0	0	0	0	22	31	53	45	64	59	47	92
		Incompleto	106	0,12	0	0	0	0	0	0	13	22	12	18	17	24
Ensino Superior		Completo	3.905	4,54	0	0	308	1056	673	507	418	383	230	131	90	109
		Incompleto	682	0,79	0	3	65	200	112	81	70	68	42	21	12	8
		A Frequentar	3.200	3,72	0	517	1680	585	180	100	79	32	18	8	0	1
TOTAL			86.005	100,00	15349	6090	6970	8069	7351	7352	6737	6111	5476	4362	3715	8423

Fonte: INE, Censos 2001.

Podemos ainda observar que **3040** desses mesmos jovens (**23,3%**) não concluíram nem se encontram a frequentar o 3º ciclo do Ensino Básico (escolaridade mínima obrigatória).

Outra das fraquezas elencadas prende-se com a *difficuldade de emprego após formação académica dos jovens* licenciados, problema sentido de forma generalizada a nível nacional.

Da população desempregada inscrita no Centro de Emprego de Valongo, **5,8%** possui habilitações ao nível do Ensino Superior.

Esta dificuldade de integração de jovens licenciados no mercado de emprego é uma das vertentes do problema *falta de comunicação entre o sistema produtivo e o mercado de emprego*.

Esta falta de comunicação está na base da desadequação entre as ofertas de emprego, por parte do sistema produtivo, e os níveis de formação dos desempregados. Este problema está relacionado com a inexistência de políticas integradas de emprego, que ajustem a oferta formativa às necessidades do mercado.

Como podemos observar no quadro 31, ao longo de 2004, as profissões nas quais se registaram maior número de pedidos de emprego<sup>10</sup> no Centro de Emprego de Valongo foram "Escriturário", "Cablador", "Caixeiro", "Costureira, trabalho em série", "Auxiliar de limpeza" e "Outros Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora", profissões que registaram um número superior a 200 pedidos de emprego.

Quadro 31 - *Pedidos de emprego ao longo do ano de 2004, por Profissões (Classificação Nacional de Profissões) no Concelho de Valongo*

Profissões	N.º de pedidos
Escriturário em geral	488
Cablador	406
Caixeiro	322
Costureira, trabalho em série	287
Auxiliar de limpeza	268
Outros Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	215
Empregado de balcão	195
Professor Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclo) e Secundário	175
Operador de Supermercado	172
Pedreiro	136
Técnico de Vendas	136
Fiel de armazém	134

Fonte: IIEFP - Direcção de Serviços de Estudos

<sup>10</sup> Ver Glossário.

**Dificuldade de emprego após formação académica dos jovens**

**Falta de comunicação entre o sistema produtivo e o mercado de emprego**



Relativamente às ofertas de emprego<sup>11</sup> recebidas no Concelho de Valongo, como se pode constatar da análise do quadro seguinte, as profissões mais solicitadas pelas entidades empregadoras são “Costureira, trabalho em série”, “Outros Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora”, “Cablador” e “Operador de Supermercado”.

Quadro 32 - *Ofertas de emprego recebidas ao longo do ano de 2004, por Profissões (CNP) no Concelho de Valongo*

Profissões	N.º de postos de trabalho
Costureira, trabalho em série	140
Outros Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	66
Cablador	42
Operador de Supermercado	38
Ajudante de cozinha	29
Técnico de Vendas	27
Empregado de balcão	26
Escriturário em geral	25
Serralheiro Civil	19
Cozinheiro	17
Caixeiro	14
Pedreiro	13

Fonte: IEEP - Direcção de Serviços de Estudos

No que respeita às colocações<sup>12</sup> (quadro 33) das **552** efectuadas pelo Centro de Emprego de Valongo em 2004, **89** foram relativas à profissão “**Costureira, trabalho em série**”, **67** referentes a “**Cablador**”, **37** a “**Escriturário**” e **32** a “**Caixeiro**”.

<sup>11</sup> Ver Glossário

<sup>12</sup> Ver Glossário

Quadro 33 – Colocações efectuadas ao longo do ano de 2004, por Profissões (CNP) no Concelho de Valongo

Profissões	N.º de colocações
Costureira, trabalho em série	89
Cablador	67
Escriturário em geral	37
Caixeiro	32
Empregado de balcão	27
Outros Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	20
Fiel de armazém	15
Pedreiro	14
Operador de supermercado	13
Auxiliar de limpeza	12
Ajudante de cozinha	10

Fonte: IEFP - Direcção de Serviços de Estudos

A análise dos dados apresentados anteriormente, relativos aos pedidos e ofertas de emprego e a colocações no Concelho de Valongo permite concluir que existe alguma discrepância entre as ofertas e os pedidos de emprego, existindo ofertas de emprego que permanecem por satisfazer.

Por exemplo, do lado da procura de emprego, a profissão com mais inscritos é "Escriturário", com **488 pedidos** mas apenas **37 colocações (7,6%)**, das quais 12 em Concelhos vizinhos, seguida da profissão "Cablador", com **406 pedidos** e **67 colocações (16,5%)**, 25 das quais fora do Concelho de Valongo. "Caixeiro" também é uma profissão com muitos pedidos (**322**), dos quais foram colocados 32 (12 ofertas dentro do Concelho de Valongo e 18 ofertas de outros Concelhos).

Do lado da oferta de emprego a profissão mais requisitada é "Costureira", com **ofertas** para **140** postos de trabalho durante o ano de 2004 e com apenas **89 colocações**, apesar de existirem **287** pessoas inscritas, seguida de "outros trabalhadores não qualificados da indústria transformadora", com **20 colocações** para **66 ofertas** e **215** inscritos.

Relativamente a estas e outras profissões verifica-se alguma dificuldade de colocação por parte do Centro de Emprego em postos de trabalho, apesar de existirem pessoas inscritas nessas profissões. Este facto pode indiciar a recusa por parte de alguns inscritos em aceitar as colocações oferecidas, recusa essa que se encontra, por vezes, associada à precariedade dos empregos oferecidos, relativamente quer aos salários quer às condições de higiene e segurança dos locais de trabalho.

O problema do *Trabalho Precário* traduz, não só a questão dos profissionais desqualificados e da precariedade do vínculo contratual e salarial como também o trabalho desenvolvido na economia informal/paralela, sem protecção na doença, desemprego, etc.

No Concelho de Valongo, de acordo com os dados dos Censos 2001, **49,64%** da população empregada exerciam profissões menos qualificadas, designadamente dos grupos profissionais 7, 8 e 9.<sup>13</sup> Este peso de população com profissões desqualificadas é o 2º mais elevada da AMP, e superior à média da AMP (**41,98%**). Relativamente ao nível salarial, o salário médio dos trabalhadores por conta de outrem era, em 2000, de 579€, o 4º mais baixo de AMP, cuja média é 735€ (dados do Anuário 2002).

No que respeita à duração do horário de trabalho semanal, **18,39%** dos trabalhadores por conta de outrem de Valongo trabalhavam, em 2001, mais de 45 horas semanais, proporção inferior à registada na Região Norte. Por outro lado, cerca de **7%** trabalhavam menos de 30 horas, valor semelhante ao registado na Região Norte.

No que concerne ao trabalho desenvolvido na economia informal/paralela, a principal dificuldade no combate a este problema prende-se com a não identificação das situações, o que se traduz na inexistência de dados, quer a nível concelhio quer a nível nacional.

Um estudo de António Antunes (docente na Universidade Nova de Lisboa e investigador do Banco de Portugal) e Tiago Cavalcanti (da Universidade de Pernambuco, Brasil) denominado *Accounting for the hidden economy: barriers to legality and legal failures*, estima que sector informal representa 22,1% do PIB português.

Um estudo designado *Portugal 2010: Acelerar o crescimento da produtividade*, elaborado por McKinsey & Company, identifica a informalidade como um dos principais obstáculos ao aumento da produtividade em Portugal, produtividade essa que representa metade da média europeia.

---

<sup>13</sup> Os grupos profissionais referidos correspondem à tipificação da Classificação Nacional de Profissões (IEFP, 1994). O grupo 7 corresponde a operários, artífices e trabalhadores similares; o grupo 8 corresponde a operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem; o grupo 9 corresponde a trabalhadores não qualificados (executam tarefas simples e auxiliares para as quais é requerido esforço físico assim como a utilização de ferramentas e processos manuais).

Outro problema diagnosticado a nível local foi o *fraco tecido empresarial* concelhio. De acordo com os dados publicados no Anuário Estatístico da Região Norte 2002, em 2001 operavam no Concelho de Valongo **7.614 empresas**, o que significa que apenas cerca de 6% das empresas com sede na AMP se situavam em Valongo, que aparece como o 4º Concelho da AMP com menor número de empresas, apenas à frente dos Concelhos da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Espinho.

Destas empresas, destaca-se a importância das empresas com actividade ligada ao **“Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico”**, que surgem em 1º lugar, representando **37,19%** do total das empresas sediadas no Concelho, à **“Construção” (17,38%)** e à **“Indústria transformadora” (15,71%)**.

No entanto os dados disponibilizados pelo Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio aos Investidores da Divisão de Planeamento e Gestão Estratégica da Câmara Municipal de Valongo revelam-nos uma realidade bem diferente<sup>14</sup>.

Como podemos ver, existem **2751** empresas sediadas no Concelho, sendo que **42,1%** se situam em Ermesinde, **25%** em Valongo e **15,8%** em Alfena.

Quadro 34 - Número de empresas sediadas no Concelho de Valongo, por Freguesia

Freguesia	N.º de Empresas	
	N	%
Alfena	436	15,8
Campo	240	8,7
Ermesinde	1159	42,1
Sobrado	227	8,3
Valongo	689	25,0
<b>Total</b>	<b>2751</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio aos Investidores, C.M.V., 2005

Analisando o Sector de Actividade Económica, salienta-se o peso relativo elevado das empresas ligadas ao **Sector Terciário**, que representam cerca de **61%** das empresas sediadas em Valongo, seguido do **Sector Secundário**, uma vez que **38%** das

<sup>14</sup> Esta disparidade de dados relativos ao número de empresas sediadas no Concelho prende-se com as diferentes fontes utilizadas: a fonte do Anuário Estatístico da Região Norte é o INE – Ficheiro de Unidades Estatísticas, enquanto o Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio aos Investidores da Câmara Municipal de Valongo efectuou um levantamento das empresas concelhias com a aplicação de inquéritos por questionário e entrevistas.

empresas estão relacionadas com esse sector de actividade. O **Sector Primário** engloba apenas **0,7%** das empresas concelhias, valor consideravelmente inferior ao registado a nível nacional (**2,7%**) e na Região Norte (**1,7%**).

Quadro 35 - *Número de empresas sediadas no Concelho de Valongo segundo o Sector de Actividade e número de trabalhadores*

Sector de Actividade	N.º Empresas		N.º Trabalhadores	
	N	%	N	%
Agricultura	18	0,7	69	0,4
Comércio	964	<b>35,0</b>	3979	<b>20,4</b>
Construção	426	15,5	3022	<b>15,5</b>
Indústria	625	<b>22,7</b>	9116	<b>46,8</b>
Serviços	551	<b>20,0</b>	2628	13,5
Outras	9	0,3	135	0,7
Rest/Caf/Conf/Aloj	158	5,7	533	2,7
<b>Total empresas</b>	<b>2751</b>	<b>100,0</b>	<b>19482</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio aos Investidores, C.M.V., 2005

Relativamente ao número de trabalhadores as 2751 empresas com sede no Concelho de Valongo empregam 19482 activos, dos quais **9116 (46,8%)** na **Indústria**, **3979 (20,4%)** no **Comércio** e **3022 (15,5%)** na **Construção**.

Apesar de a maior percentagem de empresas estarem ligadas ao Sector Terciário, podemos verificar que a maioria dos trabalhadores (**62,3%**) se concentra no Sector Secundário e que apenas **36,6%** dos trabalhadores por conta de outrem estão integrados em empresas do Sector Terciário.

Quadro 36 - *Número de Empresas concelhias segundo a Dimensão (Classificação Europeia)*

Dimensão das Empresas	N.º de Empresas	
	N	%
Micro	2348	85,4
Pequena	356	12,9
Média	41	1,5
Grande	6	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>2751</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Sector de Desenvolvimento Económico e Apoio aos Investidores, C.M.V., 2005

De acordo com a Classificação Europeia de Micro, Pequena, Média e Grande Empresa, **85,4%** das empresas concelhias têm menos de 10 trabalhadores e **12,9%** têm entre 10 e 49 trabalhadores. De salientar ainda que apenas **1,5%** são Médias empresas (entre 50 e 249 trabalhadores) e **0,2%** são Grandes empresas, ou seja têm 250 ou mais trabalhadores.

As **FORÇAS**, entendidas como *recursos e capacidades endógenas disponíveis, que podem ser utilizados na resolução dos problemas/fraquezas locais*, sobrepõem-se relativamente a alguns problemas, pelo que vamos descrevê-las em conjunto. Nos casos em que a força é específica para determinada fraqueza é referenciado, acontecendo o mesmo na descrição das oportunidades e das ameaças.

As forças identificadas no combate a estes problemas são as seguintes:

✦ *Telecentro de Valongo*, espaço de recursos que conta com os equipamentos informáticos e de telecomunicações necessários para desenvolver actividades de Teletrabalho, permitindo também a criação de micro-empresas. Esta estrutura resultou de um acordo de cooperação subscrito pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Câmara Municipal de Valongo e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde (ADICE), e tem definidos os seguintes objectivos:

- O apoio à criação de micro-empresas que funcionam na base de Teletrabalho (5 gabinetes);
- O apoio na criação e desenvolvimento de planos de Teletrabalho com entidades empregadoras (7 postos);
- Favorecimento de novas relações entre o trabalho, a vida familiar e a vida extra-profissional;
- Melhoria do nível educacional da comunidade;
- Desenvolvimento de formação profissional assente nas TIC;
- Disponibilização destes serviços ao público em geral.

✦ *Centro de Emprego de Valongo*, unidade orgânica local dependente do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - que tem como missão o desenvolvimento das políticas de emprego e formação definidas pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. Trata-se assim de uma estrutura que tem como

Telecentro de  
Valongo

Centro de  
Emprego de  
Valongo

finalidade incentivar e promover a realização de acções conducentes à adequada organização, gestão e funcionamento do mercado de emprego envolvente, em articulação com o meio sócio-económico da respectiva área geográfica de intervenção, no caso, o Concelho de Valongo.

✦ *Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – CRVCC* – instituição pública, acreditada pelo sistema nacional de acreditação de entidades da Direcção-Geral de Formação Vocacional, onde existe uma equipa de profissionais que actua no sentido de reconhecer, validar e certificar os saberes e competências que as pessoas foram adquirindo em diversos contextos e ao longo do seu percurso de vida pessoal, social e profissional, de modo a que seja obtida uma equivalência desses saberes e competências aos níveis do 9º, 6º e 4º anos de escolaridade.

A ADICE implementou um CRVCC no Concelho de Valongo, que entrou em funcionamento recentemente, e que visa elevar os níveis de escolaridade locais e valorizar a aprendizagem ao longo da vida, validando e certificando os saberes decorrentes da experiência adquirida e tem como público-alvo jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos que não possuam a escolaridade básica de 9, 6 ou 4 anos.

✦ Estruturas que prestam serviços de apoio a desempregados, promovendo a integração ou reintegração no mercado de emprego bem como o encaminhamento para formação profissional, em articulação com o Centro de Emprego, tais como a *UNIVA* (Unidade de Inserção na Vida Activa), estrutura da ADICE, o *Clube de Emprego* do Centro de Animação das Saibreiras (Centro Social de Ermesinde), e o *Clube de Emprego e Formação* da Agência para a Vida Local (Câmara Municipal de Valongo).

A *UNIVA* é destinada especialmente a jovens desempregados e/ou à procura de formação profissional, apoiando-os no processo de transição para a vida activa, enquanto os Clubes de Emprego se destinam a desempregados, especialmente de longa duração, apoiando-os em iniciativas e actividades orientadas para a procura de emprego, através de um acompanhamento personalizado.

**CRVCC – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**

**Clubes de Emprego da CMV e do Centro Social de Ermesinde**

**UNIVA**

✦ **ADOLESCER** - Espaço de Atendimento a Jovens da Câmara Municipal de Valongo - cujas áreas de intervenção são, entre outras, a orientação vocacional e profissional, informando os jovens acerca de ofertas de cursos de formação profissional e dotando-os de competências de procura de emprego.

**CMV -  
ADOLESCER**

✦ Existência, no Concelho, de uma Escola Profissional (Profival), um Centro de Formação Profissional de Gestão Participada (CENFIM - Núcleo de Ermesinde) e 7 Entidades formativas privadas acreditadas (ADICE, Centro Social de Ermesinde, DIAMART, Futurbrain, INTELCOM, Multiformactiva e Singesco), que desenvolvem diversas acções de formação nas mais variadas áreas.

**Entidades  
formativas  
acreditadas**

✦ Desenvolvem-se, no Concelho, algumas acções de formação no âmbito do *FORDESQ*, dirigidas a desempregados com qualificações de níveis IV e V. Estas acções visam combater o problema de desemprego de jovens qualificados, potenciando a sua formação de base através da aquisição de novas competências em domínios potencialmente geradores de emprego.

**FORDESQ**

✦ O Projecto "*Opcãov@l.pt* – *Orientação, Promoção e Valorização Profissional*", da Câmara Municipal de Valongo em parceria com outras entidades locais, tem como principal objectivo promover o emprego no Concelho de Valongo, através da definição de medidas de acção que contribuam para o equilíbrio do mercado de emprego, promovendo a inserção de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração em profissões pouco atractivas socialmente mas que são essenciais para o desenvolvimento das actividades empresariais locais. Pretende-se ainda promover o surgimento/consolidação das chamadas "novas profissões". Para a prossecução dos referidos objectivos pretende-se proceder à dinamização do Clube de Emprego, à criação de uma parceria local vocacionada para o emprego e para a orientação profissional, à realização de campanhas de marketing profissional nas escolas, ao desenvolvimento de uma metodologia de intervenção em contexto empresarial, à formação, orientação e inserção dos indivíduos alvo de intervenção (jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração) e desenvolver um plano transnacional que permita travar conhecimento com outros projectos que estão a ser desenvolvidos noutros países da União Europeia.

**CMV -  
Projecto  
"*Opcãov@l.pt*"**



✦ A *REDE SOCIAL*, instrumento que surge como uma potencialidade relativamente a várias problemáticas, visa, a este nível, fomentar a articulação e a melhoria da comunicação entre o sistema produtivo e o mercado de emprego por forma a promover a adequação entre as ofertas de emprego e os níveis de formação dos desempregados.

REDE SOCIAL

✦ A *Zona Industrial de Alfena*, que inclui o Alfena Trade Center – Retail Park e o Alfena Business Park, representa um dos maiores investimentos na Área Metropolitana do Porto no que respeita à localização empresarial, potenciando a criação de postos de trabalho e de riqueza e valor acrescentado.

Zona  
Industrial  
de Alfena

O Alfena Trade Center – Retail Park, com uma área de implantação de aproximadamente 20.000 m<sup>2</sup>, é uma estrutura composta por escritórios, restauração e serviços, enquanto que o Alfena Business Park, é um loteamento industrial que engloba uma série de componentes, nomeadamente, uma área de comércio e serviços, uma superfície comercial, um posto de abastecimento de combustível e um equipamento desportivo com circuito de manutenção. Quanto à área disponível para a localização empresarial ela é constituída por lotes que possuem uma área de implantação de 124.000 m<sup>2</sup> e de uma área de construção de aproximadamente de 90.000 m<sup>2</sup>. Situado na zona de acção do nó do IC24 em Alfena, possui condições de acessibilidade únicas ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, ao Porto de Leixões e às Auto-estradas A3 e A4.

Ao nível das **OPORTUNIDADES**, ou seja, dos *factores e recursos que poderão ser activados e que possam contribuir, de forma positiva, para a resolução dos problemas*, relativamente a esta problemática foram identificadas as seguintes:

✦ *Programa de Promoção do Emprego no Distrito do Porto (PROPEP)*, que é um plano de intervenção de âmbito regional que prevê a aplicação de medidas específicas para o Distrito do Porto, particularmente problemático ao nível do desemprego.

PROPEP

✦ *Mercado Social de Emprego*, é "... um conjunto diversificado de soluções para a reintegração sócio-profissional de desempregados em actividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado" (Resolução do Conselho de Ministros 104/96 de 9 de Julho), que visa, por um lado,

Mercado  
Social de  
Emprego

contribuir para a solução de problemas de emprego, de formação, e de outros problemas sociais, e, por outro, satisfazer necessidades de ordem social, especialmente as decorrentes de serviços e equipamentos sociais.

O Mercado Social de Emprego compreende os seguintes Programas:

- *Programas Ocupacionais* - ocupações temporárias, socialmente úteis, de desempregados subsidiados ou em situação de carência económica, enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou de formação profissional;

- *Programa Escolas-Oficinas* – proporciona aos jovens desempregados e aos adultos desempregados de longa duração, uma qualificação profissional o domínio dos ofícios tradicionais e de profissões relacionadas com a valorização do património natural e urbanístico;

- *Empresas de Inserção* – visam o combate à pobreza e à exclusão social através da inserção ou reinserção profissional dos desempregados, proporcionando-lhes a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade, favorecendo a criação de emprego, a satisfação de necessidades sociais e a promoção do desenvolvimento sócio-local;

- *Programa Inserção-Emprego* – visa promover a inserção social e profissional dos beneficiários de RMG com acordos de inserção nas áreas do emprego e/ou formação;

- *Despachos Conjuntos e Protocolos de Cooperação* – visam promover, em simultâneo, a inserção sócio-profissional de pessoas desempregadas e a satisfação de necessidades sociais através de acções integradas em projectos específicos de formação/actividade ocupacional a desenvolver no âmbito de Planos de Acção Conjunta.

✦ *Programa de Reconversão Profissional de Licenciados*, que se destina a pessoas possuidoras de um curso superior em áreas com menor empregabilidade que pretendam ingressar em licenciaturas de áreas mais orientadas às necessidades do mercado, obtendo uma segunda licenciatura. Este programa funciona assim como uma OPORTUNIDADE no combate ao problema da dificuldade de emprego após a formação académica dos jovens.

**Programa  
Reconversão  
profissional de  
Licenciados**

✦ Existência, no Concelho, de *loteamentos industriais para o potencial desenvolvimento de actividade empresarial*.

Loteamentos  
industriais

A Câmara Municipal de Valongo, no âmbito de uma política estruturada de crescimento económico do Concelho, está a promover uma zona industrial, na freguesia de Campo, em área definida para o efeito no Plano Director Municipal. A referida área é, actualmente, objecto de um plano de urbanização, o qual aguarda parecer final na tutela, tendo em vista a sua aprovação por parte da Assembleia Municipal e consequente publicação em Diário da República. Tal infra-estrutura constituirá um importante instrumento de apoio à região, estimulando as vantagens competitivas que esta possui, estando também prevista a implantação no seu seio de um terminal rodo-ferroviário, com uma área de 100.000m<sup>2</sup>.

Outra zona de localização empresarial é o Loteamento da Comital, situado na freguesia de Ermesinde e integrado na Zona Industrial da Formiga, que disponibiliza armazéns com 400 m<sup>2</sup>/500 m<sup>2</sup>, áreas comerciais e de direcção, com possibilidade de fusão de lotes.

✦ *Melhoria das Acessibilidades*, designadamente ao nível da conclusão do troço do IC24 que vai ligar Santa Maria da Feira à Ermida (na fronteira entre Paços de Ferreira e Paredes) cruzando os municípios de Valongo, Paredes, Gondomar e Vila Nova de Gaia e no qual se inclui a nova travessia sobre o Douro, que será construída entre Gaia e Gondomar. Além disso procede-se também ao alargamento de duas para três vias em cada sentido no troço do IC24 entre Matosinhos e Valongo, que permitirá uma maior fluência do tráfego, cuja média diária já excedeu as 50 mil viaturas.

Melhoria das  
Acessibilidades

✦ *Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS)*, que se encontra inserido no Eixo I do Plano de Desenvolvimento Regional/Quadro Comunitário de Apoio III – “Elevar o Nível de Qualificação dos Portugueses, Promover o Emprego e a Coesão Social” – representa um importante e decisivo apoio para o desenvolvimento das políticas activas de emprego.

POEFDS

O POEFDS está orientado para a promoção do emprego e da formação e encontra-se estruturado num conjunto coerente e integrado de 5 Eixos e 15 medidas, com destaque para as medidas destinadas aos jovens, aos activos empregados e desempregados, e aos desempregados de longa duração. É considerado uma

OPORTUNIDADE porque as entidades formadoras poderão apresentar candidaturas para formação financiada.

✦ *O Novo Código do Trabalho*, em vigor desde 1 de Dezembro de 2003, estabelece obrigações para o estado e o empregador relativamente à promoção de formação profissional dos menores que entram na vida activa. Nos termos do art. 54.º “o Estado deve proporcionar aos menores que tenham concluído a escolaridade obrigatória a formação profissional adequada à sua preparação para a vida activa” e o “empregador deve assegurar a formação profissional do menor ao seu serviço, solicitando a colaboração dos organismos competentes sempre que não disponha de meios para o efeito”.

**Novo Código do Trabalho**

✦ O Instituto Politécnico do Porto pretende criar a *Escola Superior de Hotelaria e Turismo*, a instalar em terrenos cedidos pela Câmara de Valongo, tendo já sido assinado um protocolo entre o IPP, a Câmara Municipal de Valongo, a União das Associações de Hotelaria e Restauração do Norte de Portugal e o Instituto de Formação Turística. A instalação de um estabelecimento de Ensino Superior no Concelho será benéfico, na medida em que se criam dinâmicas de desenvolvimento.

**Ensino Superior no Concelho**

✦ A Câmara Municipal de Valongo, em parceria com inúmeras entidades parceiras do Conselho Local de Acção Social de Valongo, apresentou uma candidatura concelhia ao *Programa para a Inclusão e Desenvolvimento – PROGRIDE* – na qual se prevê a implementação de algumas acções de formação complementar e profissional em áreas de maior incidência e oferta ao nível do tecido empresarial, designadamente áreas de apoio à comunidade, jardinagem, geriatria e infância, entre outras.

**Candidatura ao PROGRIDE**

Relativamente a **AMEAÇAS**, entendidas como *situações ou factores que possam condicionar a resolução dos problemas ou até agravá-los*, foram diagnosticadas as seguintes:

✦ *Elevados índices de insucesso e abandono escolar* no Concelho, que contribuem de forma decisiva para problemas como os baixos níveis de qualificação escolar e profissional, o desemprego ou o trabalho precário;

**Elevados índices de insucesso e abandono escolar**

✦ *A Conjuntura Económica Internacional* desfavorável, marcada pelo abrandamento/estagnação da actividade económica na Zona Euro, com implicações óbvias ao nível da economia nacional, a que o mercado de trabalho se apresenta particularmente vulnerável, com o aumento do fenómeno do desemprego;

**Conjuntura Económica Internacional**

✦ O recente *Alargamento da União Europeia, com abertura a dez países da Europa de Leste*, que potencia/facilita a concorrência destes países ao mercado português, cujas exportações são, maioritariamente, para os países da União Europeia. Esta concorrência é facilitada pela localização destes países, muito mais próximos do centro produtivo europeu comparativamente a Portugal. Além disso prevê-se uma dinâmica de deslocalização de algumas empresas designadamente em alguns sectores como o têxtil, vestuário e calçado, contribuindo para o aumento do fenómeno do desemprego.

**Alargamento da União Europeia a países de Leste**

✦ *Estrutura do Sistema de Ensino* português, baseado essencialmente na transmissão de conteúdos teóricos, proporcionando poucas experiências práticas, o que conduz a um défice ao nível das competências necessárias à integração no mundo do trabalho.

**Estrutura do Sistema de Ensino**

Relativamente à *Fraqueza Trabalho Precário*, foram identificadas as seguintes Ameaças:

✦ *Ineficácia de alguns mecanismos de fiscalização* do trabalho. A Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), por exemplo, debate-se com a falta de efectivos para acções de fiscalização, decorrente, entre outros factores, da falta de dotação orçamental que impossibilita a abertura de concursos de admissão.

**Ineficácia de mecanismos de fiscalização**

✦ *Baixa qualificação do tecido empresarial*, à semelhança do que acontece com a população em geral. Alguns estudos apontam os baixos níveis de qualificação profissional e escolar de trabalhadores e de patrões em Portugal como um sério obstáculo ao crescimento económico e à transformação da nossa economia, baseada principalmente em trabalho pouco qualificado e salários baixos, numa economia assente em trabalho qualificado e salários elevados.

**Baixa qualificação do Tecido Empresarial**

## **FAMÍLIA E INTERVENÇÃO SOCIAL**

- **Número de famílias residentes no Concelho (2001): 28.070**
  - Alfena: **4.466**
  - Campo: **2.639**
  - Ermesinde: **12.935**
  - Sobrado: **1.948**
  - Valongo: **6.082**
- **Variação do n.º de famílias entre 1991/2001: +31,3%**
- **Indicador de Poder de Compra *per Capita*: 93,69**
- **Beneficiários de pensões da segurança social (2002): 15.813**
- **N.º de pensionistas por cada residente activo (2001): 0,38**
- **Beneficiários de RMG/RSI (2003): 5.145**
- **N.º de beneficiários de RMG/RSI por 100 residentes (2003): 6**
- **Processos activos na CPCJ de Valongo (2004): 333**
- **Problemáticas dominantes na CPCJ de Valongo: negligência e abandono escolar**
- **Ocorrências de Violência Doméstica sinalizadas à PSP e GNR (2003): 181**
- **Taxa de cobertura dos equipamentos Creche e Creche Familiar (2004): 15,5%**
- **Taxa de cobertura dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (2004): 77,6%**
- **Taxa de cobertura dos Centros de Actividades de Tempos Livres (2004): 18%**
- **Taxa de cobertura dos Lares para Idosos (2004): 2,5%**
- **Taxa de cobertura dos Serviços de Apoio Domiciliário (2004): 2,2%**
- **Taxa de cobertura dos Centros de Dia (2004): 1,9%**
- **População com deficiência (2001): 5140, representando 5,9% da população residente**
- **Crianças/jovens com Necessidades Educativas Especiais (2004/2005): 465**
- **Unidades de Intervenção Especializada: 13**

## **FRAQUEZAS**

- ✓ Precariedade Económica
- ✓ Crianças e Jovens em Perigo
- ✓ Violência Familiar
- ✓ Insuficiência de equipamentos/ respostas sociais para a Infância e Juventude
- ✓ Insuficiência de equipamentos/ respostas sociais e lúdico-ocupacionais para a população idosa
- ✓ Inexistência de Respostas Sociais na área da saúde mental
- ✓ Ausência de equipamentos sociais para pessoas com deficiência
- ✓ Dificuldades na integração sócio-profissional das pessoas com deficiência
- ✓ Insuficiência de recursos humanos não docentes e materiais para crianças com Necessidades Educativas Especiais
- ✓ Ausência de estruturas de apoio/suporte afectivo e emocional a famílias com deficientes
- ✓ Insuficiência ao nível das Acessibilidades

Uma das fraquezas identificadas a nível local foi a *precariedade económica* de algumas famílias em acompanhamento pelos Técnicos de intervenção social, fraqueza esta associada a outro tipo de vulnerabilidades, tais como desemprego, trabalho precário, baixos níveis de qualificação escolar e profissional, abandono escolar, défices de competências parentais, crianças e jovens em perigo, desestruturação familiar e precariedade habitacional.

De acordo com o estudo *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, o Concelho de Valongo insere-se nos *Territórios industriais com forte desqualificação* (Tipo 5), que se caracterizam por um acentuado défice de integração escolar e de qualificações, bem como por rendimentos e prestações de serviços de acção social abaixo dos valores médios nacionais.

**Precariedade Económica**

Relativamente ao Rendimento, de acordo com os dados do *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, o indicador Percentagem do Poder de Compra<sup>15</sup>, que traduz o peso do poder de compra de cada concelho no total do país, é, em Valongo, o 4º mais baixo da Área Metropolitana do Porto (0,8 %).

No que toca ao Indicador de Poder de Compra *per Capita*<sup>16</sup>, que compara o poder de compra *per capita* em determinado Concelho com o poder de compra médio do país - a que foi atribuído o valor 100 -, os índices são os representados no quadro seguinte.

Quadro 37 – Indicador do Poder de Compra per Capita nos Concelhos da AMP e no Norte (2002)

Zona Geográfica	Indicador do Poder de Compra <i>per capita</i>
Espinho	112,16
Gondomar	79,58
Maia	105,75
Matosinhos	125,86
Porto	198,48
Póvoa de Varzim	83,57
<b>VALONGO</b>	<b>93,69</b>
Vila do Conde	75,59
Vila Nova de Gaia	95,11
Grande Porto	117,35
Norte	83,90

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2004

Como se pode constatar, Valongo regista o 4º mais baixo valor do Indicador *per capita* da Área Metropolitana do Porto, (93,69) valor que representa cerca de metade do registado no Concelho do Porto (198,48). Apesar disso é um dos 10 Concelhos da Região Norte com maior Poder de Compra *per capita*, ocupando o 7º lugar, onde se incluem também os Concelhos do Porto, Matosinhos, Espinho, Maia e Vila Nova de Gaia.

<sup>15</sup> Ver Glossário

<sup>16</sup> Ver Glossário



No âmbito da Protecção Social e relativamente ao número de pensionistas, a população reformada do Concelho correspondia, em 2001, a **45,7%** da população inactiva, valor ligeiramente inferior ao registado na Região Norte.

De acordo com os dados disponibilizados pela Segurança Social, em final de 2002 existiam **15813** beneficiários de pensões da segurança social (invalidez, velhice e sobrevivência), dos quais **51%** beneficiavam de pensão por Velhice, como se pode observar no seguinte quadro.

Quadro 38 - *Número de pensionistas activos em Valongo por tipo de pensão, sexo e regime da Segurança Social (31.12.2002)*

Tipo de Pensão	Regime Contributivo	Regime Não Contributivo	TOTAL
Invalidez	3269	309	3578
Velhice	7991	131	8122
Sobrevivência	4107	6	4113
TOTAL	15.367	446	15.813

Fonte: ISS - Centro Distrital do Porto

Tendo por base os dados dos Censos 2001 relativos à população residente empregada, em Valongo existem **0,38** pensionistas por cada residente activo empregado, enquanto a média nacional é de **0,78**. Este facto não pode ser dissociado da juventude da população residente.

O quadro seguinte permite-nos analisar o valor médio anual das pensões na AMP e na Região Norte, calculado com base nos dados disponíveis no Anuário Estatístico da Região Norte 2003 e que representa o valor das pensões processadas em 2003 por cada pensionista.

Quadro 39 – Valor médio anual das pensões nos Concelhos da AMP e no Norte (2003)

Zona Geográfica	Valor médio anual das pensões
Espinho	3.466 €
Gondomar	3597 €
Maia	3726 €
Matosinhos	4136 €
Porto	4243 €
Póvoa de Varzim	3041 €
<b>VALONGO</b>	<b>3526 €</b>
Vila do Conde	3244 €
Vila Nova de Gaia	3780 €
Grande Porto	3844 €
Norte	3244 €

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003

Comparativamente aos restantes concelhos da AMP, o Concelho de Valongo apresenta o 4º mais baixo valor médio anual das pensões, apesar de ser superior ao valor médio registado na Região Norte.

Este valor – **3526€** por ano por pensionista – significa que cada pensionista residente no Concelho de Valongo recebe, em média, uma pensão mensal no valor de cerca de 252€, o que contribui para que este grupo - idosos ou reformados – surja como um grupo especialmente vulnerável à pobreza e a fenómenos de exclusão social.

Ainda no que respeita à protecção social, como se pode observar no quadro seguinte, em 2003 surgiram no Concelho de Valongo **552** novos beneficiários da medida de protecção social **Rendimento Mínimo Garantido**, num total de 211 processos novos.

Quadro 40 – *Novos Processos de Rendimento Mínimo Garantido no Concelho de Valongo, por Freguesia de Residência, em 2003*

Freguesia	Requeridos	Deferidos	Indeferidos	Arquivados	Cessados	Activos	
						N.º Processos	Indivíduos abrangidos
Alfena	78	47	21	5	5	42	102
Campo	48	37	6	4	2	31	93
Ermesinde	162	92	18	16	6	76	209
Sobrado	28	20	4	4	1	15	36
Valongo	84	52	18	7	2	47	112
<b>TOTAL</b>	<b>400</b>	<b>248</b>	<b>67</b>	<b>36</b>	<b>16</b>	<b>211</b>	<b>552</b>

Fonte: ISS - Centro Distrital do Porto

De acordo com os dados do quadro seguinte, em 2003 existiam **5145** beneficiários, dos quais **53,2%** do sexo feminino. Relativamente à idade, trata-se de uma população muito jovem, uma vez que **49,3%** dos beneficiários têm idade inferior a 25 anos e **71,9%** têm menos de 40 anos de idade.

Quadro 41 – *Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido no Concelho de Valongo, segundo o Sexo e a Idade (2003)*

	TOTAL	Sexo				Idade							
		H		M		= < 24 anos		25 - 39		40 - 54		= > 55 anos	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>N.º de Beneficiários</b>	5145	2409	46,8	2736	53,2	2534	49,3	1163	22,6	874	16,9	574	11,2

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003

Relativamente ao peso dos beneficiários na população residente, em Valongo existem cerca de 6 beneficiários de RMG em cada 100 residentes no Concelho, 2º valor mais elevado da AMP. Como se pode observar, é também um valor elevado relativamente à média da AMP (5,1), à Região Norte (4,2) e à média nacional (3,2).

Quadro 42 – *Peso dos Beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido na população residente, nos Concelhos da AMP e no Norte*

Zona Geográfica	Beneficiários do RMG face à população residente (%)
Espinho	4,6
Gondomar	5,6
Maia	4,1
Matosinhos	4,7
Porto	6,1
Póvoa de Varzim	2,6
<b>VALONGO</b>	<b>5,9</b>
Vila do Conde	3,2
Vila Nova de Gaia	5,2
Grande Porto	5,1
Norte	4,2

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003 e Censos 2001

Além dos indicadores previamente analisados, podemos ainda constatar, observando o quadro seguinte, que uma grande fatia dos apoios económicos atribuídos pela Segurança Social em 2003 (**32,3%**) foi destinado a situações de precariedade, num total de **394** processos e de **55.391,39 €**.

Quadro 43 - *Subsídios de Acção Social (2003): montantes atribuídos e n.º de processos por tipo de subsídio*

Tipo Subsídio	Valores atribuídos			N.º de Processos		
	Mensais	Eventuais	Total	Mensais	Eventuais	Total
Apoio domiciliário	60.628,48	131,5	<b>60.759,98</b>	31	1	<b>32</b>
Toxicodependência	28.280,94	5.352,67	<b>33.633,61</b>	28	12	<b>40</b>
HIV/Sida	21.438,44	295,54	<b>21.733,98</b>	14	4	<b>18</b>
Precariedade	21.702,01	33.689,38	<b>55.391,39</b>	25	369	<b>394</b>
Sub - Total	132.049,87	39.469,09	<b>171.518,96</b>	98	386	<b>484</b>
Lares Lucrativos	---	---	<b>86.751,5</b>	---	---	<b>14</b>
Ajudas Técnicas	---	---	<b>30.954,39</b>	---	---	<b>140</b>
<b>TOTAL</b>	<b>264.099,74</b>	<b>78.938,18</b>	<b>460.743,81</b>	<b>196</b>	<b>772</b>	<b>1122</b>

Fonte: ISS - Centro Distrital do Porto

Como **FORÇAS** para este problema específico foram identificadas:

✦ as *Conferências Vicentinas* existentes no Concelho de Valongo, entre as muitas Conferências da Sociedade de S. Vicente de Paulo do Distrito do Porto. A Sociedade de S. Vicente de Paulo, implantada em Portugal desde 1859, é uma organização católica internacional de leigos que se organizam em conferências e que, de forma voluntária, apoiam pessoas e famílias em situação de carência, ajudando no combate ao problema da precariedade económica;

✦ *Rendimento Mínimo Garantido*, medida de protecção social criada pela Lei 19-A/96, de 29 de Junho, posteriormente substituído pelo *Rendimento Social de Inserção*, criado pela Lei 13/2003, de 21 de Maio. Esta medida visa combater a exclusão pela inserção social e profissional dos destinatários, pelo que criou uma base mínima de rendimentos seguros e regulares que permitam a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção profissional e social. Instituiu uma prestação incluída no subsistema de solidariedade associada a um programa de inserção que deve ser oferecido pelas instituições e cumprido pelas famílias beneficiárias. O programa de inserção, que deve estar adaptado à situação concreta de cada pessoa e família, deve partir dos níveis mais básicos do apoio psicossocial, da formação escolar, da formação de base para competências sociais e pessoais, da habitação, entre outras, atendendo depois às questões da formação profissional e do emprego. É uma ferramenta importante no combate à precariedade económica, com um número considerável de beneficiários residentes no Concelho de Valongo;

✦ *Serviços de Acção Social* da Câmara Municipal de Valongo, do Centro Distrital de Segurança Social – Serviço Local de Valongo - e das Instituições de Solidariedade Social existentes no Concelho de Valongo. Existem 25 Instituições de Solidariedade Social concelhias, entre IPSS's, Misericórdia, Conferências Vicentinas e outras associações com intervenção ao nível da acção social. Destas instituições, 13 gerem equipamentos sociais e integram técnicos de intervenção social (serviço social, sociologia, psicologia, educação social).

Ao nível da Precariedade Económica não foram identificadas **OPORTUNIDADES**.

Como **AMEAÇAS** foi elencado apenas o *Desemprego* e *Trabalho Precário*, já aprofundados no capítulo anterior, na medida em que estão associados, frequentemente, à ausência ou a baixos níveis de rendimentos.

Conferências  
Vicentinas

RMG/RSI

Serviços de  
Acção Social

Desemprego e  
Trabalho  
Precário

Relativamente à fraqueza *Crianças e Jovens em Perigo* existiam, no final de 2004, **333** processos activos na **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo (CPCJ)** o que traduz **333** crianças/jovens em acompanhamento. Destes, **155** processos foram instaurados no próprio ano e **155** haviam transitado de anos anteriores.

**Crianças e Jovens em Perigo**

Quadro 44 - Fluxo Processual da C.P.C.J. de Valongo em 2004

	Instaurados	Reabertos	Arquivados	Arquivados liminar	Transitados	Total processos activos
Processos	155	28*	73	120	155	333

\* 23 referentes a anos anteriores e 5 arquivados em 2004

Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo, 2005

Relativamente aos processos instaurados em 2004, a distribuição das crianças e jovens em acompanhamento de acordo com o sexo e a idade é a seguinte:

Quadro 45 - Processos Instaurados segundo o Sexo e a Idade das crianças e jovens acompanhados pela CPCJ (2004)

SEXO	GRUPO ETÁRIO												TOTAL	
	0 - 2 anos		3 - 5 anos		6 - 9 anos		10 - 12 anos		13 - 15 anos		16 - 17 anos			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Masculino	9	5,8	11	7,0	14	9,0	18	11,6	17	11,0	6	3,9	75	48,4
Feminino	13	8,4	14	9,0	14	9,0	16	10,3	19	12,3	4	2,6	80	51,6
Total	22	14,2	25	16,1	28	18,1	34	21,9	36	23,2	10	6,5	155	100,0

Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo, 2005

Como se pode observar no quadro anterior, **14,2%** dos processos instaurados respeitam a crianças com idade até 2 anos e **48,4%** são processos de crianças com idade inferior a 10 anos.

No que respeita às problemáticas detectadas, dos processos instaurados em 2004, foram detectadas situações de **negligência** em **67** processos (**43,2%**), que surge como a problemática dominante.

A segunda problemática mais diagnosticada foi o **abandono escolar**, em **45** processos (**29%**), surgindo logo de seguida a **exposição a modelos de comportamento desviante (22,6%)** e os **maus tratos físicos (9,3%)**.

Quadro 46 - *Processos Instaurados na C.P.C.J. de Valongo segundo a Problemática Dominante (2004)*

Problemática Dominante (por ordem decrescente de incidência)		N.º	%
1. <sup>a</sup>	Negligência	67	43,2
2. <sup>a</sup>	Abandono Escolar	45	29
3. <sup>a</sup>	Exposição a modelos de comportamento desviante	35	22,6
4. <sup>a</sup>	Maus tratos físicos	17	9,3

Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo, 2005

A nível nacional, segundo dados de 2002, a negligência também surge como a problemática dominante, em **34,5%** dos processos, também seguida do abandono escolar.

Quadro 47 - *Processos Instaurados na Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco segundo a Problemática Dominante (2002)*

Problemática Dominante (por ordem decrescente de incidência)		N.º	%
1. <sup>a</sup>	Negligência	3647	34,5
2. <sup>a</sup>	Abandono Escolar	2516	23,8
3. <sup>a</sup>	Maus tratos físicos e psicológicos	1601	15,1
4. <sup>a</sup>	Exposição a modelos de comportamento desviante	911	8,6

Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo, 2005

De acordo com os dados disponibilizados pela **Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT) de Valongo**, em Outubro de 2004 existiam **99** crianças e jovens em acompanhamento, das quais **41,4%** têm mais de 12 anos e **55,6%** têm idade igual ou superior a 10 anos.

Como **FORÇAS** para este problema específico foram identificadas:

✦ *Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo – CPCJ* - que, nos termos do 12º, 1 da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, é uma instituição judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação ou desenvolvimento integral. A nível local, a Portaria n.º 27/96 instalou a Comissão de Protecção de Menores e a Portaria n.º 1226-CF de 30/12/200 reorganiza a CPM em Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo.

**CPCJ de  
Valongo**

✦ *Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais – EMAT* -, constituída por técnicos do Instituto de Segurança Social, I.P., com competências ao nível do acompanhamento dos menores em perigo junto dos tribunais, que consiste no apoio técnico às decisões dos tribunais tomadas no âmbito dos processos judiciais de promoção e protecção, no acompanhamento da execução das medidas de promoção dos direitos e de protecção aplicadas e no apoio aos menores que intervenham em processos judiciais de promoção e protecção.

**EMAT de  
Valongo**

✦ *Equipamentos/Respostas Sociais para Crianças e Jovens em Situação de Risco* existentes no Concelho de Valongo. Existem **2** Lares de Crianças e Jovens e **1** Centro de Acolhimento Temporário, nos quais estão institucionalizados **99** crianças/jovens e **36** Famílias de Acolhimento, nas quais estão colocadas **114** crianças/jovens.

**Equipamentos/  
Respostas  
Sociais**

Quadro 48 - *Equipamentos para Crianças e Jovens em Situação de Risco*

Equipamentos	Capacidade	N.º de utentes	Lista de espera
Lar de Crianças e Jovens (feminino)	44	42	---
Lar de Crianças e Jovens (masculino)	35	29	---
Centro de Acolhimento Temporário	28	28	3

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004



Quadro 49 – Famílias de Acolhimento Concelhias

Famílias de Acolhimento	N.º de famílias	N.º de crianças
Famílias de Acolhimento Familiares <sup>17</sup>	57	80
Famílias de Acolhimento Não Familiares <sup>18</sup>	17	29
TOTAL	74	109

✦ *Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil – PETI*, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004, de 20 de Março, sucede ao Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) como uma estrutura de projecto a funcionar na dependência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que visa a eliminação da exploração do trabalho infantil e desenvolve, entre outras medidas, o Programa de Integrado de Educação e Formação – PIEF.

PETI

✦ *Linhas Telefónicas de Apoio: SOS Criança* (800 20 26 51); **Recados da Criança** (800 20 21 48); **Criança Maltratada** do Projecto de Apoio à Família e à Criança (21 343 33 33);

Linhas  
Telefónicas  
de Apoio

Ao nível das **OPORTUNIDADES** foi diagnosticada a Candidatura concelhia apresentada pela Câmara ao *Programa para a Inclusão e Desenvolvimento – PROGRIDE* – na qual se prevê a constituição de uma Escola de Pais e o desenvolvimento de cursos de Formação Parental.

Candidatura  
ao PROGRIDE

Relativamente às **AMEAÇAS** são as seguintes:

✦ *Inexistência, no Concelho, de Juízo do Tribunal de Família e Menores;*

Inexistência de  
Juízo de Família e  
Menores

<sup>17</sup> Ver Glossário

<sup>18</sup> Ver Glossário

✦ *Insuficiência de Recursos materiais e humanos e falta de técnicos especializados ao nível da CPCJ e da EMAT.* A EMAT de Valongo é constituída apenas por 2 Técnicos: 1 Psicólogo a tempo inteiro e uma Técnica Superior de Serviço Social afecta a 30% do tempo.

A CPCJ de Valongo actualmente é composta por 6 Técnicos Superiores de Serviço Social, afectas de 30% a 50%, 1 Técnico de Direito, afecto a 10%, 1 Professor, afecto a 40% e um elemento da PSP, afecto a 20%.

**Insuficiência de recursos humanos e materiais**

Outro problema diagnosticado foi a *Violência Familiar*/Doméstica, definida no *II Plano Nacional contra a Violência Doméstica* como “o tipo de violência que ocorre entre membros de uma mesma família ou que partilham o mesmo espaço de habitação”.

É um problema que tem vindo a ganhar visibilidade ao longo da última década, e, lentamente, tem vindo a ser ultrapassada a concepção de que se trata de um problema da esfera da intimidade para ser aquilo que já é reconhecido no nosso país: um crime público. Não obstante, o problema da violência familiar continua, não raras vezes, a manter-se na intimidade, sendo por isso difícil conhecer profundamente esta realidade. Além disso, e apesar de grande parte das vítimas serem mulheres, existem também muitos casos de violência sobre crianças, idosos e pessoas com deficiência, realidade sobre a qual se conhece muito pouco.

**Violência Familiar**

Relativamente ao Concelho de Valongo apenas podemos recorrer aos dados fornecidos pelas forças de segurança, que, desde Março de 98, passaram a registar de forma autónoma os crimes de violência familiar (até à data eram classificados como ofensas corporais), bem como aos dados do Instituto de Reinserção Social.

Assim, no ano de 2003, no Concelho de Valongo, foram registadas pelas forças de segurança (PSP e GNR) **181** ocorrências de Violência Doméstica, das quais **86,7%** foram casos de violência perpetrada contra a cónjuge ou companheira. Estes valores significam que, em Valongo, existem **2,1** ocorrências de violência doméstica registadas por 1000 habitantes. Relativamente a vítimas, de acordo com os dados referidos, **164** são do sexo feminino, o que representa **3,72‰** das mulheres residentes em Valongo. No que respeita a dados da justiça, em 2001, foram instaurados **15** processos no Tribunal de Valongo, tendo, em 3 deles, sido aplicada a medida de afastamento dos agressores (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres - CIDM).

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto de Reinserção Social, no ano de 2003 foram enviados ao IRS **11** processos de indivíduos residentes no Concelho de Valongo condenados por crime de violência doméstica, e em 2004, até 17 de Setembro, foram enviados **5** novos casos relativos a Valongo. Tratam-se de processos de indivíduos condenados por crime de violência doméstica sob medidas de acompanhamento como pena alternativa à prisão.

As **FORÇAS** identificadas no combate a este problema foram:

✦ *Instituto de Reinserção Social*, que é um instituto público dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, sujeito à superintendência e tutela do Ministro da Justiça, sendo o organismo responsável pelas políticas de prevenção criminal e de reinserção social, designadamente nos domínios da prevenção da delinquência juvenil, das medidas tutelares educativas e da promoção de medidas penais alternativas à prisão. O Concelho de Valongo está integrado na área de intervenção do IRS de Gondomar.

**IRS**

✦ *Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)*, organismo da Administração Pública que existe desde 1975, que tem funções de dinamização do II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006) e que tem um serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica – **800 20 21 48**

**CIDM**

✦ *Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)*, instituição particular de solidariedade social, pessoa colectiva de utilidade pública, que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos vítimas de infracções penais. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado, que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais. Dispõe também de uma linha de apoio à vítima que funciona nos dias úteis das 10h às 13h e das 14h às 17h30 – **707 200 077**

**APAV**

✦ *Gabinete de Estudos e de Atendimento a Vítimas (GEAV)* da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, que articula a intervenção em agressores com a intervenção em vítimas de violência familiar.

**GEAV**

✦ *Projecto Estrada Larga – Caminhos para Famílias sem Violência*, projecto da iniciativa do Clube Soroptimist International do Porto “Invicta”, aprovado pela CIDM e co-financiado pela União Europeia – Fundo Social Europeu. Este projecto tem como principal objectivo informar e sensibilizar os cidadãos sobre o que fazer perante situações de violência familiar, indo ao encontro de alunos, professores, técnicos, autarcas e público em geral.

**Projecto Estrada Larga**

Relativamente a **OPORTUNIDADES** no combate ao problema da Violência Familiar, foram elencadas as seguintes:

✦ *União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)*, Associação que visa a defesa dos Direitos da Mulher e que orienta a sua acção no apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, orientando-as na concretização de uma vivência social e psicológica com melhores condições e possibilidades de integração na sociedade e bem estar consigo próprias. Foi criada em 1976 e é uma associação de âmbito nacional, com delegações regionais nos Açores, na Madeira, no Porto e em Almada.

**UMAR**

✦ Candidatura concelhia apresentada ao *PROGRIDE*, uma vez que uma das acções propostas é a criação de um “Refúgio de Emergência” para vítimas de violência familiar.

**Candidatura ao PROGRIDE**

Os factores que dificultam a resolução do problema (**AMEAÇAS**) são:

✦ *Inexistência da “cultura de denúncia”*, uma vez que, em Portugal, está ainda muito enraizada a concepção de que se trata essencialmente de um problema familiar, traduzida no provérbio português “entre marido e mulher não metas a colher”, isto apesar de, como já foi referido, a violência familiar ser já reconhecida no nosso país como um crime público;

**Inexistência da “cultura de denúncia”**

✦ *Ineficácia das medidas de protecção à vítima* de violência familiar, previstas na legislação, designadamente a medida de coacção de afastamento do agressor da residência da vítima e a pena acessória de proibição de contacto com a vítima. Estas medidas não têm tido uma aplicação generalizada e efectiva, pelo que uma das

**Ineficácia de mecanismos de protecção à vítima**

medidas previstas no *II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica* é a "Sensibilização dos magistrados no sentido da aplicação da medida de coacção de afastamento do agressor prevista no artigo 200º do Código de Processo Penal e da pena acessória de proibição de contacto com a vítima prevista no artigo 152, n.º 6, do Código Penal".

No que respeita ao problema *insuficiência de equipamentos/respostas sociais para a Infância e Juventude*, começamos pelos equipamentos para a 1ª Infância, entre os 4 meses e os 3 anos de idade, designadamente pela análise das taxas de cobertura dos referidos equipamentos e pelo número de potenciais utentes em listas de espera.

A análise das taxas de cobertura deve ser cuidadosa, uma vez que a população alvo<sup>19</sup>, além de ser calculada com base em dados relativos a 2001, pode não coincidir com o número de crianças que realmente necessitam da resposta, pois existem casos em que os pais, avós ou outros familiares podem e querem ficar com as crianças a cargo. Além disso, a esfera de influência geográfica das creches pode calcular-se não só pela localização do domicílio mas também pelo local de trabalho dos progenitores ou encarregados de educação, pois alguns preferem transportá-las para estabelecimentos situados na área do seu local de trabalho.

No entanto a análise destas taxas permite leituras comparativas, devendo ter-se em consideração alguns factores tais como as taxas de actividade feminina registadas.

O Concelho de Valongo apresentava, em 2001, uma taxa de actividade feminina de **46,6%**, a 3ª mais elevada dos Concelhos da AMP, apenas inferior à registada nos Concelhos da Maia e Vila Nova de Gaia, sendo também superior à média registada na AMP (**45,8%**).

Analisando simultaneamente algumas das **FORÇAS**, mais especificamente os equipamentos sociais concelhios para esta população específica, existem, no Concelho de Valongo, **14** Equipamentos de Creche, dos quais apenas 6 são da Rede Solidária, e 8 são da Rede Lucrativa, como podemos observar no quadro seguinte.

**Insuficiência de Equipamentos/respostas sociais para a Infância e Juventude**

**Equipamentos/respostas sociais concelhios para a Infância e Juventude**

<sup>19</sup> Para determinar a população-alvo das diferentes valências utilizou-se a informação proveniente dos Censos 2001: crianças com menos de 3 anos (Creche e Creche Familiar), crianças com idades compreendidas entre 3 e os 5 anos (Jardim de Infância); crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos (ATL); indivíduos com 65 ou mais anos (respostas sociais para idosos).

Existe ainda uma Creche Familiar, que é um conjunto de amas residentes numa mesma área geográfica (freguesia de Ermesinde) e enquadradas por uma Instituição Particular de Solidariedade Social.

Quadro 50- Equipamentos Concelhios para a 1.<sup>a</sup> Infância

Valências	N.º de Valências				Capacidade instalada				N.º de Utentes			
	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total
Creche	6	8	---	14	259	203	---	462	255	188	---	443
Creche Familiar	1	---	---	1	44	---	---	44	45	---	---	45

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

A análise do quadro seguinte permite observar uma taxa efectiva de cobertura<sup>20</sup> destes equipamentos (Creche e Creche Familiar) de **15,5%**, o que significa que 15,5% das crianças residentes no Concelho de Valongo com idade inferior a 3 anos está enquadrada nos equipamentos concelhios.

Quadro 51 - Taxas de utilização e de cobertura dos equipamentos sociais concelhios para a 1.<sup>a</sup> Infância

Valências	Taxa de utilização			Taxa potencial de cobertura <sup>21</sup>			Taxa efectiva de cobertura		
	Solidária	Lucrativa	Total	Solidária	Lucrativa	Total	Solidária	Lucrativa	Total
Creche	98,5%	92,6%	95,9%	8,2%	6,4%	14,6%	8%	6%	14%
Creche Familiar	102,3%	---	102,3%	1,4%	---	1,4%	1,4%	---	1,4%
TOTAL	99%	92,6%	96,4%	9,6%	6,4%	16,1%	9,5%	6%	15,5%

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

<sup>20</sup> Taxa efectiva de cobertura calculada de acordo com a seguinte fórmula: N.º de utentes/população-alvo X 100

<sup>21</sup> Taxa potencial de cobertura calculada de acordo com a seguinte fórmula: Capacidade instalada/população-alvo X 100

Esta taxa efectiva de cobertura em Valongo (15,5%) é inferior à média do Continente – 20,3% - mas superior à taxa registada no Distrito do Porto – **12,3%**, de acordo com dados constantes no documento *Taxas de Cobertura (2004)*. Além disso existem, em todo o Concelho, cerca de **350** utentes em lista de espera.

O quadro seguinte permite ainda analisar as Taxas de Utilização<sup>22</sup> (relação entre o número de utentes e a capacidade instalada) destes equipamentos por Freguesia.

Quadro 52 - *Taxas de utilização dos equipamentos sociais concelhios para a 1ª Infância, das Redes Solidária e Lucrativa, por Freguesia*

Valências	Alfena			Campo			Ermesinde			Sobrado			Valongo		
	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total
Creche	83,3%	86,6%	84,6%	105,7%	---	105,7%	100%	87,9%	94,1%	105,7%	---	105,7%	100%	100%	100%
Creche Familiar	---	---	---	---	---	---	102,3%	102,3%	102,3%	---	---	---	---	---	---

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

Verifica-se que, em Campo e Sobrado, freguesias onde existe apenas um equipamento de Creche (ambos da Rede Solidária), estes equipamentos têm taxas de utilização superiores a 100%. Este facto, aliado à existência de listas de espera com 50 e 37 utentes respectivamente, traduz uma sobrelotação destes equipamentos nestas freguesias.

Na freguesia de Valongo, na qual existem 4 equipamentos de Creche (1 da Rede Solidária e 3 da Rede Lucrativa), a taxa de utilização é de 100%, existindo ainda uma lista de espera de 204 utentes.

A Freguesia de Ermesinde é servida por 6 equipamentos de Creche (2 da Rede Solidária e 4 da Rede Lucrativa) e uma Creche Familiar. Como se pode observar, as Creches da Rede Solidária têm uma taxa de utilização de 100%, bem como uma lista de espera de 47 utentes, enquanto as da Rede Lucrativa têm uma taxa de utilização de 87,9%. A Creche Familiar, com uma taxa de utilização de 102,3%, tem uma lista de espera composta por 39 utentes.

A Freguesia de Alfena, onde existem 2 equipamentos de Creche (1 da Rede Solidária e 1 da Rede Lucrativa), é a Freguesia que regista uma taxa de utilização mais baixa, de

<sup>22</sup> Taxa de utilização calculada de acordo com a seguinte fórmula: N.º de utentes/capacidade instalada X 100

**84,6%**, apresentando o equipamento da Rede Solidária uma taxa de apenas **83,3%**, uma vez que, de acordo com os dados fornecidos pela instituição no preenchimento do inquérito, o equipamento tem capacidade para 48 crianças e apenas 40 utentes. Estes dados poderiam indiciar a existência de vagas neste equipamento, o que não parece corresponder à realidade.

Relativamente aos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, para crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, existem no Concelho de Valongo **48** estabelecimentos, dos quais **7** da Rede Solidária, **14** da Rede Lucrativa e **27** da Rede Pública, frequentados por um total de **2341** crianças.

Quadro 53 - *Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar concelhios*

Valências	N.º de Valências				Capacidade instalada				N.º de Utentes			
	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total
Pré-Escolar	7	14	27	48	548	823	1125	2496	525	736	1080	2341

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

Como se pode observar no quadro 54, a taxa efectiva de cobertura do pré-escolar em Valongo é de **77,6%**, valor ligeiramente superior ao definido pelo Decreto-Lei 147/97 como objectivo a atingir até final de 2000 (75%). Existem ainda **589** crianças em lista de espera para integrarem a educação pré-escolar.

Quadro 54 - *Taxas de utilização e de cobertura dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar concelhios*

Valências	Taxa de utilização				Taxa potencial de cobertura				Taxa efectiva de cobertura			
	Sol.	Luc.	Púb.	Total	Sol.	Luc.	Púb.	Total	Sol.	Luc.	Púb.	Total
Pré-Escolar	95,8%	89,4%	96%	93,8%	18,2%	27,3%	37,3%	82,7%	17,4%	24,4%	35,8%	77,6%

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004



O quadro seguinte permite-nos analisar as taxas de utilização dos referidos equipamentos por freguesia.

Quadro 55 - *Taxas de utilização dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, das Redes Solidária, Lucrativa e Pública, por Freguesia*

Freguesia	Tipos de Equipamento	Taxas de utilização
Alfena	Solidária	95,8%
	Lucrativa	85%
	Pública	94,2%
	Total	93,9%
Campo	Solidária	72,9%
	Lucrativa	---
	Pública	104,5%
	Total	91,5%
Ermesinde	Solidária	112%
	Lucrativa	95,1%
	Pública	97%
	Total	99,4%
Sobrado	Solidária	80%
	Lucrativa	43%
	Pública	88%
	Total	72,3%
Valongo	Solidária	100%
	Lucrativa	99,2%
	Pública	94,8%
	Total	97,1%

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

À excepção da freguesia de Sobrado, que tem uma taxa de utilização de apenas **72,3%**, nas restantes freguesias estas taxas ultrapassam os **90%**, chegando próximo dos 100% em Ermesinde, o que aponta para uma forte ocupação, muito próxima do pleno. A taxa relativamente baixa em Sobrado fica a dever-se essencialmente à baixa taxa de utilização do equipamento existente da Rede Lucrativa (**43%**).

Relativamente à natureza jurídica da entidade proprietária dos equipamentos, as taxas de utilização dos equipamentos da Rede Solidária e da Rede Pública são francamente superiores à da Rede Lucrativa.

Para as crianças e jovens em idade escolar existem, no Concelho, **18** Centros de Actividades de Tempos Livres, dos quais **14** (77,7%) da Rede Solidária, com o total de **906** utentes. De salientar que, dos 14 Centros de Actividades de Tempos Livres da Rede Solidária, **6** são localizados em Empreendimentos de Habitação Social: 1 em Alfena, 2 em Campo, 2 em Ermesinde e 1 em Valongo.

Quadro 56 - Equipamentos sociais concelhios de Actividades de Tempos Livres

Valências	N.º de Valências				Capacidade instalada				N.º de Utentes			
	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total
A.T.L.	14	4	---	18	767	160	---	927	780	126	---	906

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

Como se pode ver no quadro 57, Valongo apresenta uma taxa efectiva de cobertura de **18%**, enquanto no Distrito do Porto a mesma taxa é de apenas **12,2%** e ao nível do Continente é de **21%**.

Quadro 57 - Taxas de utilização e de cobertura dos equipamentos sociais concelhios de Actividades de Tempos Livres

Valência	Taxa de utilização			Taxa potencial de cobertura			Taxa efectiva de cobertura		
	Solidária	Lucrativa	Total	Solidária	Lucrativa	Total	Solidária	Lucrativa	Total
A.T.L.	101,7%	78,8%	97,7%	15,2%	3,2%	18,4%	15,5%	2,5%	18,0%

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

Como se pode depreender da análise do quadro 58, a freguesia de Sobrado é que apresenta uma mais reduzida taxa de utilização deste equipamento, possivelmente decorrente do facto de existir apenas uma única resposta a este nível, resposta essa integrada na rede pública.

Nas outras freguesias as taxas de utilização situam-se próximo dos 100%, ultrapassando este valor em Ermesinde e em Valongo, no que se refere à rede solidária.

Quadro 58 - *Taxas de utilização dos equipamentos sociais de Actividades de Tempos Livres das Redes Solidária e Lucrativa, por Freguesia*

Alfena			Campo			Ermesinde			Sobrado			Valongo		
Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total
88,6%	---	88,6%	97,2%	---	97,2%	106,5%	100%	105,4%	---	40%	40%	102,9%	86,6%	98%

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

Além dos Equipamentos de Actividades de Tempos Livres típicos enunciados existem ainda, na freguesia de Ermesinde um *Centro Ocupacional Juvenil* e um *Centro Comunitário*, com desenvolvimento de actividades sócio-educativas (equipamentos do Centro Social de Ermesinde) e o *Espaço Jovem* do Centro Social e Comunitário de Ermesinde (ADICE), espaços atípicos vocacionados para a ocupação de tempos livres de crianças e jovens.

Para este problema foram identificadas ainda outras **FORÇAS** além das anteriormente enunciadas, que foram as seguintes:

✦ *A Existência de cantinas e/ou refeitórios em 82% dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública*, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, o que garante o serviço de alimentação (um dos serviços da componente de apoio à família) a 865 crianças.

**Cantinas nos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar**

✦ *Projecto "Viver em Liberdade"* desenvolvido pela ADICE no âmbito do *Programa Escolhas - 2.ª Geração*, cujo público-alvo é a população residente nos Empreendimentos de Habitação Social de Sampaio, Mirante de Sonhos e Barreiro de Cima. No âmbito deste Projecto foi criado um *Centro de Inclusão Digital (CID)*, espaço equipado com computadores com ligação à Internet, facilitando o acesso e a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. Desenvolvem-se ainda outras actividades tais como apoio psicossocial, orientação vocacional e profissional, campanhas de sensibilização para temas como higiene oral e pessoal, educação alimentar e educação para a cidadania.

**Projecto "Viver em Liberdade"**

✦ *Espaços Infantis Imediatos de Ermesinde e Valongo*, espaços criados no âmbito da Agência para a Vida Local da Câmara Municipal de Valongo que acolhem gratuitamente crianças entre os 2 e os 7 anos, durante 5 horas semanais, em períodos pontuais em que os encarregados de educação necessitem de apoio.

**CMV- Espaços Infantis Imediatos**

✦ *OraJúnior Digital*, serviço prestado no âmbito da Agência para a Vida Local da Câmara Municipal que consiste em cursos de formação na área das TIC vocacionados para jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos.

**CMV- OraJúnior Digital**

✦ *Existência de 104 associações* culturais/desportivas/recreativas no Concelho, que podem ser potenciadas no desenvolvimento de inúmeras actividades de ocupação de tempos livres das crianças e jovens do Concelho;

**Associações Concelhias**

✦ *Existência de Centros Culturais em todas as freguesias*, que permitem a dinamização de actividades lúdico-recreativas vocacionadas quer para a juventude, quer para a 3.ª idade.

**Centros Culturais em todas as freguesias**

✦ *Programa Férias Desportivas* da Câmara Municipal de Valongo, projecto desportivo que decorre nas Férias de Verão nas 5 freguesias do Concelho. Este projecto, de participação gratuita, visa a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens dos 8 aos 15 anos, sob a orientação de Técnicos de Educação Física.

**CMV – Programa Férias Desportivas**

✦ *Natação gratuita* para todos os alunos do 4.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, integrados em estabelecimentos de ensino público concelhios, que decorre nas piscinas municipais de Alfena, Campo e Ermesinde, sendo os alunos residentes em Valongo e Sobrado transportados para estas freguesias.

**CMV – natação gratuita**

✦ *ADOLESCER* - Espaço de Atendimento da Câmara Municipal de Valongo – destinado a todos os jovens do Concelho que necessitem de ajuda no esclarecimento de dúvidas ao nível da sexualidade, planeamento familiar, orientação vocacional e profissional e relacionamento interpessoal. Este espaço é assegurado por profissionais das áreas de psicologia e sociologia, contando igualmente com a colaboração de médicos do Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde.

**CMV- ADOLESCER**

✦ A *REDE SOCIAL*, instrumento que surge como uma potencialidade relativamente a várias problemáticas, visa, a este nível, promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos sociais.

## REDE SOCIAL

### **OPORTUNIDADES:**

✦ *Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar* que prevê, na componente de apoio à família, o prolongamento de horário dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar para desenvolvimento de actividades de animação sócio-educativa.

**Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar**

✦ *Programa Desporto Escolar* do Ministério de Educação, que se aplica a todos os estabelecimentos de educação e ensino oficial, particular, cooperativo ou profissional, dependentes ou não do Ministério de Educação, onde seja curricularmente ministrada a disciplina de Educação Física e destina-se aos alunos dos Ensinos Básico e Secundário. Os estabelecimentos de ensino que desejem implementar o Programa Desporto Escolar deverão apresentar candidatura, formalizada através do envio de um Projecto de Escola, e poderão, desta forma, proporcionar aos alunos, dentro da escola, actividades desportivas de carácter recreativo/lúdico, de formação ou de orientação desportiva.

**Programa Desporto Escolar**

✦ *Candidaturas ao POEFDS e ao Instituto de Segurança Social, I.P.* ao nível do financiamento da construção de equipamentos e do estabelecimento de acordos de cooperação, por parte das IPSS's.

**Candidaturas ao POEFDS e ao ISS**

✦ Candidatura concelhia apresentada pela Câmara Municipal de Valongo ao *PROGRIDE*, designadamente ao nível da proposta de criação de espaços de animação sócio-educativos e culturais itinerantes.

**Candidatura ao PROGRIDE**

Os factores que dificultam a resolução deste problema **(AMEAÇAS)** são essencialmente:

✦ *Défice orçamental da Segurança Social*, que dificulta o estabelecimento de novos ou o alargamento dos acordos de cooperação com as IPSS's;

Défice Orçamental

✦ *Insuficiência de comparticipação da Segurança Social* relativamente aos acordos de cooperação estabelecidos;

Insuficiência de comparticipação

✦ *Legislação que regula a protecção na maternidade e paternidade*, que tem vindo a ser progressivamente alterada no sentido da sua melhoria e que actualmente prevê um período de licença por maternidade e por paternidade de 120 dias, com possibilidade de alargamento para 150 dias, mediante a opção do trabalhador, mas com o pagamento de apenas 80% do vencimento. Apesar destas melhorias progressivas, Portugal ainda se encontra distante de alguns outros países da União Europeia, onde as licenças de maternidade e/ou a concessão de outros apoios na maternidade são mais vantajosos para as famílias, permitindo/facilitando a melhor conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Lei de protecção na maternidade e paternidade

Também relativamente à população idosa se verifica o problema da *insuficiência de equipamentos/respostas sociais*, bem como de *respostas lúdico-ocupacionais*.

Apesar de Valongo registar ainda um baixo **índice de envelhecimento da população (56,4%)** relativamente à média nacional **(103,6%)** e à AMP **(81,8%)**, o fenómeno de envelhecimento demográfico também se faz sentir a nível concelhio. Efectivamente, e como foi já explorado no Capítulo I, entre 1991 e 2001 registou-se um aumento da população residente com mais de 65 anos, na ordem dos 59%, bem como alterações substanciais na estrutura familiar, tendo aumentado em cerca de 80% o número de famílias com apenas uma pessoa, compostas, em 42% dos casos, por idosos. Além disso, 13,5% dos idosos residentes no Concelho vivem sozinhos e 29,8% residem integrados em famílias com apenas 2 pessoas, ambas com mais de 65 anos.

Insuficiência de equipamentos /respostas sociais e lúdico-ocupacionais para a população idosa

Estes dados poderão ser indicadores de algum isolamento das pessoas idosas, isolamento esse que se agrava com a insuficiência de respostas lúdico-ocupacionais

para este grupo populacional. Efectivamente, a nível local, não se realizam, de forma sistemática e continuada, actividades lúdicas, de ocupação de tempos livres, vocacionados para este grupo populacional, à excepção de algumas actividades pontuais desenvolvidas pela Câmara Municipal de Valongo e Juntas de Freguesia.

Este tipo de actividade desenvolve-se, de forma mais estruturada e continuada, nos diferentes equipamentos sociais para a população idosa.

Na abordagem deste problema é crucial proceder à análise das taxas de cobertura dos referidos equipamentos e do número de potenciais utentes em listas de espera, em simultâneo com a análise dos equipamentos existentes, entendidos como **FORÇAS**.

O Concelho de Valongo encontra-se servido por **3 Lares para Idosos**, com **208** utentes, **6 Serviços de Apoio Domiciliário**, que servem **189** pessoas e **6 Centros de Dia**, com **159** utentes, todos da Rede Solidária.

Equipamentos/  
respostas sociais  
concelhios  
para a população  
idosa

Quadro 59 - Equipamentos sociais concelhios para a População Idosa

Valências	N.º de Valências				Capacidade instalada				N.º de Utentes			
	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total
Lar para Idosos	3	---	---	3	228	---	---	228	208	---	---	208
Centro de Dia	6	---	---	6	202	---	---	202	159	---	---	159
S.A.D.	6	---	---	6	214	---	---	214	189	---	---	189

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias

Quadro 60 - Taxas de utilização e de cobertura dos equipamentos sociais concelhios para a População Idosa

Valências	Taxa de utilização			Taxa potencial de cobertura			Taxa efectiva de cobertura		
	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total	Sol.	Luc.	Total
Lar para Idosos	95,6%	---	95,6%	2,7%	---	2,7%	2,5%	---	2,5%
S.A.D.	88,3%	---	88,3%	2,5%	---	2,5%	2,2%	---	2,2 %
Centro de Dia	87,4%	---	87,4%	2,4%	---	2,4%	1,9%	---	1,9%

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias

Os **Lares para Idosos** estão localizados nas freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo e têm uma taxa de cobertura efectiva de **2,5%**, ligeiramente superior à do Distrito do Porto (**2,3%**) mas inferior à do Continente (**3,5%**).

A taxa de utilização deste equipamento ultrapassa os **90%** e existe uma lista de espera para os diferentes estabelecimentos na ordem dos **1085** utentes.

Quadro 61 - *Taxas de utilização dos equipamentos sociais concelhios para a População Idosa, por Freguesia*

Valências	Alfena	Campo	Ermesinde	Sobrado	Valongo
Lar para Idosos	91,2%	---	100%	---	100%
S.A.D.	73,3%	100%	104,8%	73,3%	55%
Centro de Dia	88%	142,9%	92%	100%	62,5%

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

O **Serviço de Apoio Domiciliário** existe em todas as freguesias (2 em Ermesinde) e a taxa de cobertura concelhia (**2,2%**) é ligeiramente superior à distrital (**2,1%**), mas inferior à média Continental (**3,6%**). Em Campo a taxa de utilização é de 100% e em Ermesinde ultrapassa este valor, sendo de apenas **73,3%** nas freguesias de Alfena e Sobrado.

No que respeita à valência **Centro de Dia**, o Concelho apresenta uma taxa de cobertura efectiva de **1,9%**, exactamente o mesmo valor da registada no Distrito do Porto, e inferior à média do Continente (**2,6%**). Os 6 equipamentos existentes estão distribuídos pelas 5 freguesias, mas com taxas de utilização e número de utentes algo diferentes.

O equipamento existente na freguesia de Alfena tem 22 utentes e o existente na freguesia de Valongo tem 25 utentes. Os equipamentos de Ermesinde têm uma taxa de utilização de 92% e servem 92 utentes, tendo uma lista de espera com 24.

Em Campo e Sobrado, apesar das taxas de utilização serem de 142,9% e 100%, respectivamente, a procura deste equipamento não é muito significativa, uma vez que têm 10 utentes em cada um destes equipamentos. Além disso ambas as instituições reduziram a capacidade destes equipamentos relativamente a 2004, provavelmente devido à reduzida procura.



Além dos equipamentos referidos, foram elencadas ainda as seguintes **FORÇAS:**

✦ *OraSénior Digital*, serviço prestado no âmbito da Agência para a Vida Local da Câmara Municipal que consiste em cursos de formação na área das TIC vocacionados para pessoas com idade superior a 60 anos.

CMV-  
OraSénior  
Digital

✦ Actividades desenvolvidas pela *Câmara Municipal de Valongo*, no âmbito do Departamento de Educação, Acção Social e Desporto, destinadas a portadores do Cartão Idoso Municipal – Passeio a Fátima, Convívio na Quinta da Malafaia, Almoço de Natal, Ginástica para a 3.ª Idade, entre outras

CMV - DEASD

✦ *Linha do cidadão idoso: 800 20 35 31*

É um serviço da Provedoria da Justiça que funciona todos os dias úteis, entre as 9h00 e as 17h00 e serve para informar e divulgar, junto dos cidadãos idosos, uma série de direitos e benefícios, em áreas como a Saúde, Segurança Social, Habitação, Equipamentos e Serviços e Tempos Livres.

Linha do  
cidadão idoso

✦ A *REDE SOCIAL*, instrumento que surge como uma potencialidade relativamente a várias problemáticas, visa, a este nível, promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos sociais.

REDE SOCIAL

✦ *Existência de Centros Culturais em todas as freguesias*, que permitem a dinamização de actividades lúdico-recreativas vocacionadas para a 3.ª idade

Centros  
Culturais em  
todas as  
freguesias

### **OPORTUNIDADES:**

✦ *Sala de Convívio do Centro Social e Comunitário de Ermesinde*, equipamento da ADICE para a população idosa que ainda não se encontra a funcionar em pleno;

Sala de  
convívio

✦ *Candidatura à criação de um Centro de Noite* na freguesia de Campo apresentada pelo Centro Paroquial e Social S.Martinho de Campo

Candidatura a  
Centro de Noite

✦ *Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)*, que promove vários projectos de apoio às pessoas idosas e suas famílias, entre os quais o Serviço Telealarme, com o objectivo de promover atitudes e medidas preventivas do isolamento, da exclusão e da dependência.

PAII

✦ Centro de Dia em construção na freguesia de Valongo

Centro de Dia em construção

✦ *Candidaturas ao POEFDS e ao Instituto de Segurança Social, I.P.* ao nível do financiamento da construção de equipamentos e do estabelecimento de acordos de cooperação, por parte das IPSS's.

Candidaturas ao POEFDS e ao ISS.

### **AMEAÇAS:**

✦ *Défice orçamental da Segurança Social*, que dificulta o estabelecimento de novos ou o alargamento dos acordos de cooperação com as IPSS's;

Défice Orcamental

✦ *A população idosa constitui um grupo especialmente vulnerável à pobreza*, até porque, tal como foi referido anteriormente, na análise do problema ***Precariedade Económica***, o valor médio das pensões é muito reduzido (**252€/mês em 2003**).

População idosa vulnerável à pobreza

Outro problema identificado prende-se com *a inexistência, no Concelho, de qualquer serviço ou equipamento para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico*, o que constitui uma enorme necessidade sentida não só pelos técnicos da área da saúde como pelos técnicos de intervenção social.

Inexistência de Respostas Sociais na área da Saúde Mental

De acordo com *o Plano Nacional de Saúde – orientações estratégicas para 2004-2010*, documento do Ministério da Saúde, há situações de exclusão social que resultam de doenças psiquiátricas, bem como do consumo excessivo e/ou dependência de álcool e drogas, nomeadamente nos sem-abrigo, grupo em que a prevalência de perturbações psiquiátricas (incluindo abuso e/ou dependência de álcool e drogas) é superior a 90%. Além disso, existem casos de doença mental grave e incapacitante, designadamente a esquizofrenia, que estão frequentemente associados a situações de exclusão social. Estas situações caracterizam-se por ausência de retaguarda familiar e de integração

profissional, bem como por dificuldades de adesão ao tratamento e aos cuidados de saúde em geral.

Uma vez que estes doentes acorrem pouco aos serviços de saúde que, por sua vez, têm uma capacidade reduzida para ir ao seu encontro, uma resposta articulada entre os serviços de acção social e os serviços de saúde é a mais ajustada para este tipo de situações.

De acordo com os dados fornecidos pelo Serviço de Psiquiatria do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo, dos **107 doentes seguidos em consulta externa em 2004 com diagnóstico de esquizofrenia**, cerca de **25 a 30 casos** necessitariam de apoio residencial e cerca de **40 a 50** teriam necessidade de apoios específicos em unidades de dia.

Torna-se assim premente a instalação de equipamentos nesta área, que facilitem a reabilitação psicossocial e que permitam o acolhimento, apoio e inserção profissional de pessoas com doença mental.

A este nível a única **FORÇA** identificada foi a *REDE SOCIAL* que, tal como no que refere aos outros equipamentos/respostas sociais visa promover uma cobertura adequada do concelho por serviços, equipamentos e respostas sociais.

**REDE SOCIAL**

Ao nível das **OPORTUNIDADES:**

✦ Legislação que institui um modelo de intervenção articulada entre a saúde e a acção social, dirigida às pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico - *Despacho conjunto dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade n.º 407/98* – que prevê a criação de respostas articuladas tais como **Unidade de Vida Apoiada, Unidade de Vida Protegida, Unidade de Vida Autónoma e Fórum Sócio-Ocupacional**. A referida legislação prevê a criação destas respostas por parte das IPSS's, Misericórdias ou Mutualidades, com o apoio do Ministério do Trabalho e da Solidariedade na comparticipação do investimento e funcionamento dos equipamentos e do Ministério da Saúde no que se refere à prestação dos cuidados de saúde.

**Legislação que prevê a criação de respostas articuladas - Despacho conjunto 407/98**

✦ Existência, no Concelho, de *13 Instituições sem fins lucrativos* que desenvolvem actividade no âmbito da Acção Social, que podem, eventualmente, criar respostas a este nível.

**Instituições Concelhias**

★ *Candidaturas ao POEFDS e ao Instituto de Segurança Social, I.P.* ao nível do financiamento da construção de equipamentos e do estabelecimento de acordos de cooperação, por parte das Instituições.

Ao nível das **AMEAÇAS** foi identificada o *Défice orçamental da Segurança Social*, que poderá dificultar o estabelecimento de novos acordos de cooperação com as IPSS's.

Também na área da *Deficiência* o Concelho de Valongo se caracteriza por uma total *ausência de equipamentos sociais*, o que obriga à deslocação para fora do Concelho da população com idade igual ou superior aos 16 anos, idade a partir da qual ficam fora do sistema de ensino regular, por deixarem de estar abrangidos pela escolaridade mínima obrigatória.

De acordo com os dados do INE, em 2001 existiam em Valongo **5140** pessoas com deficiência, representando **5,9%** da totalidade da população residente, valor ligeiramente inferior ao registado a nível nacional – **6,1%**.

Como se pode ver no quadro seguinte, o grupo etário onde se concentram mais situações de deficiência é entre os 50 e os 59 anos de idade, concentrando-se 33,4% dos casos entre os 40 e os 59 anos de idade. 24,4% da população com deficiência tem idade inferior a 30 anos, sendo que 4,2% tem menos de 10 anos de idade.

Quadro 62 - *População Residente com Deficiência no Concelho de Valongo segundo o Grupo Etário (2001)*

Grupo Etário	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80-89	90 +
%	4,2	8,4	11,8	13,9	16,6	16,8	13,7	9,7	4,3	0,6

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente ao grau de incapacidade, a maioria da população com deficiência não tem grau de incapacidade atribuído e 28% possui um grau de incapacidade elevado, superior a 60%.

Candidaturas  
ao POEFDS e  
ao ISS.

Défice  
Orçamental

Ausência de  
equipamentos  
sociais para  
pessoas com  
deficiência

Quadro 63 - *População Residente com Deficiência, segundo o Grau de Incapacidade e Sexo no Concelho de Valongo (2001)*

	Homens	Mulheres	Total	%
Sem grau de incapacidade atribuído	1.384	1.260	2.644	51,4
Com incapacidade inferior a 30%	369	179	548	10,7
Com incapacidade entre 30% a 59%	289	218	507	9,9
Com incapacidade entre 60% a 80%	493	394	887	17,3
Com incapacidade superior a 80%	279	275	554	10,8
Total de população residente com deficiência	2.814	2.326	5.140	100

Fonte: INE, Censos 2001

As **FORÇAS** são:

✦ *Equipamentos Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) e Lar Residencial extra-concelhios que recebem utentes do Concelho de Valongo*, tais como o Centro de Costa Cabral (CDSS); Centro de Actividades Ocupacionais do Centro de Educação Especial de Latino Coelho (CDSS); Centro Comunitário Villa Urbana de Valbom (APPC); Centro de Leonardo Coimbra (APPACDM); Associação de Apoio ao Deficiente de Gondomar; Centro de Actividades Ocupacionais da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC); Centro de Actividades Ocupacionais do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto (CDSS); EMAÚS – Associação de Apoio ao Deficiente Mental em Paredes;

✦ *REDE SOCIAL* que, tal como no que refere aos outros equipamentos/respostas sociais visa, a este nível, promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos sociais.

As **OPORTUNIDADES** identificadas são:

✦ *Implementação em curso de um Centro de Actividades Ocupacionais e Lar Residencial* por parte do Centro Social e Paroquial de Alfena, cuja abertura se prevê que ocorra durante o decurso deste ano.

**Equipamentos  
CAO e Lar  
Residencial  
extra-concelhios**

**REDE SOCIAL**

**Implementação  
de CAO e Lar  
Residencial no  
Concelho em  
curso**

✦ Existência, no Concelho, de *13 Instituições sem fins lucrativos* que desenvolvem actividade no âmbito da Acção Social, que podem, eventualmente, criar respostas a este nível.

✦ *Candidaturas ao POEFDS e ao Instituto de Segurança Social, I.P.* ao nível do financiamento da construção de equipamentos e do estabelecimento de acordos de cooperação, por parte das Instituições.

Relativamente às **AMEAÇAS**, tal como acontece relativamente à criação ou alargamento de outros equipamentos/respostas sociais, foi identificado uma vez mais o *Défice orçamental da Segurança Social*, que poderá dificultar o estabelecimento de novos acordos de cooperação com as IPSS's.

Para terminar a análise dos **equipamentos sociais** apresentam-se no quadro seguinte os equipamentos/respostas sociais existentes no concelho de Valongo (Ver Guia de Recursos).

Quadro 64- Equipamentos Concelhios, capacidade e número de utentes

Valências	N.º de Valências				Capacidade instalada				N.º de Utentes			
	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total	Solidária	Lucrativa	Pública	Total
Creche	6	8	---	14	259	203	---	462	255	188	---	443
Creche Familiar	1	---	---	1	44	---	---	44	45	---	---	45
Pré-Escolar	7	14	27	48	548	823	1125	2496	525	736	1080	2341
A.T.L.	14	4	---	18	767	160	---	927	780	126	---	906
Lar de Crianças e Jovens	2	---	---	2	79	---	---	79	71	---	---	71
Centro de Acolhimento Temporário	1	---	---	1	28	---	---	28	28	---	---	28
Lar para Idosos	3	---	---	3	228	---	---	228	208	---	---	208
Centro de Dia	6	---	---	6	202	---	---	202	159	---	---	159
Serviço de Apoio Domiciliário	6	---	---	6	214	---	---	214	189	---	---	189
Centro Comunitário	2	---	---	2	265	---	---	265	400	---	---	400

Fonte: Inquérito aplicado às Instituições Concelhias, 2004

Instituições  
Concelhias

Candidaturas  
ao POEFDS e  
ao ISS.

Défice  
Orçamental da  
Segurança  
Social

Uma outra fraqueza identificada, mas ainda relacionada com a Deficiência, prende-se com *difficultades na integração sócio-profissional das pessoas com deficiência*. Efectivamente, **63%** das pessoas com deficiência não possui actividade económica, dos quais **35,6%** são reformados ou aposentados e **16%** estão incapacitados permanentemente para o trabalho.

**Dificuldades na integração sócio-profissional das pessoas com deficiência**

Como **FORÇAS** foram identificados:

✦ *Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG)* e o *Centro de Educação e Formação Profissional Integrada (CEFPI)*, ambos centros de gestão participada do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que promovem respostas no âmbito da Formação e Emprego com vista a promover a integração profissional de pessoas com deficiência;

**CRPG e CEFPI, Centros de Gestão Participada do IEFP**

✦ *Centro de Emprego de Valongo*, no âmbito do trabalho desenvolvido na área da reabilitação profissional das pessoas com deficiência;

**Centro de Emprego de Valongo**

✦ *Centro de Reabilitação da Areosa*, equipamento do Centro Distrital de Segurança Social - Instituto de Segurança Social, I.P. - que visa a promoção da igualdade de oportunidades e o acesso a direitos de cidadania para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Integra 3 unidades: *Avaliação e Orientação*, *Risco Social* e *Reabilitação Funcional de Cegos Adultos*. A unidade de *Avaliação e Orientação* inclui um processo de Triagem, Avaliação, Desenvolvimento de competências (pessoais, sociais e ocupacionais) e Encaminhamento para formação em exercício em Mercado Aberto de Trabalho, na figura de Estágio de Inserção Social ou Tarefas Ocupacionais na Comunidade e destina-se a pessoas com deficiência intelectual, auditiva e motora e doença mental, com idade superior a 16 anos e residentes no Distrito do Porto.

**Centro de Reabilitação da Areosa**

A unidade *Risco Social*, também com âmbito Distrital, visa promover as condições facilitadoras de uma plena participação da pessoa na sociedade, diminuindo as desvantagens desencadeadoras de fragilidade social e potenciando a sua integração cívica, económica e social, tendo como destinatários jovens com idade igual ou superior a 12 anos em situação de risco social, sinalizados pelos Tribunais, Comissões de Protecção, escolas ou outras instituições.

Finalmente a unidade de *Reabilitação Funcional* destina-se a pessoas com deficiência visual adquirida, com idade superior a 16 anos, e visa a reabilitação psicossocial com treino de técnicas específicas favorecedoras da aquisição de autonomia pessoal e social. O âmbito geográfico é a Região Norte.

Para este problema não foi identificada qualquer **OPORTUNIDADE** e como **AMEAÇA** foi elencada a existência de *legislação desadequada de "emprego apoiado"*, desajustada às especificidades da pessoa com deficiência.

Legislação desadequada de "emprego apoiado"

Outra fraqueza enunciada nesta problemática prende-se com a *insuficiência de recursos humanos não docentes e materiais para crianças com Necessidades Educativas Especiais*.

Insuficiência de recursos humanos não docentes e materiais para crianças com N.E.E.

Como se pode constatar da análise do quadro seguinte, no ano lectivo 2004/2005 foram identificados **465** crianças/jovens com Necessidades Educativas Especiais residentes no Concelho de Valongo.

Quadro 65- Número de alunos de Ensino Especial, segundo a faixa etária, o sexo e a freguesia de residência

Freguesia	Faixa Etária															TOTAL		
	Dos 0 aos 2			Dos 3 aos 5			Dos 6 aos 15			Dos 16 aos 18			Maiores de 18 anos					
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Alfena	-	-	-	7	6	13	40	12	52	4	4	8	-	-	-	51	22	73
Campo	1	-	1	4	2	8	52	13	65	2	2	4	-	-	-	59	17	76
Ermesinde	3	-	3	11	5	16	94	52	146	6	6	12	-	2	2	114	65	179
Sobrado	-	-	-	2	2	4	14	11	25	-	1	1	-	-	-	16	14	30
Valongo	-	-	-	8	2	10	64	26	90	2	3	5	2	-	2	76	31	107
TOTAL	4	-	4	32	17	49	264	114	378	14	16	30	2	2	4	316	149	465

Fonte: Questionário aplicado à Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos, Janeiro de 2005

A análise do quadro 66 permite verificar que cerca de **23,6%** das crianças e jovens com N.E.E. possuem deficiência ao nível do Domínio da Comunicação, Linguagem e Fala, dos quais 13,3% sofrem de dislexia. Em cerca de 22% das crianças e jovens foram identificados problemas do Domínio Emocional e da Personalidade e em 16,3% foram identificadas outras necessidades educativas especiais de grau ligeiro.



Quadro 66 - Número de alunos de Ensino Especial, segundo o tipo de deficiência identificada

Tipo de deficiência identificada			TOTAL	
			N	%
Domínio Sensorial	Visão	Cegueira	1	0,2
		Baixa Visão	8	1,7
	Audição	Moderada	0	0,0
		Severa/ Profunda	5	1,1
	Visão + Audição		0	0,0
Domínio Cognitivo	Mental Moderada		61	13,1
	Mental Severa		12	2,6
Domínio Motor	Paralisia Cerebral		27	5,8
	Outros Problemas Motores		32	6,9
Domínio Cognitivo, Sensorial e/ou Motor (Multideficiência)			10	2,2
Domínio da Comunicação, Linguagem e Fala	Dislexia		62	13,3
	Problemas Fala		48	10,3
Domínio Emocional e da Personalidade	Autismo		24	5,2
	Outros		78	16,8
Domínio da Saúde Física			20	4,3
Outras NEE de grau ligeiro			76	16,3
Sobredotação			3	0,6
TOTAL			465	100,0

Fonte: Questionário aplicado à Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos, Janeiro de 2005

Algumas destas crianças, integradas em Escolas/Jardins de Infância Concelhios, encontram-se dependentes de total supervisão ou apoio de um adulto no desenvolvimento de tarefas mais elementares de vida diária, como a alimentação, higiene pessoal, locomoção, etc. Acontece que grande parte das escolas não tem Auxiliares de Acção Educativa em número suficiente para fazer face ao serviço acrescido devido ao conjunto de actividades suplementares resultantes de inclusão de alunos dependentes.

De acordo com informações prestadas pela ECAE, os estabelecimentos de Ensino podem solicitar à DREN a atribuição de horas para contrato de "tarefeiras" que, preferencialmente, terão por função a realização de actividades de limpeza, libertando as Auxiliares de Acção Educativa para uma maior intervenção de apoio aos alunos dependentes. Esta solicitação é realizada no início de cada ano lectivo e renegociada em Janeiro, sendo frequentemente reduzido o número de horas atribuídas por parte da DREN. A contratação destas tarefeiras é feita mediante a celebração de contratos individuais de trabalho, cuja duração de trabalho semanal não pode exceder as 20 horas. A grande mobilidade destes funcionários provocada pela precariedade dos seus

contratos pela redefinição anual do número de funcionários a contratar, cria grande instabilidade no funcionamento das unidades de intervenção especializada.

### **FORÇAS:**

✦ *Ajudas técnicas* financiadas pelo Ministério da Educação (SASE e PIDDAC), para utilização em contexto educativo, e fornecidas pela Segurança Social, para utilização em domicílio.

**Ajudas Técnicas**

✦ *Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Valongo*, estrutura do Ministério de Educação orientada no sentido do planeamento e organização local dos serviços especializados de apoio educativo, em articulação com as escolas e serviços existentes no Concelho. As suas competências são, entre outras, a gestão pedagógica dos serviços especializados de apoio educativo afectos às escolas do Concelho, sendo responsável pela organização de pedidos de ajudas técnicas a utilizar em contexto educativo e de tarefas para alunos totalmente dependentes.

**ECAE de Valongo**

No Concelho existem **13** Unidades de Intervenção Especializada distribuídas por todo o Concelho, onde estão integrados **98** alunos, como se pode constatar do quadro seguinte.

Quadro 67 - Número de alunos de Ensino Especial, segundo o tipo de deficiência identificada

Atendimento Específico		Escolas	N.º de alunos		
			UIE	Sala aula/UIE	TOTAL
Unidades de Intervenção Especializada	Mental, Motora e Multideficiência	EB1 Xisto	6	6	12
		EB1 Saibreiras	8	4	12
		EB1 Susão	3	3	6
		EB1 Outeiro	3	4	7
		EB2/3 D. António Ferreira Gomes	---	15	15
		EB2/3 Alfena	---	5	5
		EB2/3 Padre Américo		7	7
		EB2/3 Valongo		13	13
		EB2/3 Sobrado		2	2
		EB2/3 S. Lourenço		4	4
	Intervenção Precoce	JI Cabeda	2	2	4
		JI Outeiro	3	4	7
	Unidade de Apoio a Surdos	EB1 Azenha	---	4	4
<b>TOTAL ALUNOS</b>			98		

Fonte: Questionário aplicado à Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos, Janeiro de 2005

Algumas destas crianças e jovens em idade escolar necessitam ser transportadas para a escola, tendo sido identificada, a este nível, uma *insuficiência de transporte para crianças e jovens com deficiência*. Esta necessidade é sentida também por alguns jovens e adultos que se deslocam para os equipamentos existentes fora do Concelho.

**Insuficiência de transporte para crianças e jovens com deficiência**

✦ A única **FORÇA** identificada foi a *Câmara Municipal de Valongo*. Efectivamente a autarquia efectua o transporte de jovens e adultos para alguns equipamentos fora do Concelho, num total de **23** pessoas, de acordo com dados fornecidos pelo Sector de Ensino da autarquia relativos a Fevereiro de 2005.

**Câmara Municipal de Valongo**

Além disso, não obstante assegurar o transporte de crianças e jovens em idade escolar que residem a mais de 4Km da escola, efectua ainda o transporte de crianças e jovens que frequentam Unidades de Intervenção Especializada, ainda que residam a menos de 4Km da escola, mediante financiamento do Ministério de Educação (SASE).

A insuficiência de transporte prende-se com o facto de nem sempre ser possível adequar os horários do transporte efectuado pela autarquia aos horários de entrada e saída da escola, o que provoca, por vezes, situações de atrasos sistemáticos.

Ao nível concelhio assiste-se ainda à *ausência de estruturas de apoio/suporte afectivo e emocional a famílias com deficientes*, designadamente estruturas Concelhias que facultem informação acerca dos recursos existentes ou que promovam a criação de grupos de auto-ajuda para familiares de pessoas com deficiência.

**Ausência de estruturas de apoio/suporte afectivo e emocional a famílias com deficientes**

A este nível não foi identificada qualquer força, mas apenas **OPORTUNIDADES**, designadamente:

✦ *ECAE de Valongo*, no sentido de que actualmente é a única estrutura concelhia que presta algum apoio/informação a pais de crianças e jovens com deficiência;

**ECAE**

✦ Associação de Apoio à Deficiência de Valongo – AAEVA – associação concelhia recentemente criada;

**AAEVA**

✦ *Estruturas existentes fora dos limites concelhios* tais como o Centro de Paralisia Cerebral do Porto, a Unidade de Avaliação, Desenvolvimento e Intervenção Precoce (UADIP), a Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas

**Estruturas extra-concelhias**

(APECDA), a Associação de Surdos do Porto e Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO).

Outra questão relacionada ainda com a deficiência é a *insuficiência ao nível das acessibilidades*, conceito muito mais abrangente que as barreiras físicas e/ou arquitectónicas existentes no meio envolvente. O conceito **Acessibilidade** é entendido como a possibilidade que um indivíduo tem de compreender e interagir com o espaço, bem como comunicar-se com os outros cidadãos. É condição prévia para a inclusão social, um direito básico que garanta a não discriminação do cidadão em função das suas necessidades especiais.

O espaço urbano contém inúmeras lacunas ao nível do acesso, quer às edificações e aos transportes, como aos serviços e aos meios de comunicação e informação, lacunas essas que podem e devem supridas. A resolução destas questões implica não só a supressão de barreiras arquitectónicas, como também a disponibilização de meios de comunicação e informação acessíveis, bem como a formação específica de funcionários com funções de atendimento ao público, no sentido de sensibilizar para os direitos e para a mudança de atitudes face às pessoas com deficiência.

**Insuficiência ao nível das acessibilidades**

### **FORÇAS:**

✦ *Associação de Surdos do Porto*, que, numa parceria com o Centro de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual, disponibiliza os serviços de Intérpretes de Língua Gestual, de modo a possibilitar o pleno acesso das pessoas surdas aos Serviços Públicos.

**Associação de Surdos do Porto**

✦ *Câmara Municipal de Valongo* na medida em promove *Natação Terapêutica*, modalidade aquática desenvolvida na Piscina Municipal de Campo. Esta modalidade tem uma vertente terapêutica e é dirigida a pessoas com deficiência ou outras limitações físicas, permitindo-lhes o acesso à natação. É gratuita para crianças com Necessidades Educativas Especiais que frequentam o 1º ciclo, cujas famílias possuam baixos níveis de rendimentos.

**CMV – Natação Terapêutica**

### **OPORTUNIDADES:**

✦ *Câmara Municipal de Valongo* foi também identificada como uma oportunidade relativamente a esta fraqueza, uma vez que tem competências ao nível do licenciamento de construções e de intervenções na via pública, cujas regras estão previstas em Regulamentos Municipais e no Decreto-Lei 123/97 de 22 de Maio. Este Decreto-Lei aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, através da supressão das barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública.

**Câmara  
Municipal de  
Valongo**

## **SAÚDE E COMPORTAMENTOS DE RISCO**

- **Taxa de Natalidade (2001): 12,3‰**
- **Taxa de Mortalidade (2001): 6,8‰**
- **Médicos por 100 habitantes (2001): 2,5**
- **N.º de utentes com médico de família (2003): 75.136**
- **N.º de utentes sem médico de família (2003): 16.817, 18,3% do total dos utentes**
- **N.º doentes activos do Centro Regional de Alcoologia do Norte residentes em Valongo (2003): 99**
- **N.º de doentes activos nos CAT's residentes em Valongo (1.º semestre 2004): 384**
- **N.º de casos de gravidez na adolescência (2004): 32**
- **N.º de doentes activos na consulta de psiquiatria, no Hospital N.ª Sr.ª da Conceição de Valongo (2003): 3703**
- **N.º de casos novos de tuberculose (2004) :61**
- **Taxa de incidência tuberculose (2004): 70,9/100.000Hab**
  - Alfena: **73,2/100.000Hab**
  - Campo: **104,1/100.000Hab**
  - Ermesinde: **62,6/100.000Hab**
  - Sobrado: **44,9/100.000Hab**
  - Valongo: **80,2/100.000Hab**
- **N.º de doentes acamados com cuidados de enfermagem ao domicílio (2004): 129**

## **FRAQUEZAS**

- ✓ Alcoolismo
- ✓ Toxicodependência
- ✓ Gravidez na adolescência
- ✓ Doença Mental
- ✓ Carência de Técnicos Especializados (Médicos de Família, Psicólogos, Estomatologistas)
- ✓ Doenças infecto-contagiosas
- ✓ Falta de cuidados continuados em várias áreas da saúde
- ✓ Falta de estímulos a estilos de vida saudável

O fenómeno do *Alcoolismo* tem sido um dos problemas sociais mais graves da nossa sociedade. De acordo com o documento do Ministério da Saúde *Plano Nacional de Saúde – orientações estratégicas para 2004-2010*, os estudos indicam que, em Portugal, **7%** da população são doentes alcoólicos (síndrome de dependência de álcool) e **9%** da população são bebedores excessivos (síndrome de abuso de álcool).

### **Alcoolismo**

No concelho de Valongo este fenómeno não está caracterizado, existindo apenas o universo de utentes do CRAN (Centro Regional de Alcoologia do Norte) em Março de 2005, distribuídos por sexo.

Quadro 68 - *Número de doentes activos no CRAN, com residência no Concelho de Valongo (2004)*

N.º de doentes activos		
Masculino	Feminino	Total
75	24	99

Fonte: CRAN- Centro Regional de Alcoologia do Norte, 2005

As **FORÇAS** identificadas no combate a este problema foram:

✦ *Grupo de Alcoólicos Anónimos*, que pertence à Associação Alcoólicos Anónimos Portugal e que reúne semanalmente ao sábado de manhã no Centro de Saúde de Ermesinde.

**Grupo de  
Alcoólicos  
Anónimos**

✦ *Centro Regional de Alcoologia do Norte (CRAN)*, entidade tutelada pelo Ministério da Saúde que exerce funções no domínio da prevenção e tratamento das doenças ligadas ao consumo abusivo de substâncias alcoólicas, da reabilitação dos indivíduos, da coordenação de actividades de combate ao alcoolismo e do ensino e investigação na área da alcoologia. Este centro regional funciona em articulação com os cuidados de saúde primários e os serviços de saúde mental daí, serem elencadas as forças referidas abaixo.

**CRAN**

✦ *Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde;*

**Centro de Saúde  
de Valongo e  
Ermesinde**

✦ *Hospital de S. João*, que através dos serviços de urgência dão resposta imediata a situações de crise, como por exemplo, o coma alcoólico;

**Hospital de  
S. João**

✦ *Serviço de Psiquiatria do Hospital Nossa Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Valongo.*

**Serviço de  
Psiquiatria do  
Hospital de  
Valongo**

Relativamente a **OPORTUNIDADES** no combate a esta fraqueza foi identificada a *Candidatura ao Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências*. Estes Planos Municipais surgiram no âmbito do Plano de Acção de Luta contra a Droga e Toxicodependências – Horizonte 2004, com o objectivo de concertar esforços entre o IDT, as Câmaras Municipais e a Sociedade Civil na partilha de responsabilidades na área da Prevenção Primária das Toxicodependências. Como o próprio nome indica a candidatura tem que ser da iniciativa do município.

**Candidatura ao  
Plano Municipal  
de Prevenção  
Primária das  
Toxicodependências**



As **AMEAÇAS** identificadas ao combate deste problema foram:

✦ *Aceitação Cultural* que existe na nossa sociedade ao fenómeno do alcoolismo, ocorrendo sistematicamente circunstâncias sociais e culturais que fomentam e tornam possível o seu uso generalizado tais como os momentos de lazer ou de trabalho como almoços de negócios;

**Aceitação Cultural**

✦ *Não reconhecimento do problema*, por parte dos alcoólicos já que há uma negação dos doentes quanto à sua condição. Além disso, numa fase inicial é mais difícil fazer o auto-diagnóstico, pois os limites entre o uso "social" e a dependência nem sempre são claros.

**Não reconhecimento do problema**

✦ *Acesso facilitado ao consumo de álcool por incumprimento das leis*, mais concretamente por incumprimento do Decreto - Lei n.º 9/2002, de 24 de Janeiro que restringe a venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos. Existe a percepção que nem todos os estabelecimentos comerciais são rigorosos no cumprimento desta medida.

**Acesso facilitado ao consumo de álcool, por incumprimento das leis**

No que respeita à problemática da *Toxicodependência*, também não existe um conhecimento muito aprofundado acerca da realidade concelhia, sendo que apenas temos disponíveis o número de doentes activos nos Centro de Atendimento de Toxicodependentes – CAT - (com pelo menos uma consulta no período em questão) residentes no Concelho de Valongo, excepto CAT Conde.

**Toxicodependência**

Como se pode constatar da análise do quadro seguinte, no 1º semestre de 2004 existiam **384** doentes activos nos CAT's da Delegação Regional do Norte do IDT, dos quais **91%** são do sexo masculino. Relativamente ao Grupo Etário, **55%** dos utentes têm idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos de idade, sendo de salientar ainda que cerca de **7%** dos doentes têm idade inferior a 25 anos e cerca de **9%** têm idade superior a 45 anos.

Quadro 69 - Número de doentes activos nos CAT's da DRN do IDT (excepto CAT Conde), com residência no Concelho de Valongo (1º semestre de 2004)

Grupo Etário	N.º de doentes activos		
	Masculino	Feminino	Total
15-19	4	0	4
20-25	16	6	22
25-29	53	4	57
30-34	95	7	102
35-39	97	12	109
40-44	51	6	57
45-49	29	0	29
>=50	4	0	4
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>35</b>	<b>384</b>

Fonte: IDT, Delegação Regional do Norte, 2004

Relativamente à freguesia de residência, **37,7%** dos doentes reside em Ermesinde, **23,4%** reside na freguesia de Valongo e **16,9%** na freguesia de Campo.

Considerando o total da população residente nas diferentes freguesias, podemos constatar que é na freguesia de Campo que se regista a maior taxa de incidência (**7,5‰**), ou seja, em cada 1000 habitantes registaram-se **7,5** doentes activos nesta freguesia, seguida da freguesia de Sobrado, onde se regista uma taxa de incidência de **5,8‰**, enquanto a freguesia de Alfena regista a menor taxa de incidência (**3,3‰**).

No entanto deve ter-se em consideração que estes valores foram calculados apenas com base no número de toxicodependentes a efectuar tratamento nos CAT's, o que poderá ser um pouco redutor da realidade.

Quadro 70 - Número de doentes activos nos CAT's da DRN do IDT (excepto CAT Conde), com residência no Concelho de Valongo (1º semestre de 2004)

Freguesia	N.º de doentes activos			População residente	‰
	Masculino	Feminino	Total		
<b>Alfena</b>	41	4	45	13.665	3,3
<b>Campo</b>	55	10	65	8.645	7,5
<b>Ermesinde</b>	129	16	145	38.315	3,8
<b>Sobrado</b>	39	0	39	6.682	5,8
<b>Valongo</b>	85	5	90	18.698	4,8

Fonte: IDT, Delegação Regional do Norte, 2004

**FORÇAS:**

✦ *Centros de Atendimento de Toxicodependentes (CAT)*, estruturas pertencentes ao IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência - instituto público, sob a tutela do Ministério da Saúde. Os CAT são unidades de tratamento em regime ambulatorio, em que se presta cuidados globais a toxicodependentes, individualmente ou em grupo.

As equipas que integram os CAT são constituídas por médicos, psicólogos, enfermeiros, técnicos de serviço social e técnicos psicossociais que, em regime ambulatorio, apoiam toxicodependentes nas várias modalidades de tratamento e reinserção social. O concelho de Valongo pertence à área geográfica de atendimento do CAT de Gondomar, excepto a freguesia de Ermesinde que pertence ao CAT de Cedofeita. Em situações específicas de grávidas toxicodependentes é o CAT do Conde que tem como área geográfica de atendimento a Região Norte. De referir um serviço disponibilizado pelo CAT de Gondomar no Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde que consiste numa consulta descentralizada assegurada por um técnico de Serviço Social.

**CAT**

✦ *Grupo de Narcóticos Anónimos* – grupo de auto-ajuda que pertence aos Narcóticos Anónimos, associação sem fins lucrativos, que no concelho de Valongo, reúne semanalmente nas instalações do Centro Cultural de Alfena, às 4.ª feiras, às 21.30. A reunião é aberta a novos elementos na 1ª semana do mês. Os NA disponibilizam uma linha telefónica gratuita – **800 20 20 13** –que presta um serviço de atendimento online, cujo horário de funcionamento é às 2ª, 4ª e 6ª das 20.30h. às 22.30h.

**Grupo de  
Narcóticos  
Anónimos**

✦ *Unidade de Prevenção do Porto* do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) à qual compete executar no distrito do Porto programas e projectos na área da prevenção primária das toxicodependências.

**Unidade de  
Prevenção  
do Porto**

✦ *Associação Projecto Vida de Valongo*, que, em parceria com a Câmara Municipal de Valongo, actua ao nível da prevenção primária das toxicodependências, implementando nas escolas de 1.º ciclo programas desportivos de ocupação de tempos livres.

**Associação  
Projecto  
Vida de  
Valongo**

✦ *Linha Vida – SOS Droga – 1414* – linha telefónica assegurada pelo IDT, que presta um serviço anónimo, confidencial e gratuito, com atendimento telefónico todos os dias úteis das 10 às 24 horas. A equipa de atendimento é constituída por técnicos com formação na área das ciências médicas, sociais e humanas com formação específica em toxicodependência e atendimento telefónico.

**Linha Vida –  
SOS Droga –  
1414**

✦ Tal como no fenómeno do alcoolismo também na área da toxicodependência a intervenção deve ser efectuada em articulação com os cuidados de saúde primários e os serviços de saúde mental, daí serem elencadas novamente as forças:

**Centro de Saúde  
de Valongo e  
Ermesinde**

- *Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde;*

- *Hospital de S. João*, como resposta a uma situação de crise como por exemplo, uma *overdose*.

**Hospital  
de S. João**

- *Serviço de Psiquiatria do Hospital de Valongo;*

**Serviço de  
Psiquiatria  
do Hospital  
de Valongo**

Em relação às **OPORTUNIDADES** no combate ao problema da Toxicodependência, foram identificadas as seguintes:

✦ *Comunidade de Inserção*, resposta social em implementação no Concelho de Valongo pela ADICE, que se destina a indivíduos a partir dos 16 anos, que por determinados factores se encontram em situação de marginalização, nomeadamente, toxicodependentes, com o objectivo de os inserir socialmente.

**Comunidade  
de inserção**

✦ *Candidatura ao Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências;*

**Candidatura ao  
Plano Municipal  
de Prevenção  
Primária das  
Toxicodependências**

### **AMEAÇAS:**

✦ *Aparecimento de novas drogas*, como por exemplo o Ecstasy, que dificulta a intervenção dos técnicos e a eficácia dos tratamentos.

**Aparecimento  
de novas  
drogas**

Outro problema identificado foi a *gravidez na adolescência*. Segundo dados da APF - Associação para o Planeamento da Família - Portugal é o segundo país da Europa com maior número de adolescentes grávidas e o primeiro no grupo etário das mais jovens, entre os 15 e 16 anos.

No que se refere ao concelho de Valongo, no decorrer dos anos 2003 e 2004 foram registadas um total de **32** gravidezes na adolescência. Como se pode verificar pela análise do quadro seguinte, a sua distribuição pelas diferentes freguesias não foi uniforme, tendo a Freguesia de Campo o maior número de situações de gravidez na adolescência (11) o que equivale a **34,4%** das situações registadas no Concelho.

Quadro 71 - *Número de grávidas adolescentes em 2003/04, residentes no Concelho de Valongo*

Freguesia	Grávidas adolescentes	
	N	%
Alfena	2	6,3
Campo	11	34,4
Ermesinde	4	12,5
Sobrado	5	15,6
Valongo	10	31,3
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Fonte: Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde, 2004

A freguesia com o menor número de casos registado foi Alfena, com a identificação de 2 situações com esta problemática.

Quadro 72 - *Número de grávidas adolescentes em 2003/04, por faixa etária, residentes no Concelho de Valongo*

Idade	N.º de grávidas adolescentes	
	N	%
13	1	3,1
15	2	6,3
16	3	9,4
17	11	34,4
18	11	34,4
19	4	12,5

Fonte: Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde, 2004

Do universo de grávidas adolescentes identificadas pelos Serviços de Saúde, a maioria das situações (**68,8%**) tem idade compreendida entre os 17 e os 18 anos, tendo sido registada uma situação de uma jovem com apenas 13 anos de idade.

As **FORÇAS** identificadas no combate a esta fraqueza foram:

✦ *Consultas de Planeamento Familiar*, asseguradas pelo Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde e respectivas extensões. Estas consultas são gratuitas e os métodos contraceptivos fornecidos são igualmente gratuitos.

Consultas de planeamento familiar

✦ *ADOLESCER*, dado uma das áreas de intervenção ser o esclarecimento de dúvidas acerca da sexualidade. Além disso, existe um canal de comunicação privilegiado com o Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde para encaminhamento de jovens para consulta de planeamento familiar.

CMV-ADOLESCER

✦ *Clube de Saúde da Escola Secundária de Ermesinde*, que conta com a colaboração de enfermeiros, médicos e psicólogos. Estes técnicos prestam apoio em várias áreas da saúde, incluindo o planeamento familiar.

Clube de Saúde da Escola Secundária de Ermesinde

✦ *Centro de Apoio à Vida (CAV)*, serviço prestado pela ADICE que consiste no acompanhamento psicossocial a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos que se encontrem em situação de grande vulnerabilidade social, afectiva e económica.

CAV

✦ *Hospital de S. João*, estrutura de saúde que acompanha as adolescentes grávidas, dado serem inseridas na categoria de gravidez de risco. Estas também poderão ser encaminhadas para acompanhamento na *Maternidade de Júlio Dinis*.

Hospital de S. João

Maternidade de Júlio Dinis

Em relação às **OPORTUNIDADES** no combate a este problema foram elencadas as seguintes:

✦ *Centros de Atendimento a Jovens (CAJ)*, estruturas nas quais se efectuam consultas de Planeamento Familiar e se fornecem gratuitamente meios contraceptivos.

CAJ

✦ *Associação para o Planeamento da Família (APF)*, instituição particular de solidariedade social que tem como objectivos fundamentais a promoção da Saúde, Educação e Direitos nas áreas da Sexualidade e Planeamento Familiar. Esta instituição no âmbito das suas actividades apoia nomeadamente escolas e organismos de saúde na implementação de acções nesta área.

APF

No que diz respeito à fraqueza *Doença Mental*, e recorrendo aos dados enunciados no *Plano Nacional de Saúde – orientações estratégicas para 2004-2010*, estima-se que a prevalência de perturbações psiquiátricas na população portuguesa ronde os **30%**, sendo aproximadamente de **12%** a de perturbações psiquiátricas graves, embora não existam dados nacionais que permitam uma melhor caracterização do país. Esta insuficiência de dados faz-se sentir também a nível concelhio, o que dificulta o conhecimento da realidade concelhia na área da doença mental, sendo que apenas temos disponíveis o número de doentes activos em Consulta de Psiquiatria do Hospital N.ª Sr.ª da Conceição. Como se pode verificar através do quadro seguinte existiam no final de 2003, **3703** doentes activos em consulta, verificando-se a taxa de incidência mais elevada (**6,5‰**) na freguesia de Valongo, seguida de Campo (**6,2‰**).

Doença Mental

Quadro 73 - *Número de doentes activos na consulta de Psiquiatria no Hospital Nossa Sr.ª da Conceição, com residência no Concelho de Valongo (2003)*

Freguesia	N.º de doentes activos			População residente	‰
	Masculino	Feminino	Total		
Alfena	90	377	467	13.665	3,4
Campo	180	360	540	8.645	6,2
Ermesinde	371	819	1190	38.315	3,1
Sobrado	111	188	299	6.682	4,5
Valongo	340	867	1207	18.698	6,5
<b>TOTAL</b>	<b>1092</b>	<b>2611</b>	<b>3703</b>	<b>86005</b>	<b>4,3</b>

Fonte: Hospital Nossa Sr.ª da Conceição de Valongo, 2004

Outro dado referente a esta problemática que poderá ser um indicador da dimensão deste problema é o número de utentes em lista de espera, para a especialidade de Psiquiatria (**1017**), muito superior à lista de espera para outras especialidades, tal como podemos observar no quadro 74.

Quadro 74 - *Número de consultas efectuadas e n.º de doentes em lista de espera, por especialidade (2003)*

Especialidade	N.º de consultas efectuadas	N.º doentes em lista de espera
Cirurgia Geral	4606	108
Medicina Interna	1561	0
Ortopedia	6114	810
Psiquiatria	8505	1017
Cirurgia Plástica	256	0

Fonte: Hospital Nossa Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Valongo, 2004

As **FORÇAS** identificadas no combate a este problema foram as seguintes:

✦ *Serviço de Psiquiatria do Hospital Nossa Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Valongo*, que assegura a prestação de cuidados globais essenciais de saúde mental, quer ao nível ambulatorio, quer de internamento. Este serviço é constituído por uma equipa de 10 médicos psiquiatras<sup>23</sup>, 1 Técnico superior de Serviço Social e 1 Técnico Superior de Psicologia (avença com o Hospital Magalhães Lemos).

**Serviço de Psiquiatria do Hospital N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Conceição de Valongo**

✦ *Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde*, estrutura privilegiada para a intervenção articulada nas situações referidas, nomeadamente na sua sinalização.

**Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde**

✦ *Centro Regional de Alcoologia do Norte/CAT's*, instituições vocacionadas para áreas de intervenção específicas da saúde mental - alcoolismo e toxicodependência-respectivamente.

**CRAN/ CAT's**

✦ *Hospital S. João/Hospital Sto. António*, com o serviço de Urgências ao nível da Psiquiatria.

**Hospital S. João/Hospital Sto António**

✦ *Sistema Judicial*, que permite a operacionalização da medida internamento compulsivo para a minimização dos efeitos decorrentes das situações de crise.

**Sistema Judicial**

<sup>23</sup> Os 10 psiquiatras têm como área de intervenção o Concelho de Valongo, o Concelho de Gondomar e 4 freguesias do Concelho da Maia.



Ao nível das **OPORTUNIDADES** a activar para combater este problema são as já descritas na problemática **Família e Intervenção Social** relativas à fraqueza *Inexistência respostas sociais na área da Saúde Mental*, ou seja, o *Despacho conjunto n.º 407/98* e a *existência de IPSS's no concelho*.

Despacho  
conjunto n.º  
407/98

Existência de  
IPSS's no  
concelho

### **AMEAÇAS:**

✦ *Falta de recursos humanos* (Psicologia e Serviço Social), em diferentes áreas da Saúde, que dificulta uma intervenção pluridisciplinar nos casos de doença mental, o que seria muito benéfico principalmente nas situações de carência sócio-económica, que exigem respostas mais globais.

Falta de  
recursos  
humanos

Outros dos problemas enunciados foi a *Carência de Técnicos Especializados (Médicos de Família, Psicólogos, Estomatologistas)*. Em relação a esta necessidade, da leitura do *Plano Nacional de Saúde – orientações estratégicas para 2004-2010*, podemos verificar que, a nível nacional, é reconhecido o défice de profissionais da saúde, ainda que com assimetrias sectoriais e regionais - nomeadamente de enfermeiros, médicos, técnicos de diagnóstico e terapêutica e assistentes sociais. Relativamente ao pessoal médico, embora o número não se afaste da média de habitantes por médico dos países europeus, verifica-se em Portugal uma má distribuição por especialidade, com carências marcantes na carreira de clínica geral e saúde pública, bem como em algumas especialidades Hospitalares, nomeadamente psiquiatria, anestesia, obstetrícia e pediatria.

Carência de  
Técnicos  
Especializados  
(Médicos de  
Família,  
Psicólogos,  
Estomatologistas)

No concelho de Valongo esta carência de profissionais de saúde também está presente como se pode verificar através da análise do quadro seguinte, que nos mostra que **16817** habitantes do Concelho inscritos no Centro de Saúde e respectivas extensões **não têm médico de família**.

Quadro 75 - *Número de utentes, número médio de utentes por médico e número de consultas efectuadas nos Centros de Saúde e respectivas extensões (2003)*

		Centro de Saúde Valongo	Centro de Saúde Ermesinde	Extensão de Campo	Extensão de Sobrado	Extensão de Alfena	TOTAL
N.º de consultas efectuadas		45.110	116.143	30.874	23.179	40.511	255.817
N.º de utentes por médico (média)		1.457	2.046	1.594	1.202	1.610	1.839
N.º de utentes	Com Médico de Família	14.566	36.598	6.374	4.808	12.790	75.136
	Sem Médico de Família	4.143 (22,1%)	8.427 (18,7%)	2.272 (26,3%)	1.879 (28,1%)	96 (0,75%)	16.817 (18,3%)
	Total inscritos	18.709	45.025	8646	6.687	12.886	91.953

Fonte: Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde, 2004

Como se pode verificar através da análise do quadro seguinte, não existem nos serviços de saúde concelhios técnicos na área da Psicologia, nem médicos Estomatologistas.

Quadro 76 - *Número de Técnicos do Centro de Saúde de Ermesinde e Valongo e respectivas extensões (2003)*

Recursos Humanos	Centro de Saúde de Ermesinde e Valongo
Médicos de Clínica Geral	44
Médicos de Saúde Pública	3
Médicos de Especialidade	1
Enfermeiros	48
T.S. Serviço Social	2

Fonte: Centro de Saúde de Ermesinde e Valongo, 2004

Analisando o quadro 77, podemos constatar que em 2001, Valongo tinha **2,5** médicos por 1000 habitantes, o que é manifestamente inferior aos recursos disponíveis no Grande Porto (**5,8**). Também comparativamente aos dados do Norte (**2,9**) e de Portugal (**3,2**), Valongo tem um valor inferior de médicos por 1000 habitantes.

Quadro 77 - Síntese dos Principais Indicadores de Saúde - Dados Comparativos

	Valongo	Grande Porto	Norte	Portugal	Período
Taxa de Natalidade	12,3‰	11,4‰	11,4‰	10,9‰	2001
Taxa de Mortalidade	6,8‰	8,5‰	8,7‰	10,2‰	2001
Taxa Média Mortalidade Infantil	5,5‰	6,1‰	6,4‰	5,7‰	1997/01
Médicos por 1000 habitantes	2,5	5,8	2,9	3,2	2001
Consultas por Habitante	3	4,6	3,7	3,8	2001
Consultas Médicas nos Centros Saúde	338.937	3.286.779	9.552.114	27.652.305	2001
Camas de Hospital por 1000 Hab.	0,6	5	3,6	4,2	2001
N.º de Hospitais (Of. + Part.)	1	32	64	217	2001
N.º de Centros de Saúde	2	34	124	392	2001
N.º de Extensões dos C. Saúde	3	64	448	1953	2001
N.º Camas de Internamento (C. S.)	--	--	400	1.279	2001
N.º de Camas (Hospitais + C. Saúde)	54	6.297	13.022	43.368	2001
N.º de farmácias	14	287	752	2.556	2001
N.º de Óbitos	579	10.577	31.914	105.092	2001

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2002.

Não foram identificadas FORÇAS e OPORTUNIDADES em relação a este problema e a **AMEAÇA** existente é o *défice orçamental*, que dificulta ou impossibilita a contratação de técnicos.

**Défice Orçamental**

Outra das fraquezas identificadas foram as *Doenças infecto-contagiosas* (inclusive as de transmissão sexual), o que inclui doenças como a Tuberculose e a SIDA.

**Doenças infecto-contagiosas**

De acordo com o documento "Ponto da Situação Epidemiológica e de Desempenho" do Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose (PNT), da Direcção Geral da Saúde, Portugal é o país que apresenta maiores índices de tuberculose ao nível endémico, em relação à União Europeia. Os distritos do Porto e Lisboa apresentam as mais elevadas incidências, reunindo, no seu conjunto, 60% de todos os casos do país.

Como se pode constatar através da análise do quadro seguinte, em 2004 foram detectados **61** novos casos de tuberculose residentes no Concelho de Valongo. A freguesia de Campo é a freguesia com a taxa de incidência mais elevada, existindo cerca de **104** situações de tuberculose por cada 100 000 habitantes.

Quadro 78 - *Casos Novos de Tuberculose e taxa de incidência por 100000 habitantes com residência no Concelho de Valongo (2004)*

Freguesia	N.º de casos novos com Tuberculose	População residente	Taxa de incidência / 100000 habitantes
Alfena	10	13.665	73,2
Campo	9	8.645	104,1
Ermesinde	24	38.315	62,6
Sobrado	3	6.682	44,9
Valongo	15	18.698	80,2
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>86005</b>	<b>70,9</b>

Fonte: Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde, 2004

Esta freguesia preenche os critérios de “alto risco” ao nível da incidência, ou seja, regista 4 ou mais casos por ano e proporção superior a 100 por 100 000 habitantes. Valongo é igualmente uma freguesia com uma taxa de incidência elevada (80,2), embora não preencha os critérios de alto risco. Quando comparamos estas taxas com a taxa de incidência no distrito do Porto em 2003, que é de **58/100000 Hab.**, verificamos a expressão do problema nível concelho.

De acordo com o documento referido anteriormente a evolução da tuberculose nos principais grupos de risco tem vindo a estabilizar com excepção dos toxicodependentes. A percentagem de casos de tuberculose associados à toxicodependência é **19%** e à VIH/SIDA é de **15%**.

No que se refere à SIDA/VIH, embora exista a percepção por parte dos técnicos que o número de casos tem vindo a aumentar, não existem de momento dados sistematizados relativos ao Concelho de Valongo em relação a esta problemática, dado que esta doença só recentemente passou a ser uma doença de notificação obrigatória.

As **FORÇAS** identificadas foram:

✦ *Hospital Joaquim Urbano*, que pertence à Rede de Referência Hospitalar de Infeciologia, e que tem estatuto de Hospital de Infeciologia, ou seja, tem como principal objectivo de intervenção o diagnóstico e tratamento das doenças de etiologia

**Hospital  
Joaquim  
Urbano**

microbiana que necessitem de assistência hospitalar. Este hospital está dotado de um serviço de Infecçiology e de um serviço de Pneumologia com um quadro próprio.

✦ *Centro Diagnóstico Pneumológico (CDP)*, estrutura pertencente à Sub-Região de Saúde do Porto, localizada fisicamente nas instalações do Centro de Saúde em Valongo. Os CDP são responsáveis pelo tratamento da tuberculose, fazendo o acompanhamento do cumprimento do tratamento, através da Toma Observada Directamente, em que o doente toma a medicação na presença de um profissional de saúde. Com esta medida os CDP procuram incentivar o doente a cumprir o tratamento até ao fim;

CDP

✦ *Hospital de S. João*, através do Serviço de Doenças Infecciosas;

Hospital  
S. João

✦ *CAT's*, que como já foi referido anteriormente, são unidades de tratamento em regime ambulatorio, em que se presta cuidados globais a toxicodependentes, que por vezes, têm associadas patologias como a SIDA e a tuberculose.

CAT's

### **AMEAÇAS:**

✦ *Falta de apoio sócio-económico a doentes com tuberculose*, com carácter regular, já que não existe uma rubrica específica nos apoios de acção social da Segurança Social para estes doentes, ao contrário do que acontece para outras problemáticas específicas, nomeadamente portadores de HIV e toxicodependentes.

Falta de apoio  
sócio-  
económico a  
doentes com  
tuberculose

Outra das fraquezas elencadas foi a *falta de cuidados continuados em várias áreas da saúde*. O aumento progressivo da esperança média de vida e o aumento de pessoas vítimas de acidentes ou com patologias de evolução prolongada e potencialmente incapacitantes criam novas necessidades de cuidados de saúde em situação de dependência, exigindo habitualmente uma forte componente de apoio psicossocial, a que se deu a designação de *cuidados continuados*.

Falta de  
cuidados  
continuados em  
várias áreas da  
saúde

Os cuidados continuados destinam-se a colmatar uma lacuna, realmente existente na sociedade portuguesa, no que se refere à escassez de respostas adequadas que satisfaçam as necessidades de cuidados de saúde decorrentes de situações de dependência.

Através do Dec.-Lei n.º 281/2003 de 8 de Novembro, foi aprovada a criação de uma Rede de Cuidados Continuados de saúde constituída por "todas as entidades públicas, sociais e privadas, habilitadas à prestação de cuidados de saúde destinados a promover, restaurar e manter a qualidade de vida, o bem-estar e o conforto dos cidadãos necessitados dos mesmos em consequência de doença crónica ou degenerativa, ou por qualquer outra razão física ou psicológica susceptível de causar a sua limitação funcional ou dependência de outrem, incluindo o recurso a todos os meios técnicos e humanos adequados ao alívio da dor e do sofrimento, a minorar a angústia e a dignificar o período terminal da vida".

Esta rede de cuidados continuados seria igualmente uma resposta para os casos de patologia ao nível da saúde mental, que causam limitação funcional ou até mesmo situações de dependência, como a dos doentes acamados.

Em relação aos doentes nesta situação apenas dispomos dos dados inscritos no quadro seguinte, relativos ao n.º de doentes acamados com cuidados de enfermagem ao domicílio. Também a este nível existe uma insuficiência de respostas, uma vez que estes doentes apenas têm assegurados cuidados de enfermagem ao domicílio pelos serviços de saúde, sendo necessária a complementaridade com a resposta rede de cuidados continuados.

Quadro 79 - Número de doentes acamados com cuidados de enfermagem ao domicílio (2004)

Freguesias	Nº de doentes acamados
Alfena e Ermesinde	94
Valongo, Campo e Sobrado	35
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>

Fonte: Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde, 2004

Além destes doentes, os serviços de saúde transmitem-nos a percepção de um universo significativo de utentes em situação de dependência que necessitam de cuidados de continuados que não de enfermagem, logo que não são contabilizados.

**FORÇAS:**

✦ *Existência de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) em todas as freguesias*, resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência, velhice ou outro impedimento, não possam assegurar temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou actividades da vida diária. Embora seja evidente que esta resposta é insuficiente para o tipo de situações descritas pode ser complementar a uma resposta mais permanente.

**Existência de SAD em todas as freguesias**

✦ *Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde/ Serviço de Psiquiatria do Hospital de Valongo*, através dos técnicos de saúde que prestam cuidados ao domicílio;

**Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde/ Serviço de Psiquiatria do Hospital de Valongo**

**OPORTUNIDADES:**

✦ *Decreto-Lei n.º 281/2003*, legislação que prevê a criação da Rede de Cuidados Continuados de Saúde, cujo objectivo é contribuir para a melhoria de acesso da pessoa com perda de funcionalidade a cuidados de saúde técnicos e humanamente adequados. Esta rede é constituída pelos serviços integrados no SNS (Serviço Nacional de Saúde), por IPSS's, misericórdias, pessoas colectivas de utilidade pública e entidades privadas que prestem cuidados de saúde complementares a utentes do SNS, nos termos desta legislação.

**Decreto-Lei n.º 281/2003**

✦ *Existência de IPSS's*, que desenvolvem actividade no âmbito da Acção Social, que podem, eventualmente, criar respostas a este nível, estabelecendo acordos de cooperação com os serviços de saúde, que poderão ser financiados pelo *Instituto de Segurança Social*.

**Existência de IPSS's no concelho**

**Instituto de Segurança Social**

**AMEAÇAS:**

✦ *Aumento da esperança média de vida*. Esta questão demográfica constitui-se como um factor de risco para o número de situações de idosos dependentes, a necessitarem de cuidados continuados, que poderá ser cada vez mais elevado.

**Aumento da esperança média de vida**

✦ *Aumento do número de idosos isolados*, particularmente na freguesia de Ermesinde. Como foi já explorado no Capítulo I, entre 1991 e 2001 registou-se um aumento da população residente com mais de 65 anos, na ordem dos **59%**, bem como alterações substanciais na estrutura familiar, tendo aumentado em cerca de **80%** o número de famílias com apenas uma pessoa, compostas, em **42%** dos casos, por idosos. Além disso, 13,5% dos idosos residentes no Concelho vivem sozinhos e 29,8% residem integrados em famílias com apenas 2 pessoas, ambas com mais de 65 anos. Verifica-se que Ermesinde é a freguesia na qual a população idosa assume uma maior proporção relativamente à população total (11%), acontecendo o mesmo no que respeita às famílias unipessoais (11,2%).

Sendo a população idosa uma franja da população mais vulnerável a problemas de saúde, e muitas vezes em situação de dependência, os factores demográficos descritos, indicam-nos mais uma vez que o n.º de pessoas a necessitarem da resposta ao nível dos cuidados continuados de saúde, tende a aumentar.

Outra das fraquezas elencadas foi *Falta de estímulos a estilos de vida saudável*, problema com contornos nacionais. Sabe-se actualmente que as principais causas de mortalidade e morbilidade prematura prendem-se com a nutrição, o ambiente, o tabaco, os comportamentos sexuais e o exercício físico, factores controláveis pela alteração do padrão comportamental relacionado com os estilos de vida.

### **FORÇAS:**

✦ *Equipamentos desportivos concelhios*, que permitem a prática de exercício físico em diversas modalidades desportivas, nomeadamente, futebol, natação, ténis, hidroginástica, etc. A nível municipal existem 3 campos de ténis (2 em Ermesinde e 1 em Valongo), 2 Pavilhões Gimnodesportivos (1 em Ermesinde e 1 em Valongo), 15 Polidesportivos (2 em Alfena, 1 em Campo, 5 em Ermesinde, 1 em Sobrado, 6 em Valongo) e 5 Piscinas Municipais. Existe igualmente o Complexo Desportivo Montes da Costa (Ermesinde) e o Parque da Juventude (Valongo) vocacionados para a prática de futebol de 11 e desportos radicais, respectivamente.

**Aumento do número de idosos isolados**

**Falta de estímulos a estilos de vida saudável**

**Equipamentos desportivos concelhios**



✦ *Sector de Animação Desportiva (SAD) da Câmara Municipal de Valongo*, que promove diversas iniciativas dirigidas à população em geral com o objectivo de incentivar a prática de exercício físico, nomeadamente, torneios de natação, actividades lúdico-aquáticas, aulas de fitness, etc. Estas actividades contam com a colaboração de Ginásios privados e de Associações concelhias. De destacar a actividade “Maio - Mês do Coração” em que um dos objectivos é a sensibilização para a importância de uma alimentação equilibrada e da prática regular de exercício físico, factores fundamentais na prevenção das doenças cardio-vasculares.

**Câmara  
Municipal de  
Valongo - SAD**

✦ *Consulta de desabituação tabágica*, a funcionar em Valongo no Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde, que tem como objectivo primordial que os fumadores em acompanhamento abandonem por completo o consumo de tabaco. Os utentes desta consulta têm que ser obrigatoriamente seleccionados e encaminhados pelo médico de família.

**Consulta de  
desabituação  
tabágica**

✦ *Serviço de Saúde Pública*, do Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde que no âmbito das suas competências na área da Educação para a Saúde, desenvolve actividades com a população escolar com o objectivo de promover estilos de vida saudáveis.

**Serviço de  
Saúde Pública**

### **OPORTUNIDADES:**

✦ *Meios de Comunicação Social locais*, que poderão dar o seu contributo na divulgação/marketing de estilos de vida saudável.

**Meios de  
Comunicação  
Social locais**

### **AMEAÇAS:**

✦ *Propaganda de estilos de vida não saudáveis*, que se vê sistematicamente no meio de comunicação social de maior impacto - a televisão, designadamente a publicidade realizada ao consumo de *fast food*, de refrigerantes, de bebidas alcoólicas, etc.

**Propaganda  
de estilos de  
vida não  
saudáveis**

## **EDUCAÇÃO**

➤ **Nível de Instrução da população residente (2001):**

- Nenhum: **11,6%**
- 1.º Ciclo: **35,5%**
- 2.º Ciclo: **14,4%**
- 3.º Ciclo: **11,7%**
- Ensino Secundário: **17,1%**
- Ensino Médio: **0,6%**
- Ensino Superior: **9,1%**

➤ **População Escolar da Rede Pública (2003/2004):**

- Pré-Escolar: **1.080**
- 1.º Ciclo: **3.947**
- 2.º Ciclo: **2.441**
- 3.º Ciclo: **3.366**
- Ensino Secundário: **1.899**
- Escolas Profissionais: **127**

➤ **N.º de Estabelecimentos de Ensino (2003/2004):**

- Públicos: **37**
- Privados: **6**

➤ **Taxa de analfabetismo (2001): 5%**

➤ **Taxa de retenção no Ensino Básico (1999/2000): 14,1%**

➤ **Taxa de abandono escolar (2001): 3%**

➤ **Taxa de saída antecipada (2001): 24,9%**

➤ **Taxa de saída precoce (2001): 44,9%**

## **FRAQUEZAS**

- ✦ Abandono escolar
- ✦ Insucesso escolar
- ✦ Absentismo escolar
- ✦ Baixos níveis de escolaridade da população residente
- ✦ Falta de motivação dos jovens face à escola
- ✦ Insuficiência de recursos materiais e humanos nas escolas
- ✦ Falta de Serviços de Psicologia e Orientação nas escolas
- ✦ Sobrelotação de escolas
- ✦ Insegurança nas escolas

O *abandono escolar* é um problema nacional mas que assume contornos preocupantes no Concelho de Valongo.

De acordo com dados do Ministério de Educação, Valongo registava em 2001 uma taxa de abandono escolar<sup>24</sup> de **3%**, o que significa que por cada **100** indivíduos em idade de escolaridade obrigatória (6 aos 15 anos), **3** do mesmo grupo etário abandonaram a escola sem completar o 9º ano de escolaridade.

Como se pode constatar da análise do quadro seguinte, Valongo apresentava em 2001 a 4ª mais elevada taxa de abandono escolar da AMP, com um valor apenas inferior à registada nos Concelhos de Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

Esta taxa é também mais elevada que a taxa média da AMP (**2,6%**) e de Portugal (**1,7%**).

**Abandono  
escolar**

---

<sup>24</sup> Ver Glossário

Quadro 80 - *Taxas de abandono escolar dos Concelhos da AMP (2001)*

Zona Geográfica	Taxa de Abandono Escolar
Espinho	4,1%
Gondomar	2,3%
Maia	1,8%
Matosinhos	2,1%
Porto	2,6%
Póvoa de Varzim	3,9%
<b>VALONGO</b>	<b>3,0%</b>
Vila do Conde	3,3%
Vila Nova de Gaia	2,6%
Grande Porto	2,6%

Fonte: Ministério da Educação (site)

Os estudos apontam para uma relação entre abandono escolar e retenção escolar, uma vez que a retenção precede frequentemente o abandono. Assim, também ao nível do *insucesso/retenção escolar* o Concelho de Valongo apresenta níveis algo elevados. A taxa de retenção no Ensino Básico<sup>25</sup> foi, no ano lectivo 99/00, e de acordo com dados do Ministério de Educação, de **14,1%**, a 2ª mais elevada da AMP, apenas inferior à registada em Matosinhos. Além disso é também mais elevada que a média da AMP (**12,9%**).

**Insucesso  
escolar**<sup>25</sup> Ver Glossário

Quadro 81 - Taxas de retenção no Ensino Básico dos Concelhos da AMP (1999/2000)

Zona Geográfica	Taxa de Retenção Escolar
Espinho	13,9%
Gondomar	12,5%
Maia	12,1%
Matosinhos	14,4%
Porto	11,9%
Póvoa de Varzim	12,1%
<b>VALONGO</b>	<b>14,1%</b>
Vila do Conde	14,1%
Vila Nova de Gaia	13,1%
Grande Porto	12,9%

Fonte: Ministério da Educação (site)

Outra das fraquezas elencadas na área da Educação foi o *absentismo escolar*, que apesar de não existirem dados estatísticos acerca deste problema, existe a percepção por parte dos técnicos e da comunidade escolar que se trata de problema com alguma expressão no Concelho, geralmente precedente ao abandono escolar.

Absentismo escolar

Relativamente à fraqueza *baixos níveis de escolaridade da população residente*, através da análise do quadro seguinte podemos verificar que **35,5%** da população apenas possui o 1º ciclo e que a maioria da população possui habilitações inferiores ao 2º ciclo do Ensino Básico (**61,5%**). No que se refere ao Ensino Superior apenas **9,7%** da população residente possui habilitações a este nível.

Baixos níveis de escolaridade da população residente

Estes dados permitem concluir que a população residente no Concelho de Valongo detém níveis de escolaridade semelhantes ao da generalidade da população portuguesa, mas ligeiramente superiores aos da região Norte e ligeiramente inferiores aos da média dos Concelhos da AMP.

Quadro 82 - *População Residente nos Concelhos da AMP, no Norte e em Portugal, segundo o Nível de Ensino Atingido (2001)*

	Nenhum Nível de Ensino		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ens. Secundário		Ens. Médio		Ens. Superior	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valongo	9997	11,6	30525	35,5	12363	14,4	10067	11,7	14747	17,1	519	0,6	7787	9,1
Grande Porto	141.116	11,2	426.649	33,8	157.080	12,5	141.344	11,2	214.688	17,0	12.387	1,0	167.416	13,3
Norte	515.079	14,0	1.386.766	37,6	557.752	15,1	395.422	10,7	480.825	13,0	21.970	0,6	329.479	9,0
Portugal	1.475.812	14,4	3.638.725	35,0	1.300.150	12,7	1.126.989	10,8	1.620.816	16,0	80.173	0,6	1.113.452	10,6

Fonte: INE, Censos 2001

Analisando o documento *Barómetro da Produtividade* do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, podemos perceber que o problema dos baixos níveis de escolaridade, não é característico do Concelho de Valongo e sim um problema nacional. Tendo como fonte a Eurostat, em 2003, apesar de ter havido um aumento na percentagem da população com pelo menos 12 anos de escolaridade, Portugal tinha os níveis mais baixos de escolaridade da Europa.

Verifica-se que, associado aos fenómenos de insucesso, absentismo e abandono escolar está, muitas vezes, a *falta de motivação* e interesse *das crianças e jovens para a escola*. O fenómeno da ausência de motivação no contexto escolar é um problema existente no nosso sistema escolar e bastante complexo que nos conduz à análise de variáveis como as expectativas dos professores sobre os alunos, o número de alunos por turma, a existência de ofertas educativas diversificadas, a utilização de estratégias inovadoras nomeadamente o recurso a tecnologias de informação e comunicação, etc. Agir sobre estas variáveis pressupõe uma análise cuidada de cada uma delas em conjunto com os actores do sistema educativo.

**Falta de motivação das crianças e jovens face à escola**

Outra fraqueza identificada ao nível da problemática da Educação foi a *insuficiência de recursos materiais e humanos nas escolas*, que se prende essencialmente com a insuficiência de recursos humanos não docentes, especialmente Auxiliares de Acção Educativa. A este nível, e no que respeita ao 1.º Ciclo e à Educação Pré-Escolar, a Câmara Municipal de Valongo tem recorrido frequentemente aos Programas Ocupacionais, na tentativa de colmatar esta lacuna ao nível dos Auxiliares de Acção Educativa. No ano lectivo 2003/2004 a Câmara integrou 42 desempregados subsidiados ao abrigo deste programa para exercerem funções nas escolas do 1.º Ciclo.

No que diz respeito aos recursos materiais a opinião das diferentes escolas do Concelho não é unânime pelo que se constatou a necessidade de efectuar um diagnóstico mais preciso relativamente a esta fraqueza. O instrumento da Carta Educativa que se encontra neste momento em elaboração vai permitir um diagnóstico mais objectivo dos recursos humanos e materiais existentes no concelho.

Também a nível da Educação foi diagnosticada a fraqueza *falta de Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) nas escolas*.

O Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de Maio, em cumprimento do artigo 26º da Lei de Bases do Sistema Educativo, procedeu à criação dos serviços de psicologia e orientação (SPO) dos estabelecimentos públicos de educação, cujo recrutamento é da competência das Direcções Regionais de Educação/Ministério da Educação. Os SPO contribuem para a concretização da igualdade de oportunidades, para a promoção do sucesso educativo e para a aproximação entre a família, a escola e o mundo profissional, mediante o acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo e também o apoio no processo de escolha do seu projecto de vida. Assim, a existência dos serviços de psicologia e orientação é, pois, um marco fundamental para assegurar a qualidade da educação.

Através da consulta do Despacho n.º 9022/99 (2ª série) podemos consultar a Rede dos SPO da Direcção Regional de Educação do Norte, mais especificamente a do CAE (Centro de Área Educativa) do Porto. Comparando o n.º de SPO existentes e o n.º de Escolas por Concelho podemos constatar que Valongo é o concelho onde esta proporção é menor (**2.8%**), existindo apenas um SPO numa escola (Escola

**Insuficiência de recursos materiais e humanos nas escolas**

**Falta de Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) nas escolas**

Secundária de Ermesinde). O concelho do Porto é o que apresenta uma maior percentagem (**30.5%**) de SPO no seu universo de escolas (82).

Quadro 83 – N.º de SPO's do CAE do Porto (1999/2000)

Concelho	Número de SPO's	Número de Escolas	%
Gondomar	6	79	7.6
Maia	3	52	5.8
Matosinhos	11	60	18.3
Porto	25	82	30.5
Póvoa de Varzim	3	37	8.1
Santo Tirso	2	58	3.4
<b>Valongo</b>	<b>1</b>	<b>36</b>	<b>2.8</b>
Vila do Conde	2	52	3.8
Vila Nova de Gaia	10	74	13.5

Fonte: Despacho n.º 9022/99 (2.ª série)

Em relação à fraqueza *Sobrelotação de escolas* também este problema não tem a mesma expressão nas diferentes escolas do concelho, e encontra-se em fase de levantamento pela equipa que está a elaborar a Carta Educativa.

**Sobrelotação  
de escolas**

No que se refere à fraqueza *Insegurança nas escolas*, não existem dados acerca do problema mas existe a referência de algumas situações de insegurança e violência que ocorrem em algumas escolas do concelho. Esta fraqueza poderá estar relacionada com a insuficiência de pessoal não docente nas escolas o que conduz a uma menor vigilância do espaço escolar.

**Insegurança nas  
escolas**

As **FORÇAS** identificadas no combate a estes problemas por vezes sobrepõem-se, pelo que vamos descrevê-las em conjunto. Nos casos em que a força é específica para determinada fraqueza é referenciado, acontecendo o mesmo na descrição das oportunidades e das ameaças.



✦ *Elaboração da Carta Educativa*, que conforme o artigo 10.º do Decreto-Lei 7/2003 de 15 de Janeiro é, “a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio - económico de cada município”. Foi constituída pela autarquia para a elaboração da carta educativa uma equipa técnica constituída por 6 técnicos de diferentes áreas de formação - arquitectura, desenho, psicologia, serviço social e sociologia. A carta educativa encontra-se neste momento em elaboração e vai permitir um diagnóstico mais objectivo de todas as fraquezas elencadas.

**Elaboração  
da Carta  
Educativa**

✦ *Cursos de Educação e Formação*, criados pelo Despacho Conjunto n.º 279/2002 de 12 de Abril, que se destinam preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como àqueles que, após conclusão dos 12 anos de escolaridade, não possuindo uma qualificação profissional, pretendam adquiri-la para ingresso no mundo do trabalho. No concelho de Valongo neste momento encontram-se a funcionar 4 cursos de educação e formação, descritos no quadro abaixo.

**Cursos de  
Educação e  
Formação**

Quadro 84 – *Cursos de Educação e Formação no Concelho de Valongo (2004/2005)*

Escola	Área de Formação	Tipo	Habilitações de acesso	Certificação Escolar e Profissional
Secundária de Ermesinde	522- Electricidade e Energia	3	Com o 8º ano ou frequência sem aprovação do 9º ano	9º ano nível II
	346 - Gestão e Administração	3		
Secundária de Valongo	522 – Electricidade e Energia	2	Com o 6º ano, 7º ou frequência do 8º	9º ano nível II
	346 – Secretariado e Trabalho Administrativo	4	9º ano de escolaridade ou frequência do nível secundário com uma mais repetências, sem o concluir	Certificado competências escolares nível II

Fonte: Site da DREN

✦ *Projectos Educativos*, sendo o projecto educativo um instrumento do processo de autonomia das escolas (Decreto-Lei n.º115-A/98) que consagra a orientação educativa da escola. O projecto educativo é elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe

**Projectos  
Educativos**

cumprir a sua função educativa. Assim, no projecto educativo são referenciadas opções da escola em relação a questões de natureza curricular, estrutura e funcionamento da escola, necessidades de formação do pessoal docente e não docente e modalidades de integração comunitária;

✦ *Centro de Formação das Escolas do Concelho de Valongo*, que promove acções de formação em diversas áreas para pessoal docente e não docente, com vista à melhoria das suas competências;

**Centro de Formação das Escolas do Concelho de Valongo**

✦ *Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo (CPCJ)*, constituída por uma equipa técnica pluridisciplinar que recebe a sinalização de situações de abandono escolar e planeia uma intervenção em conjunto com a família, através do estabelecimento de acordos de promoção e protecção;

**CPCJ de Valongo**

✦ *Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI)*, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004, de 20 de Março, que visa a eliminação da exploração do trabalho infantil e desenvolve, entre outras medidas, o Programa de Integrado de Educação e Formação – PIEF. São destinatários do PETI menores em situação de abandono escolar sem terem concluído a escolaridade obrigatória;

**PETI**

✦ *Sector de Ensino (SE) da Câmara Municipal de Valongo*, que tem como uma das suas competências executar acções de carácter social no que se refere às escolas dos níveis pré - primário e do ensino básico.

**CMV- Sector de Ensino**

✦ *Existência de cantinas em 83% das escolas do Concelho*. Na rede escolar do concelho a cobertura da resposta cantina ou refeitório é de **83%**, o que permite aos alunos fazer a refeição do almoço na escola, o que poderá prevenir situações de absentismo quando o horário compreende o período da manhã e da tarde e o que assegura que o aluno se alimenta correctamente o que constitui um factor indispensável ao rendimento escolar.

**Existência de cantinas em 83% das escolas do Concelho**

✦ *Rede de escolas públicas existentes*, existindo no concelho de Valongo 27 jardins de infância da Rede Pública, 27 escolas de 1º ciclo (EB1), 6 escolas com 2º e 3º ciclo do ensino básico (E.B. 2,3) e 3 escolas secundárias com 3º ciclo.

**Rede de escolas públicas existentes**

Quadro 85 - *Estabelecimentos de Ensino Público e Alunos Matriculados, segundo o Ensino Ministrado (2003/2004)*

	Ed. Pré-escolar	Ensino Básico			Ens. Secundário	Escolas Profissionais	N.º de Estabelecimentos de Ensino
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
Est. de Ensino	27	27	6	9	3	1	37*
Alunos Matriculados	1.080	3.947	2.441	3.366	1.899	127	12.860

\* O número de Estabelecimentos de Ensino existentes no Concelho não corresponde ao somatório em linha, uma vez que existe sobreposição em relação a alguns níveis de ensino.

Fonte: Inquérito aplicado às escolas do concelho, 2004

Parece-nos que o facto de existir uma boa distribuição geográfica das escolas, como por exemplo, existir uma escola E.B. 2,3 em todas as freguesias do concelho constitui-se como uma condição favorável à prevenção de situações de abandono escolar.

✦ *Escola Profissional de Valongo (EPV)*: os cursos profissionais destinam-se aos alunos que, tendo concluído o 9º ano de escolaridade, pretendam obter uma qualificação profissional que lhes possibilite o ingresso no mercado de trabalho, a par de uma habilitação académica que lhes permita a candidatura ao ensino superior.

A oferta formativa da EPV no ano lectivo 2004/2005 é a seguinte:

Quadro 86 - *Oferta formativa da Escola Profissional de Valongo (2004/2005)*

Curso	Qualificação Profissional
Técnico de Informática de Gestão	Nível III
Técnico de Assistente de Gestão	Nível III
Técnico de Serviços Jurídicos	Nível III
Técnico de Gestão/Recursos Humanos	Nível III
Técnico de Aplicações de Informática Gestão	Nível IV
Animador Sócio Cultural	Nível II

Fonte: Escola Profissional de Valongo

✦ *Entidades Formativas existentes no Concelho*, já elencados no capítulo do Emprego e Formação Profissional, que se constituem igualmente como uma alternativa formativa para os jovens e adultos que queiram prosseguir estudos, conciliando com a aquisição de qualificação profissional.

**Escola  
Profissional  
de Valongo**

**Entidades  
Formativas**

✦ *Ensino Recorrente de Valongo*, corresponde à vertente da educação de adultos que, de uma forma organizada e segundo um plano de estudo, conduz à obtenção de um grau e à atribuição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino regular. Através desta modalidade é assegurada uma nova oportunidade de acesso à escolaridade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional. A população que frequenta os cursos do ensino recorrente é essencialmente constituída por adultos que abandonaram precocemente o sistema escolar e que a ele regressam anos mais tarde e, ainda, por jovens que deixaram, entre outros motivos por razões de ordem laboral, os cursos diurnos, para ingressarem nos cursos nocturnos.

**Ensino  
Recorrente  
de Valongo**

Quadro 87 - *Ensino Recorrente - Cursos ministrados no Concelho no ano lectivo 2003/2004*

Freguesia	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total
Alfena	1	---	...	1
Campo	---	---	...	---
Ermesinde	1	2	...	3
Sobrado	---	---	...	---
Valongo	1	1	...	2
TOTAL	3	3	...	6

Fonte: Orientação Concelhia do Ensino Recorrente de Valongo

✦ *Conselho Municipal de Educação de Valongo*. Os conselhos municipais de educação foram criados com a sua actual designação pelo Decreto-Lei n.º 07/2003 de 15 de Janeiro. O CME de Valongo foi criado em Junho de 2003 e passamos a citar algumas das suas competências que podem contribuir para combater o abandono, absentismo e insucesso escolar: “coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da acção social, e da formação e emprego; (...)apreciação dos projectos educativos a desenvolver no município; (...)analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, reflectir sobre as causas das situações analisadas e propor as acções adequadas à promoção da eficiência do sistema educativo”.

**Conselho  
Municipal de  
Educação de  
Valongo**

✦ *Existência de 7 Pavilhões Gimnodesportivos nas Escolas*, o que, contabilizando os 2 que se encontram em construção, se traduz numa cobertura a 100% das escolas com 2.º e 3.º ciclos e Secundárias. Estes pavilhões são espaços físicos que permitem a implementação de actividades curriculares e extra-curriculares diversificadas e atractivas para a comunidade escolar no sentido de elevar os níveis motivacionais dos alunos.

**Existência de 7 Pavilhões Gimnodesportivos nas Escolas**

✦ *Programa Internet nas Escolas*, que foi implementado em todas as escolas de 1º ciclo do concelho através da formalização de um protocolo entre a autarquia e a FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional – tendo sido fornecido um computador com ligação à internet a todas as escolas de 1º ciclo do concelho.

**Programa Internet nas Escolas**

✦ *Existência de Bibliotecas em todas as escolas* do 2.º e 3.º Ciclo e Secundárias embora haja a consciência que alguns espaços físicos poderiam ser melhorados, nomeadamente com material pedagógico multimedia. Relativamente às escolas do 1.º ciclo, apenas algumas estão dotadas de bibliotecas, mas existe a facilidade de recorrer às Bibliotecas Municipais, uma vez que existe uma em cada freguesia.

**Existência de Bibliotecas nas escolas**

✦ *Existência de Associações de Pais em todos os Agrupamentos*, o que contribui para o envolvimento dos pais, ou seja, da instituição família na escola. Não nos podemos esquecer que estes dois sistemas – família e escola - apesar de diferentes têm objectivos comuns, sendo assim fundamental uma estreita colaboração que se reflecta em acções conjuntas.

**Existência de Associações de Pais em todos os Agrupamentos**

✦ *Programa Escola Segura* regulamentado pelo Despacho Conjunto n.º 105-A/2005, é um instrumento de actuação preventiva, visando reduzir ou erradicar a criminalidade nas escolas e meio envolvente. Este programa, que é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Administração Interna e da Educação, tem como um dos objectivos prioritários promover uma cultura de segurança nas escolas, fomentando o civismo e a cidadania, contribuindo deste modo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização. No sentido de garantir as condições de segurança da população escolar e de promover comportamentos de segurança são implementadas actividades como a vigilância das escolas e das áreas envolventes;

**Programa Escola Segura**

policiamento dos percursos habituais de acesso às escolas e Acções de sensibilização junto dos alunos para as questões da segurança.

### OPORTUNIDADES:

✦ *Legislação dos cursos de Educação e Formação* (Despacho Conjunto n.º 279/2002 de 12 de Abril), que prevê a criação de diversas tipologias descritas no quadro abaixo nomeadamente a de tipo 1 que daria respostas a jovens sem o 6.º ano de escolaridade que neste momento não têm qualquer tipo de alternativa ao sistema de ensino regular, quando muitas vezes se sentem excluídos deste sistema, o que os conduz, após uma fase de insucesso, ao absentismo e posteriormente ao abandono escolar.

**Legislação dos cursos de Educação e Formação**

Quadro 88 - *Cursos de Educação e Formação-Tipologia dos Percursos*

Percursos de Formação	Habilitações de Acesso	Duração Mínima (horas)	Certificação Escolar e Profissional
TIPO 1*	Inferiores ao 6.º ano de escolaridade	1125 (Percurso com a duração até 2 anos)	6.º ano de escolaridade Qualificação de Nível 1
TIPO 2*	Com o 6.º ano de escolaridade, 7.º ou frequência do 8.º	2109 (Percurso com a duração de 2 anos)	9.º ano de escolaridade Qualificação de Nível 2
TIPO 3**	Com 8.º ano de escolaridade ou frequência, sem aprovação, do 9.º ano de escolaridade	1200 (Percurso com a duração de 1 ano)	9.º ano de escolaridade Qualificação de Nível 2
TIPO 4	9.º ano de escolaridade, ou frequência do nível secundário com uma ou mais repetências, sem o concluir	1230 (Percurso com a duração de 1 ano)	Certificado de Competências escolares Qualificação de Nível 2
Cursos de Formação Complementar	Titulares de um curso de tipo 2 ou 3 ou de curso de qualificação inicial de nível 2 que pretendam prosseguir a sua formação	1020 (Percurso com a duração de 1 ano)	Certificado de Competências escolares
TIPO 5	Titular do 10.º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente, ou frequência do 11.º ano, sem aproveitamento, ou titular de percurso tipo 4, ou 10.º ano profissionalizante, ou curso de qualificação inicial de nível 2 com formação complementar	2276 (Percurso com a duração de 2 anos)	Ensino Secundário (12.º ano) Qualificação de Nível 3
TIPO 6	Titular do 11.º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente ou frequência do 12.º ano sem aproveitamento	1425 (Percurso com a duração de 1 ano)	Ensino Secundário (12.º ano) Qualificação de Nível 3
TIPO 7	Titular do 12.º ano de um curso científico-humanístico ou equivalente do nível secundário de educação que pertença à mesma ou a área de formação afim	1155 (Percurso com a duração de 1 ano)	Qualificação de Nível 3

\* Têm também acesso os jovens com idade inferior a 15 anos, desde que tenham duas repetências  
 \*\* Têm também acesso os jovens com idade inferior a 15 anos, mediante autorização do Director Regional de Educação competente

Fonte: Despacho Conjunto n.º 279/2002 de 12 de Abril

✦ *Programa Educação Emprego*, criado pelo Despacho Conjunto n.º 942/99 de 03 de Novembro de 1999, destinado a apoiar o desenvolvimento de actividades de interesse social no sector da educação, nomeadamente ao nível da animação escolar e da mediação cultural. Na área da animação escolar são promovidas actividades de ocupação dos tempos livres dos jovens e crianças dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar, possibilitando-lhes o acesso a novos conhecimentos e interesses que ajudem a revelar melhor as suas capacidades. Na área da mediação cultural são dinamizadas actividades com o objectivo de integração social de jovens e crianças pertencentes a grupos de minorias étnicas que frequentem os mesmos níveis de ensino referidos atrás. Este programa pode ser promovido pelas direcções regionais em articulação com o IEFP.

Programa  
Educação  
Emprego

✦ *Serviços de Acção Social do Concelho*: os casos de abandono escolar estão por vezes relacionados com a ausência de retaguarda familiar ou com disfunções familiares que não permitem um adequado acompanhamento ao educando. Nestas situações é necessária uma intervenção ao nível da família que poderá ser efectuada pelos técnicos de intervenção social, em articulação com as escolas.

Serviços de  
Acção Social  
do Concelho

✦ *PRODEP III*, é o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, acordado com a Comissão Europeia e que está a vigorar no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio que iniciou em 2000 e termina em 2006. São entre outros, objectivos deste programa: a) melhorar a qualidade da educação básica, contribuindo para uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania; b) expandir e diversificar a formação inicial de jovens, apostando na qualidade e elevada empregabilidade das novas gerações. O PRODEP integra linhas de financiamento específicas que visam apoiar as escolas dos ensinos básico e secundário a concretizar estes objectivos. Destacamos a acção 1.2 intitulada "Percurso Diferenciados no Ensino Básico" que visa assegurar que os jovens entre os 15 e os 18 anos concluam com sucesso a escolaridade obrigatória, adquirindo simultaneamente uma qualificação profissional. No que se refere à fraqueza **falta de Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)**, as escolas podem candidatar-se à Acção 1.4 designada Programa de Orientação que financia projectos que visem assegurar prioritariamente aos alunos do 9º ao 11º ano acções de informação e orientação escolar e profissional com vista a ajudá-los na construção do seu projecto de vida pessoal e vocacional. Não constitui pré-requisito para uma escola se candidatar

PRODEP III

à implementação desta acção ter um SPO. Assim, embora não seja de forma alguma uma substituição ao serviço prestado por um SPO, poderá contribuir para apoiar alguns alunos ao nível da orientação vocacional.

✦ *Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – CRVCC* – instituição pública, acreditada pelo sistema nacional de acreditação de entidades da Direcção-Geral de Formação Vocacional, onde existe uma equipa de profissionais que actua no sentido de reconhecer, validar e certificar os saberes e competências que as pessoas foram adquirindo em diversos contextos e ao longo do seu percurso de vida pessoal, social e profissional, de modo a que seja obtida uma equivalência desses saberes e competências aos níveis do 9º, 6º e 4º anos de escolaridade.

A ADICE implementou um CRVCC no Concelho de Valongo, que entrou em funcionamento recentemente, e que visa elevar os níveis de escolaridade locais e valorizar a aprendizagem ao longo da vida, validando e certificando os saberes decorrentes da experiência adquirida e tem como público-alvo jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos que não possuam a escolaridade básica de 9, 6 ou 4 anos.

✦ *Construção de 2 Pavilhões gimnodesportivos* por parte da Câmara Municipal de Valongo, na Escola E.B. 2,3 Padre Américo, em Campo e E.B. 2,3 de Sobrado.

✦ *Programa Desporto Escolar* do Ministério de Educação, ao qual os estabelecimentos de ensino podem apresentar candidatura, formalizada através do envio de um Projecto de Escola, podendo desta forma, proporcionar aos alunos, dentro da escola, actividades desportivas de carácter recreativo/lúdico, de formação ou de orientação desportiva.

✦ *Programa Rede de Bibliotecas Escolares* tem por finalidade apoiar a criação e/ou desenvolvimento de bibliotecas escolares nas escolas públicas dos diferentes níveis de ensino. Cada Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos deverá ser entendida como um centro de recursos multimédia de livre acesso, destinado à consulta e produção de documentos em diferentes suportes, devendo dispor de espaços flexíveis e articulados, mobiliário e equipamento específicos, fundo documental diversificado e uma equipa de professores e técnicos com formação adequada.

CRVCC

Construção de  
2 Pavilhões  
gimnodesportivosPrograma  
Desporto  
EscolarPrograma  
Rede de  
bibliotecas  
escolares



✦ *Construção de novas escolas e requalificação do parque escolar*, que poderão contribuir para melhorar as condições de ensino/aprendizagem.

✦ *Acção COMENIUS*, que tem por objectivos gerais melhorar a qualidade e reforçar a dimensão europeia no ensino escolar (básico e secundário), contribuir para a promoção da aprendizagem de línguas e promover a consciência intercultural. A Acção Comenius integra acções ao nível das a) Parcerias entre Escolas/Projectos Educativos Europeus; b) Educação dos Filhos de Trabalhadores Migrantes, de Pessoas que Exerçam Profissões Itinerantes ou Sem Local de Residência Permanente e de Ciganos /Educação Intercultural; c) Formação Contínua do Pessoal Educativo; Este tipo de iniciativas poderá melhorar o desempenho de todos os agentes educativos e contribuir para um aumento da motivação dos jovens face à escola.

Construção de novas escolas e requalificação do parque escolar

COMENIUS

### **AMEAÇAS:**

✦ *Mobilidade do pessoal docente*, que acontece devido ao actual processo de colocações dos professores e conseqüente instabilidade no exercício da profissão, que por vezes se pode traduzir num desinvestimento por parte do docente em relação ao conhecimento do contexto local onde está inserido a sua escola, já que poderá ser outro no ano seguinte. Este desconhecimento poderá fazer com que os docentes não activem os recursos locais que estão ao seu alcance no combate às problemáticas em análise, como por exemplo, sinalizar uma situação de abandono escolar a uma CPCJ.

Mobilidade do pessoal docente

✦ *Desvalorização da escola por parte da família*. É facto consensual que actualmente existe uma grande heterogeneidade na composição social da população escolar e que alguns alunos são a primeira geração da família que teve acesso à escola. Esta realidade, resultado do desenvolvimento, e portanto positiva, coloca problemas novos. Os professores enfrentam turmas extremamente heterogéneas e não podem organizar o trabalho para uma suposta média ou maioria porque a dispersão é enorme. E confrontam-se com pais que não assumem o seu papel de encarregados de educação, já que a sua formação pessoal não lhes permite por vezes valorizar a importância da escola. Existe também actualmente uma desvalorização social do estatuto e da

Desvalorização da escola por parte da família

autoridade do professor, em paralelo com a atribuição de novas responsabilidades dos docentes em áreas que tradicionalmente cabiam às famílias.

✦ *Desemprego e falta de saídas profissionais:* perante o fenómeno do desemprego muitos jovens desmotivam face à escola, já que ao contrário do que acontecia no passado, a obtenção de um diploma não é actualmente garantia de inserção profissional, já que se assiste ao aumento do desemprego nos licenciados, como por exemplo, na classe docente.

**Desemprego e falta de saídas profissionais**

✦ *Instabilidade das políticas educativas,* associada à rotatividade governativa a que se tem assistido nos últimos anos, o que contribui para que surjam constantes alterações na implementação das reformas educativas.

**Instabilidade das políticas educativas**

✦ *Formação inicial de professores desadequadas às exigências:* este factor também poderá estar relacionado com a falta de motivação dos jovens face à escola já que se continua a verificar que algumas instituições de formação de professores continuam a ministrar nas suas licenciaturas planos curriculares baseados na aquisição de conhecimentos teóricos aprofundados em determinadas áreas e em metodologias muito expositivas e com o objectivo principal de transmissão de conteúdos. A percentagem de módulos dedicados às questões da pedagogia e da psicologia continuam a ser minoritários. Assim, o professor recém-licenciado que se vê confrontado com alunos que lhe exigem métodos mais inovadores e estratégias de ensino que captem a sua atenção na sala de aula, por vezes não tem formação adequada para implementá-los.

**Formação inicial de professores desadequadas às exigências**

✦ *"Congelamento" do quadro de pessoal não docente,* relacionado com as restrições de admissão de pessoal na Administração Pública, tendo sido uma das medidas de emergência para combater o défice orçamental.

**"Congelamento" do quadro de pessoal não docente**

## **HABITAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA**

- **N.º de alojamentos familiares (2001): 33.455**
  - Alfena: **5.237**
  - Campo: **2.936**
  - Ermesinde: **15.298**
  - Sobrado: **2.166**
  - Valongo: **7.818**
- **Variação do n.º de alojamentos familiares (1991-2001): +43,6%**
- **Famílias Clássicas por alojamento (2001): 0,84**
- **Sobrelotação dos alojamentos clássicos (2001): 20,25%**
- **Média de encargos com habitação arrendada (2001): 108€**
- **Média de encargos com habitação própria (2001): 323€**
- **N.º de processos inscritos no Ficheiro Activo de Procura de Habitação para Arrendamento Social da CMV (Outubro 2004): 759**
- **N.º de crimes contra o Património registados (2003): 2040**
  - GNR: **576**
  - PSP: **1464**
- **N.º de acidentes registados (2003): 1085**
  - GNR: **476**
  - PSP: **609**

## **FRAQUEZAS**

- ✓ Precariedade Habitacional
- ✓ Sobrelotação
- ✓ Grandes encargos com a habitação: rendas e prestações bancárias elevadas
- ✓ Assaltos
- ✓ Falta de segurança rodoviária
- ✓ Barreiras Arquitectónicas
- ✓ Insuficiência ao nível da rede de transportes públicos

De acordo com o último Recenseamento Geral da Habitação, no Concelho de Valongo, existiam em 2001, 33.455 Alojamentos Familiares, registando-se, desde 1991, um aumento de 43,6% (+10.157 alojamentos familiares). Pela leitura do quadro seguinte, depreende-se que este aumento do número de alojamentos clássicos, no último período intercensitário, foi generalizado a todas as freguesias, tendo sido mais significativo nas freguesias de Valongo (+87,6%) e Alfena (+46,2%).

*Quadro 89 - Famílias, Alojamentos e Edifícios em 1991 - 2001*

	Famílias Clássicas			Alojamentos Familiares			Edifícios		
	1991	2001	Var. (%)	1991	2001	Var. (%)	1991	2001	Var. (%)
Alfena	3.365	4.466	32,7	3.581	5.237	46,2	2.539	3.309	30,3
Campo	2.096	2.639	25,9	2.152	2.936	36,4	1.725	2.160	25,2
Ermesinde	10.543	12.935	22,7	11.694	15.298	30,8	6.084	6.589	8,3
Sobrado	1.720	1.948	13,3	1.704	2.166	27,1	1.370	1.654	20,7
Valongo	3.660	6.082	66,2	4.167	7.818	87,6	3.095	3.534	14,2
Concelho	21.384	28.070	31,3	23.298	33.455	43,6	14.813	17.246	16,4

Fonte: INE, Censos 2001.

No que se refere aos Alojamentos Não Clássicos, foram identificados 167 alojamentos (50 barracas e 117 classificados em outros) nos quais se abrigavam 268 indivíduos, como se pode constatar da análise do quadro seguinte.

Quadro 90 - Alojamentos, Famílias e Pessoas Residentes, Segundo o Tipo de Alojamento e a Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares Clássicos no Concelho de Valongo (2001)

Alojamentos/Famílias/ Pessoas	Alojamentos Familiares Segundo o Tipo de Alojamento						Alojamentos Colectivos		Total Geral
	Alojamentos Clássicos Segundo a forma de Ocupação				Não Clássicos		Hotéis e Similares	Convivências	
	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos	Total	Barracas	Outros			
Alojamentos	33.288	2.111	3.618	33.455	50	117	1	14	33.470
Famílias Clássicas	27.891	--	--	28.067	51	125	--	3	28.070
Famílias Institucionais	--	--	--	--	--	--	--	11	11
Pessoas Residentes	85.214	--	--	85.662	136	312	--	343	86.005

Fonte: INE, Censos 2001

Uma das fraquezas identificadas no domínio da habitação foi a *precariedade habitacional* pelo que se procedeu a um levantamento das situações de precariedade do Ficheiro de Procura de Habitação para Arrendamento Social da autarquia. Assim, de acordo com o *Tipo de Habitação* (quadro seguinte) considerou-se que 50,8% destes alojamentos não apresentavam as mínimas condições de habitabilidade. Foram enquadrados as situações classificadas em *Barraca/Construção Abarracada, Ilha, Moradia/Prédio Degradados e Anexos e Similares*.

**Precariedade  
Habitacional**

Quadro 91 - Processos de acordo com o Tipo de Habitação, por Freguesia (%)

Tipo Habitação Freguesia	Barraca/ Construção Abarracada	Ilha	Moradia/ Prédio Degradados	Habitação Unifamiliar	Apartamento	Anexos e similares	Outra		Total
							Colectivo	S/ Abrigo	
Alfena	7,2%	20,8%	20,8%	29,6%	3,2%	16,8%	---	1,6%	100%
Campo	2,5%	2,5%	43,8%	32,5%	2,5%	16,2%	---	---	100%
Ermesinde	0,6%	35%	5%	25,3%	24,8%	6,4%	0,9%	2%	100%
Sobrado	6,7%	2,2%	40%	37,8%	---	13,3%	---	---	100%
Valongo	4,2%	3,6%	23,5%	27,5%	38%	6%	0,6%	0,6%	100%
Concelho	3,1%	20,4%	17,8%	27,1%	20,3%	9,5%	0,5%	1,3%	100%

Fonte: Ficheiro Activo de Procura de Habitação para Arrendamento Social, SGHS, CMV, Outubro de 2004

Outra das fraquezas elencadas foi a *Sobrelotação* no espaço habitacional, muitas vezes associada à precariedade económica. Como se pode verificar através da leitura do quadro seguinte o concelho de Valongo, em 2001, era o que apresentava a segunda maior percentagem no que se refere à sobrelotação (20,25%) sendo superior à da Área Metropolitana do Porto (19,46%).

Quadro 92 - *Sobrelotação dos Alojamentos Clássicos (%)*

Zona Geográfica	Alojamentos Clássicos		%
	N.º Total	N.º Sobrelotados	
Grande Porto	421 426	82 015	19,46
Espinho	10 980	1 988	18,11
Gondomar	53 545	11 184	20,89
Maia	39 709	7 033	17,71
Matosinhos	55 662	10 798	19,40
Porto	95 899	18 368	19,15
Póvoa de Varzim	18 937	3 764	19,88
Valongo	27 559	5 580	20,25
Vila do Conde	21 995	4 224	19,20
Vila Nova de Gaia	97 140	19 076	19,64

Fonte: INE, Censos 2001

Ainda em relação a esta fraqueza, analisando os dados do Ficheiro Activo de Procura de Habitação para Arrendamento Social da autarquia, em Outubro de 2004, podemos referir que **23,19%** de agregados familiares residiam em situação de sobrelotação, com um índice de ocupação superior a 2, ou seja, em média existiam mais de 2 pessoas por quarto a residir na habitação.

Também foi identificada como fraqueza os *grandes encargos com a habitação: rendas e prestações bancárias elevadas*. Analisando o quadro seguinte podemos constatar que o Concelho que tem uma maior percentagem de rendas pertencentes ao escalão mais baixo - menor que 99.75€ - é o Porto, sendo no entanto o que também apresenta o valor mais alto no escalão mais elevado (superior a 498.80 €).

Em relação a Valongo podemos verificar que **14,83%** das rendas são superiores a 249.40 €, sendo esta proporção de **14,55%** na média dos Concelhos que integram a Área Metropolitana do Porto.

**Sobrelotação**

**Grandes encargos com a habitação: rendas e prestações bancárias elevadas**

Quadro 93 - Escalões de encargos mensais com habitação arrendada (%) e Média mensal de encargos por arrendamento de habitação (Euros)

Zona Geográfica	Encargos Mensais com Habitação Arrendada (Euro)				Média Mensal de Encargos por Arrendamento de Habitação (Euros)
	Menos de 99.75	Entre 99.76 a 249.39	De 249.40 a 498.79	Mais de 498.80	
Grande Porto	66.32 %	19.13 %	13.37 %	1.18 %	105
Espinho	65.19 %	17.98 %	16.31 %	0.52 %	133
Gondomar	67.58 %	21.83 %	10.37 %	0.22 %	93
Maia	58.26 %	23.47 %	17.33 %	0.94 %	125
Matosinhos	65.78 %	20.14 %	13.15 %	0.93 %	107
Porto	73.97 %	13.59 %	10.25 %	2.19 %	94
Póvoa de Varzim	41.59 %	25.32 %	32.48 %	0.61 %	169
Valongo	60.73 %	24.44 %	14.54 %	0.29 %	108
Vila do Conde	50.84 %	28.63 %	19.66 %	0.87 %	138
Vila Nova de Gaia	63.11 %	21.51 %	14.78 %	0.60 %	107

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente à média mensal de encargos com arrendamento de habitação, cujos valores estão apresentados no quadro anterior, a Póvoa do Varzim era, em 2001, o concelho que exibia a média das rendas dos alojamentos arrendados mais elevada (169€), por oposição a Gondomar que apresentava o valor mais baixo (93€), logo seguido do Porto (94€). Valongo encontrava-se exactamente no “meio da tabela”, em **5º lugar**, com um valor médio de rendas na ordem dos **108 € mensais**.

No que diz respeito aos encargos com a aquisição de habitação (quadro seguinte), em Valongo, **33,46%** situam-se **acima dos 249.40€ mensais**, proporção superior à da Área Metropolitana do Porto (30,2%).

Quadro 94 - Escalões de encargos com habitação própria (%) e Média mensal de encargos por compra de habitação (Euros)

Zona Geográfica	Encargos Mensais com Habitação Própria (Euro)					Média Mensal de Encargos por Compra de Habitação (Euros)
	Menos de 99.75	Entre 99.76 a 249.39	De 249.40 a 498.79	Mais de 498.80	Sem Encargos	
Grande Porto	5.05 %	10.57 %	22.72 %	7.48 %	54.18 %	330
Espinho	3.66 %	6.62 %	10.13 %	3.72 %	75.87 %	304
Gondomar	4.85 %	10.62 %	27.71 %	6.5 %	50.32 %	326
Maia	5.03 %	10.70 %	28.32 %	11.52 %	44.43 %	358
Matosinhos	5.38 %	12.52 %	23.68 %	8.50 %	49.92 %	329
Porto	6.64 %	10.37 %	15.42 %	8.33 %	59.24 %	322
Póvoa de Varzim	3.47 %	8.59 %	11.79 %	2.70 %	73.45 %	284
Valongo	5.63 %	11.10 %	26.78 %	6.68 %	49.81 %	323
Vila do Conde	3.42 %	8.17 %	14.22 %	4.16 %	70.03 %	311
Vila Nova de Gaia	4.59 %	10.88 %	26.80 %	7.61 %	50.12 %	335

Fonte: INE, Censos 2001

No que se refere à média de encargos mensais com alojamentos ocupados pelo proprietário em 2001, entre os concelhos da Área Metropolitana do Porto, era no concelho da Maia que estes encargos eram mais elevados (358€), sendo mais reduzidos na Póvoa de Varzim (284€). À semelhança do que acontece relativamente às habitações arrendadas, o Concelho de Valongo situa-se, igualmente, em **5º lugar** com uma média de encargos mensais de **323€**, ligeiramente inferior à média da Área Metropolitana do Porto (330 €).

No que toca aos problemas relacionados com a Habitação, foram elencadas as seguintes **FORÇAS**:

✦ *Parque Habitacional Municipal*: apesar de não constituir uma competência do poder local, a Câmara Municipal de Valongo prossegue uma política de habitação, tendo construído, nos últimos 10 anos, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER) **14** Empreendimentos de Habitação Social.

**Parque  
Habitacional  
Municipal**



O PER, aprovado pelo Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio, constituiu uma medida de política habitacional de indiscutível necessidade e actualidade, cujo objectivo principal foi a erradicação de barracas/construções abarracadas, tendo em conta dois parâmetros fundamentais: a construção de empreendimentos de núcleos residenciais relativamente pequenos e a manutenção das famílias na sua zona de residência.

Tendo definido como uma das prioridades de intervenção o domínio habitacional, em 1995 a CMV celebrou um Acordo Geral de Adesão com o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e o Instituto Nacional de Habitação (INH) para a construção de 628 fogos de acordo com recenseamento efectuado anteriormente.

A política de habitação prosseguida pela autarquia teve como preocupação fundamental a qualidade da construção dos Empreendimentos e a sua integração na malha urbana, pelo que os Empreendimentos foram distribuídos pelas 5 freguesias, sendo os maiores constituídos por 68 fogos. Na sua maioria os Empreendimentos foram dotados de equipamentos sociais e desportivos, no sentido de facilitar a fixação das populações realojadas e a apropriação dos espaços colectivos, também abertos à comunidade, facilitando o seu processo de integração.

O PER constitui uma medida de política de habitação muito positiva no Concelho de Valongo, pela eliminação de barracas/habitações com más condições de habitabilidade e consequente melhoria das condições de vida das famílias, assim como pela requalificação dos espaços urbanos. No entanto, revela-se uma medida de certo modo insuficiente, uma vez que não permite responder a outras situações prioritárias mas não enquadráveis no Programa, por não se tratarem de alojamentos degradados, tais como sobreocupação dos alojamentos ou baixos rendimentos das famílias que não permitem o acesso ao mercado normal de habitação.

Consciente de que a questão habitacional das famílias não se resolve apenas com a atribuição de habitação, sendo o realojamento um processo global e integrado, a intervenção social junto das famílias realojadas assume-se como uma prioridade dos técnicos da Divisão de Acção Social da autarquia.

Quadro 95 - Parque Habitacional Municipal, por Freguesias

Freguesias	Parque Habitacional Municipal				
	Empreendimentos	Programa	N.º de Fogos	Agregados Familiares	População Residente
Alfena	Barreiro de Cima	PER	61	60	130
	Serra Amarela	PER	36	33	76
	S. Bartolomeu	PER	32	32	91
Campo	Balselhas	PER	52	50	115
	Padre António Vieira	PER	40	40	111
	1º de Maio	PER	24	24	67
Ermesinde	Montes da Costa	PER	40	39	68
	Palmilheira	PER	68	68	120
	Sampaio	PER	68	64	160
	Mirante de Sonhos	PER	35	35	169
		DL 226/87	46	46	
Sobrado	Saibreiras	IGAPHE	224	--	--
	Baldeirão I	PER	32	32	54
	Baldeirão II	PER	44	44	132
Valongo	Galinheiro	PER	44	43	67
	Outrela	PER	52	52	130
	Calvário	IGAPHE	144	---	---
	Pereiras	IGAPHE	88	---	---
TOTAL	17		1130	662	1490

Fonte: Sector de Gestão de Habitação Social da C.M.V., Setembro de 2004

✦ Habitações construídas a custos controlados ao abrigo de *Contratos de Desenvolvimento Habitacional* (CDH's), resultantes do estabelecimento de protocolos entre a Câmara Municipal e empresas construtoras privadas (promotoras) que procedem à construção de habitação a custos controlados.

Em 1997 a CMV criou o Programa "Casal Jovem, Casa Nova", que se destina a todos os agregados familiares residentes no Concelho, independentemente da idade, com capacidade económica para a aquisição de habitação própria mas sem rendimentos suficientes para a aquisição de habitação no mercado normal de habitação.

Ao abrigo deste Programa foram construídos **1300** fogos, distribuídos pelas 5 freguesias.

**CMV – Contratos de Desenvolvimento Habitacional**

✦ *Incentivo ao Arrendamento Jovem*, medida do Instituto Nacional de Habitação (INH) que consiste no apoio à renda a jovens arrendatários com idade inferior a 30 anos. O incentivo a conceder é fixado consoante o rendimento anual bruto do agregado familiar, podendo atingir 75% do valor da renda. É considerado uma força, na medida em que pode constituir a solução para alguns problemas habitacionais, apesar de apresentar condições de acesso limitativas, tais como a idade inferior a 30 anos, possuir declaração de IRS compatível com o valor da renda, ser titular de um contrato de arrendamento celebrado ao abrigo do actual Regime de Arrendamento Urbano, a casa ou fracção arrendada possuir Licença de Utilização emitida há menos de 8 anos pela Câmara Municipal e não ter laços familiares com o senhorio.

**Incentivo ao  
Arrendamento  
Jovem**

### **OPORTUNIDADES:**

✦ *Diversas Medidas do Instituto Nacional de Habitação (INH)*, quer ao nível do Realojamento, quer da Reabilitação de Habitações.

**Medidas do  
INH**

Ao nível do Realojamento existem, actualmente, o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação – PROHABITA – que tem como objectivo resolver o problema habitacional não só residentes em barracas ou casas abarracadas, como aconteceu com o PER, mas quaisquer situações de grave carência habitacional das famílias residentes no território nacional, tais como situações de sobreocupação dos alojamentos, população residente em edificações sem condições de habitabilidade ou em edifícios degradados cuja reabilitação seja inviável e realojamentos decorrentes de situações de calamidade pública ou no âmbito de operações municipais de reabilitação urbana. Este Programa pode ser concretizado através da celebração de Acordos de Colaboração entre o INH e os Municípios, podendo beneficiar dos apoios previstos no Programa, além dos Municípios, as empresas públicas municipais, as IPSS's ou outras Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Além do PROHABITA, no âmbito do Realojamento, existe ainda a possibilidade de estabelecer parcerias entre Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Municípios para o Realojamento de famílias a residirem em habitações precárias, previstas num protocolo assinado em Dezembro de 2003 entre o INH, a Associação Portuguesa das Sociedades Gestoras de Patrimónios e de Fundos de Investimento (APFIN).

Na área da Reabilitação estão previstas as seguintes medidas:

- **RECRIA** – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados – programa que se destina à recuperação de imóveis de arrendamento, consistindo numa comparticipação por parte do Estado (INH e Municípios) das obras de conservação e beneficiação executadas por proprietários e senhorios, que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação;
- **REHABITA** - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, que consiste numa extensão do Programa RECRIA e visa apoiar financeiramente as câmaras municipais na recuperação de zonas urbanas antigas;
- **RECRIPH** - Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal – que visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação e de beneficiação que permitam a recuperação de imóveis antigos, constituídos em regime de propriedade horizontal;
- **SOLARH** - que se destina a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nos seguintes casos: em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares que preencham as condições previstas no Decreto-Lei n.º 39/2001; em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção; em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

Ao nível das **AMEAÇAS** foi identificado essencialmente o facto de se *adiar, consecutivamente, a introdução de alterações ao regime de Arrendamento Urbano*. É consensual que, actualmente, não existe um mercado de arrendamento eficiente, o que tem consequências ao nível da degradação do parque habitacional, da existência de inúmeras habitações devolutas, bem como no facto de muitas famílias optarem pela aquisição de casa própria, com o consequente endividamento.

Adiamento de introdução de alterações ao RAU

Outra **FRAQUEZA** elencada, relacionada com questões de segurança, foram os *Assaltos*, considerados como a totalidade dos roubos e dos furtos. Como podemos verificar pela análise do quadro seguinte, em Valongo foram contabilizados um total de 2040 roubos e furtos, sendo **71,8%** registados pela PSP (1464).

**Assaltos**

Quadro 96 - *Crimes contra o Património (roubos e furtos) registada pelas forças de segurança no concelho de Valongo, em 2003*

Força de Segurança	Crimes Contra Património
GNR	576
PSP	1464
<b>TOTAL CONCELHO</b>	<b>2040</b>

Fonte: Comando Metropolitano da PSP do Porto e Grupo Territorial de Matosinhos da GNR

Analisando estes dados em relação a outros concelhos da Área Metropolitana do Porto (quadro seguinte) podemos constatar que Valongo apresenta **23,72** furtos e roubos por cada 1000 habitantes, sendo o 3º concelho com mais ocorrências registadas a este nível. O concelho que tem maior criminalidade a este nível é o Porto (**40,00 ‰**) e o que tem menor é Vila do Conde (**15,10‰**).

Quadro 97 - *Crimes contra o Património (Furtos e Roubos) registados pelas forças de segurança em diversos Concelhos da AMP (2003)*

Zona Geográfica	Força de Segurança		Total	‰ (por 1000 Hab.)
	GNR	PSP		
Gondomar	878	2407	3285	20.02
Maia	1305	1685	2990	24.90
Porto	-	10525	108	40.00
Póvoa de Varzim	345	829	1174	18.50
Valongo	<b>576</b>	<b>1464</b>	<b>2040</b>	<b>23.72</b>
Vila do Conde	709	413	1122	15.10
Vila Nova de Gaia	4250	2216	6466	22.40

Fonte: Comando Metropolitano da PSP do Porto e Grupo Territorial de Matosinhos da GNR

Como **FORÇAS** foram identificadas as Forças de Segurança que actuam no Concelho: *Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana*. A GNR tem o seu campo de actuação nas freguesias de Alfena, Campo e Sobrado e a PSP nas freguesias de Valongo e Ermesinde.

Além disso foi também identificado como força o *aumento da vigilância privada*, à qual algumas empresas privadas vão recorrendo de forma cada vez mais generalizada.

Não tendo sido identificada qualquer **OPORTUNIDADE**, ao nível das **AMEAÇAS** foi diagnosticada a *insuficiência de Recursos Humanos e materiais nas Forças de Segurança*, sentida de forma generalizada a nível nacional, relacionada também com a situação difícil das Finanças públicas no nosso País. Esta insuficiência, que certamente se fará sentir também a nível local, dificulta sobremaneira a prevenção e o combate ao problema referido.

Outra das fraquezas enunciadas foi a *falta de segurança rodoviária*. Como se pode constatar pelo quadro seguinte em 2003 foram registados, pelas Forças de Segurança locais, **1085 acidentes de viação**.

Quadro 98 - *Sinistralidade Rodoviária registada pela GNR e PSP no Concelho de Valongo, em 2003*

Força de Segurança	Acidentes de Viação				Vítimas			
	Colisões	Despistes	Atropelamentos	Total	Feridos Ligeiros	Feridos Graves	Vítimas Mortais	Total
GNR	412	42	22	476	138	16	3	155
PSP	504	69	36	609	133	12	0	145
<b>TOTAL</b>	<b>916</b>	<b>111</b>	<b>58</b>	<b>1085</b>	<b>271</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>300</b>

Fonte: Comando Metropolitano da PSP do Porto e Grupo Territorial de Matosinhos da GNR

**PSP e GNR**

**Aumento da vigilância privada**

**Insuficiência de Recursos nas Forças de Segurança**

**Falta de segurança rodoviária**

Dos dados existentes será importante salientar e analisar os acidentes com vítimas no Concelho de Valongo comparativamente a outras regiões do país, que segundo os dados do Ministério da Administração Interna, sistematizados pelo Observatório de Segurança Rodoviária da Direcção Geral de Viação, são os constantes do quadro abaixo.

Quadro 99 - *Vítimas resultantes da Sinistralidade Rodoviária em 2003*

Zona Geográfica	Vítimas			
	Feridos Leves	Feridos Graves	Vítimas Mortais	TOTAL
Valongo	271	28	3	300
Distrito Porto	8 046	469	141	8 656
Norte	14 944	1 010	332	16 286
Portugal Continental	50 599	4659	1356	56 614

Fonte: Ministério da Administração Interna – Direcção Geral de Viação, 2003

Como se pode verificar através da análise do quadro seguinte, em Valongo registaram-se 3 vítimas mortais resultantes de acidente de viação, o que corresponde a uma taxa de **3,5 vítimas mortais por cada 100 000 habitantes**. Esta taxa é bastante inferior à da média do distrito do Porto (6,7/100 000 Hab.), da Zona Norte (9,0/100 000 Hab.) e de Portugal Continental (13,1/100 000 Hab.).

Quadro 100 - *Vítimas mortais resultantes da Sinistralidade Rodoviária por 100 000 habitantes, em 2003*

Zona Geográfica	Vítimas Mortais	
	Total	Vítimas/1000 000 Hab.
Valongo	3	3.5
Distrito Porto	141	6.7
Norte	332	9.0
Portugal Continental	1356	13.1

Fonte: Ministério da Administração Interna – Direcção Geral de Viação, 2003

**FORÇAS:**

✦ *Câmara Municipal de Valongo*, na medida em que tem procedido à melhoria das vias, passeios e à construção de rotundas que, além de melhorarem a fluidez do trânsito automóvel, diminuem consideravelmente o número de acidentes de viação, uma vez que provocam uma redução na velocidade, uma das principais causas de acidente.

✦ *A Inspeção Periódica Obrigatória de veículos*, criada com o objectivo de intervir sobre o estado das viaturas, consiste na inspeção aos sistemas de segurança do veículo, através de testes efectuados com equipamentos próprios e por técnicos habilitados. A correcção de deficiências eventualmente encontradas permite evitar avarias graves e reduzir as probabilidades de ocorrência de falhas mecânicas e, consequentemente, de acidentes de viação, contribuindo para a segurança rodoviária.

✦ *Programa Veículos em Fim de Vida*, criado pelo Decreto-Lei 292-A/2000 de 15 de Novembro, que consiste na concessão de um incentivo fiscal à destruição de automóveis ligeiros em fim de vida, visando a melhoria da segurança rodoviária e da qualidade do ambiente. O incentivo reveste a forma de redução no imposto automóvel na compra de automóvel ligeiro novo e abrange veículos com ligeiros com mais de 10 anos de matrícula.

✦ *Novo Código da Estrada*, em vigor desde 26 de Março do corrente, cujas principais alterações incidem essencialmente nos “comportamentos perigosos” como a alta velocidade, a condução sob o efeito do álcool ou drogas ou a violação das regras de segurança. Prevê assim fortes agravamentos na penalização por velocidade excessiva, condução com álcool, uso de telefone durante a condução, falta do uso de cinto de segurança entre outros comportamentos considerados perigosos.

Relativamente a **OPORTUNIDADES** apenas foi referenciada a *Prevenção Rodoviária Portuguesa*, associação sem fins lucrativos de referência a nível nacional, que visa a prevenção de acidentes rodoviários e suas consequências. Desenvolve a sua acção ao nível, da informação, com desenvolvimento de campanhas de sensibilização, da formação de professores, jovens e técnicos ligados à construção, sinalização e

**Câmara  
Municipal de  
Valongo**

**Inspeção  
Periódica  
Obrigatória**

**Programa  
Veículos em  
Fim de Vida**

**Novo Código  
da Estrada**

**Prevenção  
Rodoviária  
Portuguesa**



conservação das vias, e ainda ao nível da educação, promovendo inúmeras actividades de Educação Rodoviária junto de crianças e jovens. A este nível, desenvolve acções em parceria com o Programa Escola Segura, potenciando a actuação dos agentes deste Programa no domínio da Educação Rodoviária enquadrada na formação cívica da criança e do jovem.

Trata-se de um recurso que pode ser potenciado a nível concelhio no sentido de aumentar a segurança rodoviária.

### **AMEAÇAS:**

✦ *A importação de veículos pesados usados* provenientes de outros países da Europa, destinados às indústrias dos transportes ou da construção civil e obras públicas, é uma realidade em Portugal. O que acontece é que muitos desses veículos encontram-se já em fim de vida útil, o que origina um parque de veículos pesados degradado, com consequências óbvias ao nível, quer da sinistralidade rodoviária, quer do ambiente.

**Importação de  
veículos  
pesados  
usados**

No domínio do espaço público, foi enunciada a existência de *barreiras arquitectónicas* como uma **FRAQUEZA**. É consensual a existência, no meio envolvente, de inúmeras barreiras físicas e/ou arquitectónicas, que dificultam o acesso a alguns serviços e transportes por parte de pessoas com mobilidade condicionada.

**Barreiras  
Arquitectónicas**

No plano local, é consensual a necessidade de diagnóstico rigoroso do actual *estado da arte*, uma vez que não existe um levantamento rigoroso dos equipamentos públicos com barreiras físicas.

Como **FORÇAS** para este problema foi identificada sobretudo a legislação em torno da eliminação de barreiras arquitectónicas, cuja produção tem sido profícua nas últimas duas décadas.

✦ *A Câmara Municipal de Valongo*, ao nível da aplicação do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e do Regulamento Municipal de Intervenção na Via Pública;

**Câmara  
Municipal de  
Valongo**

✦ *Decreto-Lei 123/97 de 22 de Maio*, que aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, através da supressão das barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública.

**Decreto-Lei  
123/97, de 22  
de Maio**

### **OPORTUNIDADES:**

✦ Candidatura Concelhia ao *PROGRIDE*, uma vez que uma das acções previstas prende-se com o levantamento de equipamentos/edifícios públicos concelhios cuja eliminação de barreiras arquitectónicas não foi ainda efectuada, e respectiva intervenção.

**Candidatura  
ao PROGRIDE**

### **AMEAÇAS:**

✦ Dificuldades inequívocas da aplicação das medidas legalmente consagradas, designadamente do Decreto-Lei 123/97, que decorrem de *competências fiscalizadoras* por parte das entidades licenciadoras manifestamente *inefícazes*.

**Fiscalização  
inefícaz**

Outra das fraquezas diagnosticadas foi a *insuficiência ao nível da rede de transportes públicos* no concelho. Esta insuficiência foi destacada nas zonas de alguns empreendimentos de habitação social. De acordo com um estudo encomendado pelo Gabinete de Revisão do Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Valongo, em 2003 as principais conclusões em relação à cobertura da rede de transportes públicas dizem-nos o seguinte "...a rede de Transportes Públicos e também as infra-estruturas que lhe servem de base, apresentam uma forte amarração ao povoamento, até porque a evolução das ocupações assim o permitiu. Porém, é claro que esses eixos estão sobrecarregados, e que a ocupação do território, sendo limitada nas suas imediações, inicia o avanço em franjas paralelas a esses eixos, o que não é correspondido pelo serviço de Transportes Colectivos, que se mantém e acumula nos traçados preexistentes, deixando muitas vezes de fora, a distâncias pouco razoáveis, geradores de procura fundamental para o sistema, a exemplo da população escolar e trabalhadora a residir em bairros edificadas ao abrigo de programas especiais de realojamento."

**Insuficiência ao  
nível da rede de  
transportes  
públicos**

### **FORÇAS:**

✦ *Operadores Privados de Transportes* que actuam no Concelho. De acordo com o mesmo estudo referido anteriormente, o Concelho de Valongo, além do operador ferroviário, era servido, em 2003, por um operador rodoviário público (STCP) e 13 privados, que poderão eventualmente alargar ou aumentar o n.º de algumas linhas, aumentando/melhorando dessa forma a rede de transportes públicos.

**Operadores  
Privados de  
Transportes**

## **DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

### **FRAQUEZAS**

- ✓ Insuficiente difusão de Informação
- ✓ Dificuldades de articulação e comunicação inter e intra institucional
- ✓ Pouco envolvimento dos empresários nos problemas sociais
- ✓ Ausência de planeamento e avaliação das intervenções
- ✓ Pouco voluntariado nas instituições de solidariedade social
- ✓ Modelos de gestão “caseiros” (ausência de controlo de custos e de gestão da qualidade)
- ✓ Insuficiência ao nível da formação dos técnicos em áreas específicas de intervenção

No âmbito do Desenvolvimento Organizacional, das fraquezas identificadas podemos constatar a importância da implementação da REDE SOCIAL no Concelho de Valongo, que visa introduzir a metodologia de Planeamento Estratégico da intervenção social, fomentando o trabalho em parceria e a participação. Assim será premente incentivar o aparecimento de novas formas de organização, novos processos e práticas de trabalho. Além disso pretende-se incrementar o desenvolvimento da dimensão técnica dos recursos humanos e do potencial humano nas organizações, bem como potenciar a responsabilidade social nas empresas e diferentes formas de cooperação entre organizações. O cumprimento destes objectivos só será possível se for promovida a comunicação e o diálogo no seio das organizações.

Uma das **FRAQUEZAS** elencadas ao nível do desenvolvimento organizacional foi a *insuficiente difusão de informação*, que foi associada ao facto de alguns técnicos das diferentes organizações não utilizarem as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), quer por desconhecimento/falta de formação quer pelo facto de algumas organizações não facilitarem ou mesmo não permitirem o acesso às TIC. Este problema inclui também a questão de não estarem ainda criados mecanismos eficazes

**Insuficiente  
difusão de  
Informação**

de circulação da informação pelas diferentes instituições do concelho, informação essa que é, por vezes, vista como algo precioso que não deve ser partilhado. Este problema está associado aos baixos índices de confiança da sociedade portuguesa, uma vez que esta falta de confiança existe quando não há transparência, há falta de transparência quando há falta de partilha de informação e há falta de partilha de informação quando há falta de confiança.

Outra das fraquezas diagnosticadas, que se relaciona com a anterior, foram as *dificuldades de articulação e comunicação inter e intra institucional*, problema associado a diversos factores, tais como elevada “competição” institucional, sobreposição de intervenções, dificuldades de relacionamento institucional na resolução de problemas e ausência de comunicação entre os diferentes serviços, por vezes dentro da própria instituição. Esta fraqueza prende-se também com a ausência ou a ineficácia de mecanismos de transmissão de informação entre e dentro das instituições, mas, mais do que uma questão de transmissão de informação, é uma questão de ordem comunicacional, ou seja, de partilha de saberes, de experiências e até mesmo de recursos para atingir os objectivos comuns das organizações.

**Dificuldades de articulação e comunicação inter e intra institucional**

O *pouco envolvimento dos empresários nos problemas sociais*, também foi identificado como fraqueza, ou seja, existem défices ao nível da Responsabilidade Social das Empresas. De acordo com o Relatório *Responsabilidade Social das Empresas – estado da Arte em Portugal – 2004*, editado pelo CECOIA (Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins), «Portugal aparece em 21º lugar no “National Corporate Responsibility Index 2003”, atrás de todos os restantes países da EU 15 à excepção da Grécia e imediatamente à frente do Japão e dos EUA».(p 8)

**Pouco envolvimento dos empresários nos problemas sociais**

A noção de Responsabilidade Social das Empresas é a adoptada pela Comissão Europeia, definida como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas”, ou seja, tudo o que as empresas façam, no campo social e ambiental, que vá para além das suas obrigações.

Este défice de Responsabilidade Social das Empresas, sentido a nível nacional, faz-se sentir também a nível local.

Outra das fraquezas que foi enunciada, e que é muito característica da área social, é a *ausência de planeamento e avaliação das intervenções*, produto da inexistência de uma cultura de planeamento em que se intervém sem conhecer a realidade, em que cada instituição intervém isoladamente, voltada para si própria e em que as metodologias de planeamento e avaliação não são previstas nem aplicadas.

A intervenção social existente um pouco por todo o país é determinada pelos recursos, pois é face aos recursos disponíveis que se pensa e decide a intervenção, o que origina situações de sobreposição de intervenções, a existência de áreas que se mantêm a descoberto e um enorme gasto de recursos. Esta ausência de planeamento encontra-se associada à ausência de avaliação das intervenções: não existe medição do impacto que as intervenções produzem na realidade. Além de não existir avaliação do impacto, também raramente existe a avaliação da eficiência (relação entre os resultados alcançados com o seu custo) e da eficácia (forma como os resultados alcançados contribuíram para alcançar os objectivos).

O planeamento e avaliação são importantes na medida em que é necessário conhecer, analisar e actuar sobre as condições do desenvolvimento local e não intervir apenas sobre as suas consequências e manifestações. **O planeamento permite criar as condições necessárias para a mudança da realidade social local, conferindo racionalidade às decisões e intervenções.**

Foi também constatado o *pouco voluntariado nas instituições de solidariedade social*, o que se constitui como uma fraqueza dado que o voluntariado se revela um factor facilitador da melhoria da qualidade da intervenção técnica.

A nível local existem alguns grupos de voluntários organizados, tais como as Conferências Vicentinas, faltando essencialmente voluntários afectos às instituições locais, que possam desenvolver actividades complementares às desenvolvidas pelos técnicos.

Este problema poderá estar relacionado com a pouca disponibilidade, quer das pessoas da comunidade para se tornarem voluntários, quer das instituições locais para os integrarem e os formarem.

**Ausência de planeamento e avaliação das intervenções**

**Pouco voluntariado nas instituições de solidariedade social**

O problema da existência de *modelos de gestão "caseiros"* (*ausência de controlo de custos e de gestão da qualidade*) é muito frequente nas organizações do sector social, que raramente conhecem os custos das intervenções, nem o seu nível de eficiência, isto é, a relação entre os recursos aplicados (custos) e os resultados alcançados.

Algumas instituições existem porque existem recursos, não tendo sustentabilidade a médio/longo prazo, o que por vezes conduz a problemas de ordem financeira e ao fenómeno da "subsidiodependência" das candidaturas e dos acordos. Além da ausência de controlo de custos, verifica-se também a ausência de gestão da qualidade dos serviços prestados. A gestão da qualidade numa organização significa que cada passo para a produção de um serviço deve respeitar determinadas normas técnicas no sentido do aumento da qualidade contínuo e da redução dos custos.

É urgente que as instituições explorem novas fontes de financiamento e adoptem modelos de gestão profissional para garantirem a sua sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados.

**Modelos de gestão "caseiros" (ausência de controlo de custos e de gestão da qualidade)**

Outra das fraquezas elencadas foi a *insuficiência ao nível da formação dos técnicos em áreas específicas de intervenção*. Esta necessidade de formação especializada foi muito referida pelos técnicos participantes nos Workshops, relativamente a saberes e competências que, muitas vezes, não são ministradas ou não são devidamente aprofundadas nos planos curriculares das licenciaturas da área social.

Estas lacunas de competências e saberes fazem-se sentir ao nível, por exemplo, da problemática das crianças em risco, cuja avaliação e intervenção requer técnicas específicas, ao nível dos métodos e técnicas de planeamento estratégico e avaliação, bem como ao nível das novas Tecnologias de Informação e Comunicação

Apesar da legislação prever a frequência de formação profissional em período laboral, acontece frequentemente que os técnicos, por questões de serviço, não têm disponibilidade para frequentar acções que permitam proceder à actualização das suas competências e saberes. Além disso, relativamente a algumas áreas, a formação desenvolvida é muito escassa, não se adequando às necessidades sentidas.

**Insuficiência ao nível da formação dos técnicos em áreas específicas de intervenção**

No que se refere às **FORÇAS** existentes para combater as fraquezas diagnosticadas na área do Desenvolvimento Organizacional, surge-nos imediatamente como fundamental a implementação e dinamização da *REDE SOCIAL*, que tem os seguintes objectivos estratégicos:

- promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos locais;
- garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais existente no Concelho;
- desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais.

Os objectivos específicos definidos pelo Programa REDE SOCIAL são:

- induzir o diagnóstico e o planeamento participados;
- promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia;
- procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, no âmbito da Rede Social;
- promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

Além disso, a implementação da REDE SOCIAL visa fomentar, a nível local, a circulação e partilha de informação através da criação de um sistema de comunicação fácil e acessível entre os serviços e os cidadãos.

Relativamente à parceria, no Concelho de Valongo já foi constituído o *Conselho Local de Acção Social de Valongo (CLAS)*, composto por inúmeras instituições públicas e privadas sem fins lucrativas com intervenção na área do Concelho de Valongo. Pretende-se que este órgão constitua a plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social concelhia, garantindo a complementaridade das intervenções e a concretização do princípio da subsidiariedade, e fomentando a articulação e comunicação entre as instituições.

**REDE SOCIAL****CLAS de  
Valongo**



Além da REDE SOCIAL forma enunciadas outras FORÇAS, algumas delas relacionadas com a Formação Profissional:

✦ *Formação Profissional* financiada no âmbito do POEFDS, que vai sendo ministrada por algumas entidades formativas Concelhias, nas mais variadas áreas, como as novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

**Formação  
Profissional**

✦ *Programa de Formação para as Autarquias Locais (FORAL)*, que visa a formação dos funcionários das Autarquias Locais, que constitui um factor essencial para a qualificação do desempenho profissional e para a racionalização de processos de gestão.

**CMV-FORAL**

O Programa FORAL prevê várias áreas de formação, entre as quais:

- Apoio a processos, incluindo os de informatização, para a modernização administrativa, desburocratização, qualidade, melhoria do serviço e da informação prestada aos cidadãos e às empresas, bem como aumento da qualidade do "interface" com os cidadãos e as empresas;

- Promoção da formação generalizada em informática, assegurando o nível de conhecimentos básico e necessário ao desempenho eficiente e eficaz de funções.

A Câmara Municipal de Valongo tem vindo, ao abrigo deste Programa, a desenvolver inúmeras acções de formação para os funcionários.

✦ *Formação on-line* desenvolvida pelo Centro de Competências para a Formação, do Instituto de Solidariedade Social, I.P.

**Formação  
on-line**

✦ Outra força no combate a este problema são as *experiências locais de articulação inter-institucional*, ao nível, por exemplo, da Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Inserção, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e de alguns Projectos implementados no Concelho. Além disso, está também a desenvolver-se, na freguesia de Alfena, um projecto piloto de intervenção integrada junto das famílias residentes nos 3 Empreendimentos de Habitação Social existentes, assumido por 1 técnico da autarquia. Deste modo, a acção social tradicionalmente cometida ao Serviço Local da Segurança Social é assegurada pelo técnico da Câmara, no sentido de actuar na multidimensionalidade das problemáticas diagnosticadas, promovendo a articulação inter-institucional na busca de respostas sociais.

**Experiências  
locais de  
articulação**

✦ *Associação Empresarial de Valongo*, recentemente criada, que poderá eventualmente aderir ao Conselho Local de Acção Social de Valongo, representando os empresários neste órgão;

**Associação  
Empresarial de  
Valongo**

Ao nível do Voluntariado, as Forças identificadas foram:

✦ *Programas de Voluntariado do Instituto Português da Juventude* aos quais algumas instituições podem recorrer, tais como:

**Programas de  
Voluntariado do  
IPJ**

- **OTL (Ocupação de Tempos Livres)**, programa que visa promover a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens, orientando-os para o desempenho de actividades ocupacionais que proporcionem a conquista de hábitos de voluntariado, que permitam o contacto experimental com algumas actividades profissionais e que potenciem a capacidade de intervenção e participação social e cívica dos jovens, contribuindo para o processo de educação não formal;

- **SNS Jovem – Programa Especial de Voluntariado Jovem na Saúde** - Programa de voluntariado a decorrer em instituições de saúde, destinado a jovens estudantes que frequentem os dois primeiros anos dos cursos superiores de saúde e de ciências sociais e humanas, relacionados com a prestação de cuidados de saúde, com o objectivo de promover a participação solidária dos jovens em acções de interesse social e comunitário, no âmbito da Saúde e do contacto directo e precoce dos jovens com as instituições de saúde.

✦ *Banco do Tempo*, serviço prestado pela Agência para a Vida Local da Câmara Municipal de Valongo, que permite a troca de serviços, entre os inscritos no Banco do Tempo, como se de um banco se tratasse, mas onde a “moeda de troca” é o tempo.

**CMV – Banco do  
Tempo**

Ao nível das **OPORTUNIDADES** foram identificadas:

✦ *Geo-Valongo*, programa da Câmara Municipal de Valongo que visa dotar a autarquia de uma infra-estrutura de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) completamente integrada no Sistema de Informação da Câmara.

**CMV  
Geo-Valongo**

Permite a qualquer cidadão ter acesso imediato às informações básicas sobre as definições e condicionantes urbanísticas de todo o concelho, interagir directamente com os serviços municipais, e consultar documentação específica relativa ao concelho.

Constitui a base integrante de um processo de modernização administrativa, permitindo um acesso mais célere e transparente do cidadão aos serviços

disponibilizados pela autarquia. Esta base de dados, além de ser um instrumento de identificação, é um apoio à gestão e divulgação de informação, promovendo a eficácia e a qualidade na resposta aos particulares e nas intervenções de responsabilidade municipal, constituindo um exemplo de difusão de informação a nível concelhio.

✦ A Câmara Municipal de Valongo iniciou um processo de implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade, com vista à obtenção da Certificação da Qualidade dos serviços prestados, aderindo ao Programa "Certificar – Autarquia Certificada Missão Facilitada". Com este Programa a autarquia visa criar as condições exigidas num processo de Certificação, podendo, no final do processo, solicitar a Certificação da Qualidade junto de um Entidade Certificadora. Esta experiência da autarquia poderá ser motivadora junto de outras instituições concelhias que pretendem implementar um Sistema de Gestão da Qualidade.

CMV – Programa  
Certificar

✦ *Guia de Recursos Local* a editar no Âmbito da Implementação da Rede Social no Concelho, no qual será compilada toda a informação relativa a instituições, serviços e equipamentos sociais que têm como área de intervenção o Concelho de Valongo, bem como a programas nacionais e comunitários.

Guia de Recursos

✦ *Candidatura ao PROGRIDE*, que prevê a criação de Serviços de Atendimento Local – SAL – ao nível da freguesia, que permita a agregação de recursos técnicos de instituições que integram o CLAS de Valongo. Pretende-se com este serviço aproximar a população dos técnicos e evitar sobreposição de intervenções, obedecendo à filosofia do atendimento integrado e ao princípio da territorialização. Esta candidatura prevê ainda, a nível desta problemática, a criação de uma Bolsa de Voluntários concelhia e o desenvolvimento de Acções de Formação e Workshops para técnicos.

Candidatura ao  
PROGRIDE

✦ A Reforma da Administração Pública, materializada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2003, de 30 de Julho e cuja operacionalização é aprovada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2004, de 21 de Abril. Esta Reforma é considerada uma oportunidade porque, como se pode ler na RCM 53/2004, tem os seguintes objectivos:

Reforma da  
Administração  
Pública

- “- aumentar a qualidade e eficácia dos serviços públicos, tornando-os mais céleres, ágeis, adequados, disponíveis e acessíveis;

- aumentar os níveis de eficiência da Administração Pública, optimizando o consumo dos recursos financeiros, humanos, tecnológicos e infra-estruturais, associados à prestação dos serviços, sem prejuízo dos níveis de qualidade e eficácia pretendidos;
- promover a motivação e valorização dos funcionários públicos, apostando na sua formação e qualificação e introduzindo um novo conceito de avaliação de desempenho, estimulando o mérito.”

Para alcançar os objectivos definidos, a legislação prevê a adopção de novos modelos organizativos – a instituição de uma lógica de gestão por objectivos – eliminando sobreposições e circuitos complexos e burocráticos, prevê a redefinição de competências e responsabilidades dos dirigentes, a implementação de um sistema para avaliação do desempenho e o desenvolvimento de uma política de formação de recursos humanos. É considerada uma oportunidade e não uma força porque, devido à sua amplitude e complexidade, a Reforma da Administração Pública terá uma implementação gradual.

Como **AMEAÇAS** temos:

- ✦ a *resistência à mudança organizacional e à inovação* por parte de grande parte das organizações, resistência essa que começa, por vezes, dentro das organizações, por parte dos funcionários/técnicos. Ora essa resistência naturalmente dificulta os processos de mudança pelos quais as organizações devem obrigatoriamente passar para funcionarem em “rede”;
- ✦ A *cultura organizacional* vigente, extremamente fechada. A maiorias das organizações desenvolvem a uma cultura da “quintinha”, funcionando fechadas sobre si mesmas, sem terem em conta a paisagem organizacional na qual se inserem;
- ✦ *Legislação que regulamenta a REDE SOCIAL* não permite a integração no CLAS de entidades com fins lucrativos, excluindo as empresas, que se revelam, em algumas áreas, parceiros importantíssimos. Este factor dificulta o envolvimento dos empresários nas questões sociais e no desenvolvimento local.
- ✦ Existência de modelos organizacionais marcados pela *excessiva hierarquização e burocratização*, com falta de delegação de competências. A grande maioria das

**Resistência à mudança organizacional e à inovação**

**Cultura organizacional**

**Legislação que regulamenta a REDE SOCIAL**

**Excessiva hierarquização e burocratização**

organizações do Sector Social organizam-se de acordo com o sistema da administração pública, com demasiados níveis hierárquicos e muito burocráticas, com fluxos de informação em que as informações “sobem” e as ordens “descem”, assistindo-se a processos de comunicação e de tomada de decisão extremamente complexos.

## IV. PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO

---

Tal como sucedeu na elaboração do Diagnóstico, também o processo de delimitação das prioridades de intervenção para o Concelho de Valongo se realizou de forma participada. Como tal, recorreu-se à utilização do Modelo Eisenhower com todos os parceiros do CLAS de Valongo, com base nos problemas definidos como prioritários (prioridade I e II) nos diferentes Grupos Temáticos.

As prioridades de intervenção são os problemas cuja resolução se revela fundamental a médio prazo, pelo seu grau de importância e de urgência, consensualizados pelos parceiros.

Constituem o ponto de partida para o **Plano de Desenvolvimento Social**, documento no qual se traçará o retrato da situação social desejável, através da definição dos objectivos e das etapas e estratégias para os atingir, assim como as entidades a envolver, com vista à melhoria generalizada da qualidade de vida da comunidade.

Os problemas concelhios foram organizados de acordo com as prioridades apresentadas de seguida:

PRIORIDADE	PROBLEMAS	DOMÍNIOS
Prioridade I	- Dificuldades de articulação e comunicação inter e intra-institucional	Desenvolvimento Organizacional
	- Modelos de Gestão "Caseiros"	
	- Ausência de planeamento e avaliação das intervenções	
	- Insuficiente difusão de informação	
	- Pouco Voluntariado nas instituições de solidariedade social	
	- Ausência de Equipamentos Sociais para pessoas com deficiência	Família e Intervenção Social
	- Crianças e Jovens em perigo	
	- Insuficiência ao nível das Acessibilidades	
	- Dificuldades na integração sócio-profissional das pessoas com deficiência	
	- Doenças infecto-contagiosas	Saúde e Comportamentos de Risco
	- Falta de motivação dos jovens face à escola	Educação
	- Absentismo/Insucesso/Abandono Escolar	
	- Baixos níveis de qualificação escolar e profissional	

<b>Prioridade II</b>	- Precariedade Económica	<b>Família e Intervenção Social</b>
	- Violência Familiar	
	- Insuficiência de Equipamentos/Respostas Sociais para a Infância e Juventude	
	- Inexistência de Respostas Sociais na área da saúde mental	
	- Insuficiência ao nível da formação dos técnicos em áreas específicas de intervenção	<b>Desenvolvimento Organizacional</b>
	- Trabalho Precário	<b>Emprego e Formação Profissional</b>
	- Desemprego	
	- Falta de comunicação entre o sistema produtivo e o Mercado de Emprego	
	- Alcoolismo/Toxicodependência	<b>Saúde e Comportamentos de Risco</b>
	- Falta de cuidados continuados em várias áreas da saúde	
	- Carência de Técnicos Especializados	
	- Falta de SPO's nas Escolas	<b>Educação</b>
	- Insuficiência de Recursos Materiais e Humanos nas escolas	
	- Barreiras Arquitectónicas	<b>Habitação, Espaço Público e Segurança</b>
<b>Prioridade III</b>	- Falta de estímulos a estilos de vida saudável	<b>Saúde e Comportamentos de Risco</b>
	- Insuficiência de Respostas/Equipamentos Sociais e Lúdico-Ocupacionais para a população idosa	<b>Família e Intervenção Social</b>
	- Pouco envolvimento dos empresários nos problemas sociais	<b>Desenvolvimento Organizacional</b>
	- Precariedade Habitacional	<b>Habitação, Espaço Público e Segurança</b>
	- Sobrelotação (Habitações)	
	- Falta de segurança rodoviária	
<b>Prioridade IV</b>	- Fraco Tecido Empresarial	<b>Emprego e Formação Profissional</b>
	- Grandes encargos com a habitação: rendas e prestações elevadas	<b>Habitação, Espaço Público e Segurança</b>



## V. GUIA DE RECURSOS

---

Este Guia de Recursos Locais que apresentamos de seguida é uma compilação de Serviços e Equipamentos Sociais, Educativos, de Saúde, de Emprego e Formação Profissional cuja área de intervenção é o Concelho de Valongo. Pretende ser mais que um mero repositório de informação, constituindo-se como um instrumento importante de apoio e suporte à intervenção social dos técnicos locais.

Além disso, é parte integrante do Sistema de Informação concelhio a implementar no âmbito do Programa REDE SOCIAL, que visa fomentar, a nível local, a circulação e partilha de informação acessível acerca da realidade concelhia entre os serviços e os cidadãos.

Além de identificarmos os diversos Serviços e Equipamentos Concelhios nas mais diversas áreas, procedemos também à apresentação das nomenclaturas e conceitos dos Serviços e Equipamentos Sociais constantes no documento *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos*, para uma melhor definição das diferentes valências.

**SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS SOCIAIS - REDE SOLIDÁRIA**

<b>FREGUESIA DE ALFENA</b>	
<b>Instituições</b>	<b>Valências/Respostas Sociais</b>
Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde - ADICE Rua Miguel Bombarda, 440 4445-509 Ermesinde ☎ 22 9715151 📠 22 9787773	A.T.L. Barreiro de Cima Rua das Valmarinhas s/n 4445-225 Alfena ☎ 22 9687267
Centro Social e Paroquial de Alfena Lugar da Igreja 4445 - 066 Alfena ☎ 22 9670591 📠 22 9680393	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L.
	Lar para Idosos (2 pólos)
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Centro de Dia
<b>FREGUESIA DE CAMPO</b>	
<b>Instituições</b>	<b>Valências/Respostas Sociais</b>
ADICE Rua Miguel Bombarda, 440 4445 Ermesinde ☎ 22 9715151 📠 22 9787773	A.T.L. Casa de Campo Rua Padre António Vieira s/n 4440-125 Valongo ☎ 22 4152151
	A.T.L. Balsehas Rua Ramalho Ortigão s/n 4440-232 Campo VLG ☎ 22 4226249
Associação Promoção Social e Cultural do Calvário Travessa do Calvário, 75 4440 Campo ☎ 📠 22 4112896	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L.
Associação MAPA – Mulheres a Preparar o Amanhã Centro de Animação Infantil Rua dos Moirais, s/n - 4440 Campo ☎ 22 4110321	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L.
Centro Paroquial e Social de S. Martinho de Campo Rua Padre António Vieira, 30/50 4440-151 Campo ☎ 📠 22 4110139	A.T.L.
	Centro de Dia
	Serviço de Apoio Domiciliário

FREGUESIA DE ERMESINDE	
Instituições	Valências/Respostas Sociais
ADICE Rua Miguel Bombarda, 440 4445-509 Ermesinde ☎ 22 9715151 📠 22 9787773	A.T.L. Sampaio Rua dos Amieiros s/n 4445-643 Ermesinde
	A.T.L. Mirante de Sonhos Rua de Mirante dos Sonhos 4445-511 Ermesinde
	Centro de Ocupação de Tempos Livres de Ermesinde
	Centro Social e Comunitário de Ermesinde
	Ajuda Alimentar a Carenciados
Associação de Promoção Social e Cultural de Ermesinde R. Mário Pais de Sousa 4445 Ermesinde ☎ 22 9750815	Centro de Dia
	Ajuda Alimentar a Carenciados
Casa do Povo de Ermesinde Largo 1º de Maio 4445 Ermesinde ☎ 22 9711647	Centro de Dia
	Serviço de Apoio Domiciliário
Centro Social de Ermesinde Rua Rodrigues de Freitas, 2200 4445-637 Ermesinde ☎ 22 9747194 📠 22 9759944	Creche
	Creche Familiar
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L.
	Centro Ocupacional Juvenil Rua José Joaquim Ribeiro Teles, 201 4445 Ermesinde ☎ 22 9789923
	Lar para Idosos ☎ 22 9758524
	Serviço de Apoio Domiciliário ☎ 22 9747194
	Centro Comunitário Centro Animação Saibreiras Trav. João de Deus, s/n ☎ 22 9734943
	Refeitório
Instituto Bom Pastor Largo das Oliveiras 4445 Ermesinde ☎ 22 9710558    📠 22 9739109	Lar de Crianças e Jovens
	Lar de Crianças e Jovens
Lar Marista de Ermesinde Rua dos Sonhos, 29 4445 Ermesinde ☎ 22 9717650    📠 22 9757986	Lar de Crianças e Jovens
	Lar de Crianças e Jovens
Nova Iniciativa Rua Rodrigues de Freitas, 162 4445 Ermesinde ☎ 22 9710377    📠 22 9780324	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L (2 pólos)

FREGUESIA DE SOBRADO	
Instituições	Valências/Respostas Sociais
Centro Social e Paroquial St.º André de Sobrado Rua Padre Agostinho Freitas, 88 4440-387 Sobrado ☎ 22 4161193 📠 22 4161195	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	Centro de Dia
	Serviço de Apoio Domiciliário
FREGUESIA DE VALONGO	
Instituições	Valências
ADICE Rua Miguel Bombarda, 440 4445 Ermesinde ☎ 22 9715151 📠 22 9787773	A.T.L. Calvário Av. 5 de Outubro 4440-503 Valongo ☎ 22 4211133
	A.T.L. Outrela Rua da Baianca s/n 4440-504 Valongo ☎ 22 4220372
	Centro de Apoio à Vida Rua Dias Oliveira, 64 4440 Valongo ☎ 22 4210145
Associação para o Desenvolvimento do Susão Rua da Quelha, 160- Susão 4440 Valongo ☎ 22 4220801	Ajuda Alimentar a Carenciados
Santa Casa da Misericórdia de Valongo Rua Rainha Santa Isabel, 30 4440 Valongo ☎ 22 421 9220 📠 22 421 9229	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	Centro de Acolhimento Temporário "Mãe d'Água" Travessa Vasco da Gama, 120 4440 Valongo ☎ 22 422 5169
	Centro de Dia
	Lar para Idosos
	Serviço de Apoio Domiciliário

**SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS SOCIAIS - REDE LUCRATIVA**

<b>FREGUESIA DE ALFENA</b>	
<b>Instituições</b>	<b>Valências/Respostas Sociais</b>
Infantário S. Vicente Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 71 4445 Alfena ☎ 22 9684964	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
<b>FREGUESIA DE ERMESINDE</b>	
<b>Instituições</b>	<b>Valências/Respostas Sociais</b>
Externato Maria Droste Quinta do Cruzeiro Rua de Ermesinde 4445 Ermesinde ☎ 22 9710004 ☎ 22 9717098	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
Colégio de Ermesinde Quinta da Formiga 4445 Ermesinde ☎ 22 9773690	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
Externato Santa Joana Rua Rodrigues de Freitas, 2037 4445 Ermesinde ☎ 22 9735043	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
Os Pitufos – Academia de Ensino Particular Tr. Porto Carreiro 4445-567 Ermesinde ☎ 22 9717666	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L.
O Patinho Rua Eng. Armando Magalhães, 525-cv 4445 Ermesinde ☎ 22 9751065	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
A Primavera Rua 5 de Outubro, 1039 4445 Ermesinde ☎ 22 9710632	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
Pica-Pau Amarelo Rua 5 de Outubro, 622 4445-310 Ermesinde ☎ 22 9733795	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
<b>FREGUESIA DE SOBRADO</b>	
<b>Instituições</b>	<b>Valências/Respostas Sociais</b>
Vemar Rua S. Gonçalo, 45 4440 Sobrado ☎ 22 4155578	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L.

FREGUESIA DE VALONGO	
Instituições	Valências/Respostas Sociais
Casa da Avó Av. 1º Maio, 22 4440 Valongo ☎ 22 4223984	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
A Cegonha Rua Bartolomeu Dias, 184 4440 Valongo ☎ 22 4226537	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L.
A Criança Rua Lameira Ferreira, 52/64 4440 Valongo ☎ 22 4224452	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	A.T.L.
A Teia Rua da Misericórdia, 71 4440 Valongo ☎ 22 4223810	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
Jardim da Joana Rua D. Miguel, 71 4440 Valongo ☎ 22 4220797	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar



**OUTRAS INSTITUIÇÕES DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

<b>NOME</b>	<b>MORADA</b>
AADEVA- Associação de Apoio à Deficiência de Valongo	Bairro das Pereiras, Bloco 3 – Garagem 23 4440–503 Valongo
Associação Projecto Vida de Valongo	Av. 5 de Outubro, 160 4440 Valongo
Conferência S. Vicente de Paulo- Campo	Paróquia de Campo 4440 Campo
Conferência S. Vicente de Paulo - Ermesinde	Paróquia de Ermesinde 4445 Ermesinde
Conferência S. Vicente de Paulo - Valongo	Rua das Oliveiras, 12 4440 Valongo
Conferência S. Vicente de Paulo - Sobrado	Rua do Alambique, 230 4440 Sobrado VLG
Rotaract Clube de Ermesinde	Rua Simões Lopes, 292 4445-602 Ermesinde
Rotaract Clube de Valongo	Apartado 123 4440-909 Valongo
Rotary Clube de Ermesinde	Apartado 1084 4446 Ermesinde
Rotary Clube de Valongo	Apartado 123 4440-909 Valongo





## SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

## AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE VALONGO

AGRUPAMENTO	ESCOLAS	MORADA		
<b>Agrupamento Vertical de Escolas de Alfena</b>	<b>EB 2,3 Alfena</b>	<b>Rua N.ª Sr.ª da Piedade 4445-150 Alfena</b>	<b>22 9672062</b>	<b>22 9685634</b>
	EB1 Alfena	Rua S. José, 198 4445 Alfena	22 9686981	
	JI/EB1 Barreiro	Rua Combatentes 4445 Alfena	22 9671389	
	JI/EB1 Cabeda	Rua das Escolas, s/n 4445 Alfena	22 9670870	
	JI/EB1 Codiceira	Rua Sr.ª do Amparo 4445 Alfena	22 9671498	
	JI/EB1 Xisto	Rua dos Agueiros 4445 Alfena	22 9672674	
<b>Agrupamento Vertical de Escolas de Campo</b>	<b>EB 2,3 Padre Américo</b>	<b>Trav. Padre Américo 4440-201 Campo</b>	<b>22 4219530</b>	<b>22 4223943</b>
	JI/EB1 Azenha	Rua Parque Infantil 4440 Campo	22 4211507	
	JI/EB1 Balseilhas	Rua Escola Nova 4440 Campo	22 4125078	
	JI/EB1 Outeiro	Rua 1.º Maio 4440 Campo	22 4110634	
	JI/EB1 Moirais	Rua dos Moirais 4440 Campo	22 4110509	
	JI/EB1 Retorta	Rua Central da Retorta 4440 Campo	22 4110504	
<b>Agrupamento Vertical S. Lourenço</b>	<b>EB 2,3 S. Lourenço</b>	<b>Rua da Costa 4445-420 Ermesinde</b>	<b>22 9712035</b>	<b>22 9737736</b>
	JI/EB1 Costa	R. Escolas Costa 4445 Ermesinde	22 9722884	
	JI/EB1 Montes Costa	R. Montes da Costa 4445 Ermesinde	22 9751757	
<b>Agrupamento Vertical D. António Ferreira Gomes, Bela e Sampaio</b>	<b>EB 2,3 D. António Ferreira Gomes</b>	<b>Rua Sr. dos Aflitos 4445-600 Ermesinde</b>	<b>22 9733703</b>	<b>22 9733702</b>
	JI/EB1 Bela	Rua Bartolomeu Dias 4445 Ermesinde	22 9670491	
	JI/EB1 Sampaio	Trav. das Escolas 4445 Ermesinde	22 9750110	
<b>Agrupamento de Escolas da Gandra</b>	<b>JI/EB1 Saibreiras</b>	<b>Rua das Leiras 4445-492 Ermesinde</b>	<b>22 9759795</b>	<b>22 9759796</b>
	JI/EB1 Gandra	Rua de Cabinda 4445 Ermesinde	22 9718719	
	JI/EB1 Carvalhal	Prcta. Alberto Taborda 4445 Ermesinde	22 9715635	
<b>Agrupamento Vertical S. João de Sobrado</b>	<b>EB 2,3 Sobrado</b>	<b>Rua de Fijós 4440-334 Sobrado</b>	<b>22 4156244</b>	<b>22 4154069</b>
	JI Baldeirão	Rua do Baldeirão II 4440 Sobrado	22 4151263	
	JI/EB1 Balsa	Rua Prior do Crato 4440 Sobrado	22 4111326	
	JI/EB1 Campelo	Largo do Passal 4440 Sobrado	22 4110684	
	JI/EB1 Fijós	Rua de Fijós 4440 Sobrado	22 4159439	
	JI/EB1 Paço	Rua Central de Paço 4440 Sobrado	22 4114816	
	JI/EB1 Lomba	R. Central da Lomba 4440 Sobrado	22 4110709	
<b>Agrupamento Vertical Vallis Longus</b>	<b>EB 2,3 Valongo</b>	<b>Rua das Pereiras 4440-504 Valongo</b>	<b>22 4219470</b>	<b>22 4219479</b>
	JI/EB1 Calvário	Avenida 5 de Outubro 4440 Valongo	22 4229388	
	JI/EB1 Ilha	Rua da Passagem 4440 Valongo	22 4225835	
	JI/EB1 1.º Maio	Avenida 1.º Maio 4440 Valongo	22 4221328	
<b>Agrupamento de Escolas de Susão</b>	<b>JI/EB1 Susão</b>	<b>Rua Nova da Escola 4440-552 Valongo</b>	<b>22 4229382</b>	<b>22 4229384</b>
	JI/EB1 Boavista	Rua da Boavista 4440 Valongo	22 4220397	
	JI André Gaspar	Rua André Gaspar 4440 Valongo	22 4221338	


**ESCOLAS SECUNDÁRIAS DO CONCELHO DE VALONGO**

<b>ESCOLAS</b>	<b>MORADA</b>		
Secundária com 3.º ciclo do Ensino Básico de Alfena	Rua da Escola Secundária – Apartado 3040 4446-908 Alfena	22 9698860	22 9670783
Secundária com 3.º ciclo do Ensino Básico de Ermesinde	Rua D. António Ferreira Gomes 4445-398 Ermesinde	22 9783710	22 9723040
Secundária com 3.º ciclo do Ensino Básico de Valongo	Rua Visconde Oliveira do Paço 4440-708 Valongo	22 4221426	22 4223601


**ESCOLAS PROFISSIONAIS DO CONCELHO DE VALONGO**

<b>ESCOLAS</b>	<b>MORADA</b>		
ESCOLA PROFISSIONAL DE VALONGO -Profival	Rua de Campelo Apartado 26 4444-909 Sobrado VLG	22 4151845	22 4151848


**OUTROS SERVIÇOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

<b>NOME</b>	<b>MORADA</b>	
Equipa de Coordenação de Apoios Educativos de Valongo – ECAE	Escola E.B. 2,3 Padre Américo Travessa Padre Américo 4440-201 Campo VLG	22 4219532
Centro de Formação das Escolas do Concelho de Valongo	Escola E.B. 2,3 S. Lourenço Rua das Escolas da Costa 4445-420 Ermesinde	22 9750511
Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Valongo	Rua Visconde Oliveira do Paço 4440-708 Valongo	22 9673142
Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente de Valongo	Edifício DEASD/Telecentro Av. 5 de Outubro, 360 4440-503 Valongo	22 4220044


**SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS DA ÁREA DA SAÚDE**

<b>NOME</b>	<b>MORADA</b>	
Centro de Saúde de Valongo e Ermesinde	Rua da Misericórdia 4440-563 Valongo	22 4220363
Unidade de Ermesinde	Rua Egas Moniz 4445-401 Ermesinde	22 9732057
Extensão de Alfena	Rua Igreja 4445-127 Alfena	22 9673349
Extensão de Campo	Rua Central Campo 4440 Campo	22 4225478
Extensão de Sobrado	Rua São João de Sobrado, s/n 4440 Sobrado VLG	22 4119970
Hospital Nossa Senhora da Conceição de Valongo	Rua da Misericórdia 4440-563 Valongo	22 4220019
Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP)	Rua da Misericórdia 4440-563 Valongo	22 4220363
CAT de Gondomar	Rua Caminho Pevidal, r/c s/n 4420 S. Cosme Gondomar	22 4664360


**SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS DA ÁREA DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

<b>NOME</b>	<b>MORADA</b>	
ADICE - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde	Rua Miguel Bombarda, 440 4445-509 Ermesinde	22 9715151
CENFIM – Centro de Formação Profissional de Indústria Metalúrgica e Metalomecânica	Rua N.ª S.ª Mão Poderosa-Formiga 4445-522 Ermesinde	22 9783170
Centro de Formação do Centro Social de Ermesinde	Centro Social de Ermesinde Largo António Silva, 92 4445 Ermesinde	22 9758774
Clube de Emprego	Centro Social de Ermesinde Largo António Silva, 92 4445 Ermesinde	22 9758774
Clube de Emprego e Formação	Agência para Vida Local Rua Fábrica da Cerâmica 4445 Ermesinde	22 9731585
DIAMART – Formação Profissional e Produção Audiovisual, LDA	Rua Fontes Pereira de Melo, 20 4445 Ermesinde	22 9712677
FUTURBRAIN -	Rua Joaquim Lagoa, 30 4445-482 Ermesinde	22 9753836
IEFP - Centro de Emprego de Valongo	Rua Conde Ferreira, 256 4440-544 Valongo	22 4219230
INTELCOM – Informática, Formação e Serviços, LDA	Centro Comercial Vallis Center Rua da Passagem 4440-565 Valongo	22 4226788
MULTIFORMACTIVA	Centro Comercial Vallis Center Rua da Passagem, 440 Loja 27/40/45 4440-565 Valongo	22 4228852
PROFIVAL – Escola Profissional de Valongo	Rua de Campelo 4440-708 Sobrado VLG	22 4221426
SINGESCO	Rua Conde Ferreira, 701 – 1º 4440-544 Valongo	22 4223286
UNIVA	ADICE Edifício DEASD/Telecentro Av. 5 de Outubro,360 4440 Valongo	22 4219570
TELECENTRO		22 4219570
C.R.V.C.C.		22 4220044

### OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

NOME	MORADA	
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valongo	Av. 5 de Outubro, 360 4440-503 Valongo	22 4219210
GNR – Posto de Alfena	Rua da Funda 4445-120 Alfena	22 9686211
GNR – Posto de Campo	Rua Escola da Igreja 4440-050 Campo	22 4110531
Instituto de Reinserção Social - Gondomar	Rua Nossa Senhora de Fátima, 14 4420-214 Gondomar	22 4634733/34
Junta de Freguesia de Alfena	Rua S. Vicente 4445-210 Alfena	22 9681252 22 9672650
Junta de Freguesia de Campo	Rua Moirais 4440-131 Campo VLG	22 4110471
Junta de Freguesia de Ermesinde	Travessa Dr. Luís Ramos, 50 4445-410 Ermesinde	22 9737973
Junta de Freguesia de Sobrado	Rua São João de Sobrado 2251 4440-339 Sobrado VLG	22 4111223
Junta de Freguesia de Valongo	Largo Centenário 4440-508 Valongo	22 4220271
PSP - Ermesinde	Rua da Cancela 157 4445-369 Ermesinde	22 9748881
PSP - Valongo	Rua Joaquim Marques dos Santos, s/n 4440 Valongo	22 4221795
Segurança Social Serviço Local de Valongo	Rotunda 1º de Maio, 160 – 1º andar 4440 Valongo	22 4219060/1/2/3
Tribunal Judicial da Comarca de Valongo	Rua Conde Ferreira, 290 4440-544 Valongo	22 4224309

**SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**

<b>NOME</b>	<b>MORADA</b>	
Adolescer	Av. 5 de Outubro, 360 4440-503 Valongo	224219210
Agência para a Vida Local	Fórum Cultural de Ermesinde R. Fábrica da Cerâmica 4445 Ermesinde	229731585
Arquivo Histórico	Rua S. Mamede 4440 Valongo	224219400
Biblioteca Municipal	Avenida do Conhecimento 4440 Valongo	224210621
Centro Cultural de Alfena	Rua de S. Vicente 4445 Alfena	229684545
Centro Cultural de Campo	Travessa S. Domingos 4440 Campo VLG	224210431
Centro Cultural de Sobrado	Rua de Campêlo, 340 4440 Sobrado VLG	224152070
Departamento de Educação, Acção Social e Desporto	Av. 5 de Outubro, 360 4440 Valongo	224219210
Fórum Cultural de Ermesinde	R. Fábrica da Cerâmica 4445 Ermesinde	229783320
Forum Vallis Longus	Av. 5 de Outubro 4440 Valongo	224222367
Museu da Lousa	Trav. São Domingos 4440 Campo VLG	224211565
Museu Municipal	Rua de S. Mamede 4440 Valongo	224219400
Pavilhão Municipal de Ermesinde	Av. João de Deus 4445 Ermesinde	229718662
Pavilhão Municipal de Valongo	Av. dos Desportos 4440 Valongo	224220569
Piscina Municipal de Alfena	Rua Escolas de Cabeda 4445 Alfena	229687711
Piscina Municipal de Campo	Rua Padre Américo 4440 Campo VLG	224220581
Piscina Municipal de Ermesinde	Rua do Carvalhal 4445 Ermesinde	229721275
Piscina Municipal de Sobrado	Rua dos Desportos 4440 Sobrado VLG	224155163
Posto de Turismo	Av. Emídio Navarro 4440 Valongo	224220903
Vila Beatriz – Biblioteca e Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	Rua José Joaquim Ribeiro Teles, 734 4445-485 Ermesinde	229774440

<b>Telefone geral da CMV:</b>	22 422 79 00
<b>Linha Verde do Município:</b>	800 23 20 01
<b>Correio Electrónico:</b>	presidencia@cmvalongo.net
<b>FAX geral da CMV:</b>	22 422 61 30
<b>Endereço:</b>	Avenida 5 de Outubro 4440 Valongo
<b>Internet:</b>	www.cmvalongo.net

**Gabinete da Rede Social:**

Av. 5 de Outubro, 360  
4440-503 Valongo  
Telefone: 22 421 9210  
Fax: 22 421 9218  
E-mail: jmendes@cmvalongo.net

**SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA CRIANÇAS E JOVENS**

Primeira e Segunda Infância	Ama	Creche Familiar	Creche	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	
	Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.	É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, por instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.	Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.	É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.(Tutela conjunta do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e o Ministério da Educação)	
Actividades de Tempos Livres	Centro de Actividades de Tempos Livres				
	Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multiactividades (onde se enquadram os clássicos centros de <b>ATL</b> ).				
Crianças e Jovens em Situação de Risco	Lar de Crianças e Jovens	Centro de Acolhimento Temporário - CAT	Unidade de Emergência	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Adopção
	Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças / jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança / jovem	Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento	Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.	Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-terapêutico a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população alvo.	Resposta socio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptando.

**SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

<b>Pessoas com deficiência em geral</b>	<b>Centro de Paralisia Cerebral</b>	<b>Apoio em Regime Ambulatório</b>	<b>Centro de Produção de Material</b>	<b>Transporte de Pessoas com Deficiência</b>
	Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias, nomeadamente, através das seguintes respostas sociais: Intervenção Precoce, Adopção, Consultas de Avaliação e Orientação, Programas Integrados de Promoção Social e de natureza Terapêutica dirigidas a crianças, a jovens e a famílias.	Resposta inserida no âmbito do apoio a pessoas com deficiência neuro-motora e / ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas, com regularidade variável, definida consoante as necessidades da criança / jovem / adulto / família, nos centros especializados ou nos locais de vida daqueles	Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que se destina a conceber, produzir, adaptar e testar material lúdico, didáctico e cultural, utilizado como suporte das actividades de natureza sócio-educativa, cultural e recreativa.	Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência
<b>Crianças e Jovens com Deficiência</b>	<b>Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família</b>	<b>Intervenção Precoce</b>	<b>Centro de Apoio Sócio-Educativo</b>	<b>Lar de Apoio</b>
	Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias.	Resposta destinada a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e que consiste numa medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social.;	Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico.	Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual.



**SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CONT.)**

	<b>Centro de Actividades Ocupacionais - CAO</b>	<b>Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira</b>	<b>Lar Residencial</b>	<b>Serviço de Apoio Domiciliário</b>	<b>Acolhimento Familiar</b>	<b>Centro de Atendimento / Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência</b>
<b>População Adulta com Deficiência</b>	Estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos a partir dos 16 anos com deficiência grave e profunda,	Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social.	Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.	Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.	Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas com deficiência a partir da idade adulta	Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.

**SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA IDOSOS**

<b>Centro de Convívio</b>	<b>Centro de Dia</b>	<b>Lar para Idosos</b>	<b>Residência</b>	<b>Serviço de Apoio Domiciliário</b>	<b>Acolhimento Familiar</b>	<b>Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos</b>	<b>Centro de Noite</b>
Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.	Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.	Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.	Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.	Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e / ou as actividades da vida diária	Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verifiquem as seguintes situações: inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa idosa; ausência da respectiva família ou quando esta não reuna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.	Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente.	Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex: centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

## SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA FAMÍLIA E COMUNIDADE

Atendimento / Acompanhamento Social	Centro de Alojamento Temporário	Comunidade de Inserção	Centro Comunitário	Colónia de Férias	Refeitório/Cantina Social	Casa de Abrigo	Ajuda Alimentar a Carenciados
Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias em dificuldade, na prevenção e / ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico / utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.	Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador.	Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de marginalização (nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras)	Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido	É uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade	Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em <i>ateliers</i>	Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais	Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

**SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA TOXICODEPENDENTES**

<b>Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua</b>	<b>Apartamento de Reinserção Social</b>
Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicodependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento.	Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimento da área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional.

**SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA PESSOAS INFECTADAS PELO VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS**

<b>Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial</b>	<b>Serviço de Apoio Domiciliário</b>	<b>Residência</b>
Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.	Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA que, por motivo de doença, não possam assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária	Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico

### SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL OU PSIQUIÁTRICO

<b>Fórum Sócio-Ocupacional</b>	<b>Unidade de Vida Apoiada - UVAP</b>	<b>Unidade de Vida Protegida - UPRO</b>	<b>Unidade de Vida Autónoma - UVAU</b>
Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido	Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.	Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses).	Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

### SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

<b>Apoio Domiciliário Integrado - ADI</b>	<b>Unidade de Apoio Integrado - UAI</b>
É um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspectiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados	É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

## GLOSSÁRIO

---

**Ameaças** - situações ou factores que possam condicionar a resolução dos problemas ou até agravá-los, sobre as quais dificilmente conseguimos agir

**Forças** - recursos e capacidades endógenas disponíveis, que podem ser utilizados na resolução dos problemas/fraquezas locais

**Fraquezas** – problemas concelhios identificados

**Oportunidades** - factores e recursos que poderão ser activados e que possam contribuir, de forma positiva, para a resolução dos problemas

**Alojamento familiar** – Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família:

- **Barraca:** construção independente, feita geralmente com vários materiais velhos e usados e/ou materiais locais grosseiros, sem plano determinado e que estava habitada no momento censitário.
- **Clássico:** divisão ou conjunto de divisões e seu anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins.
- **Outros:** local que, sem qualquer intervenção directa do homem no sentido de o adaptar funcionalmente para a habitação, estava a ser utilizado como alojamento de um ou mais indivíduos, no momento censitário (ex: grutas, vãos de escada, etc.).

**Centro de Saúde** – Estabelecimento de saúde oficial, integrado, polivalente e dinâmico, prestador de cuidados de saúde primários, que visa a promoção e a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo-se globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de serviço de internamento.

**Colocações** - Ofertas de emprego satisfeitas com candidatos apresentados pelo Centro de Emprego.

**Conselho Local de Acção Social (CLAS)** – Estrutura organizativa que materializa a REDE SOCIAL e que funciona, a nível concelhio, como uma plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social. É composto pela Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, organismos da administração pública central implantados na área e entidades particulares sem fins lucrativos.

**Deficiência** – Perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica (apenas foi considerada a deficiência permanente).

**Densidade populacional** – Intensidade do povoamento, expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

**Desempregado à procura de novo emprego** – Indivíduo que já trabalhou ou que já teve um emprego e que, no momento censitário, estava à procura de um emprego.

**Desempregado à procura do primeiro emprego** – Indivíduo que nunca teve emprego e que estava à procura de um emprego.

**Desempregado em sentido lato** – Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, se encontrava, simultaneamente, nas situações seguintes:

- sem trabalho, ou seja, sem emprego, remunerado ou não;
- disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.

**Desempregado em sentido restrito** – Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, se encontrava, simultaneamente, nas situações seguintes:

- sem trabalho, ou seja, sem emprego, remunerado ou não;
- disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não;
- à procura de trabalho, ou seja, tendo realizado diligências para encontrar um emprego, remunerado ou não, nos últimos 30 dias.

**Desenvolvimento Organizacional** – Conjunto de actividades conducentes à adopção de procedimentos organizacionais de qualidade, bem como ao desenvolvimento da própria capacidade para a organização de auto-desenvolver.

**Desenvolvimento Social** – De acordo com a Cimeira de Copenhaga, realizada em 1995, a noção de desenvolvimento social apresenta-se como uma componente do desenvolvimento sustentável, a par com a noção de desenvolvimento económico e com a de protecção ambiental. Trata-se de uma perspectiva sobre o desenvolvimento que dá particular ênfase às necessidades dos indivíduos, das famílias e das suas comunidades, assentando em três pressupostos básicos: o direito ao emprego, a erradicação da pobreza e a promoção da integração social.



**Edifício** – Construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços.

**Estado Civil** – Situação real em que o indivíduo vive em termos de relacionamento conjugal (situação “de facto”) e perante o registo civil (situação “de direito”). Sempre que a situação “de facto” e a “de direito” não coincidissem, prevalecia a primeira.

**Família Clássica** – Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. Os empregados domésticos residentes no alojamento onde prestavam serviço são integrados na respectiva família.

**Indicador *per Capita* do Poder de Compra (IpC)**– número índice que compara o poder de compra manifestado nos diferentes Concelhos e Regiões, em termos *Per Capita*, com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100.

**Índice de envelhecimento** - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idade superior a 65 anos e o número de pessoas com idade inferior a 15 anos; traduz o número pessoas com idade superior a 65 anos por cada 100 com idade inferior a 15 anos.

**Índice de rejuvenescimento da população activa** - Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos; traduz o número de pessoas com idade entre os 20-29 anos por cada 100 pessoas com idade entre 55-64 anos.

**Índice de sustentabilidade potencial** - Relação entre a população em idade activa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com idade superior a 65 anos; traduz o número de pessoas em idade activa (15-64 anos) por cada idoso (+65 anos).

**Indivíduo com actividade económica** – Indivíduo, com idade mínima de 15 anos, que se encontrava, na semana de referência, numa das seguintes situações:

- a exercer uma profissão ou a cumprir o serviço militar obrigatório;
- sem emprego e disponível para trabalhar num emprego remunerado ou não (desemprego em sentido lato).

**Matriz SWOT** – A análise S.W.O.T. (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) é uma técnica de planeamento e gestão aplicada á análise de territórios no sentido de facilitar o conhecimento do ambiente sobre o qual se vai planear. Contribui para a organização do diagnóstico, antecipando alguns factores que poderão ser condicionantes da situação social no concelho.

**Modelo Eisenhower** – Modelo de estratégia militar popularizada pelo general Dwight. Eisenhower, adaptado ao planeamento estratégico territorial que permite a definição de prioridades de intervenção com base nos graus de urgência e importância consensualizados pelos parceiros.

**Nível de instrução** – Grau de ensino mais elevado atingido pelo recenseado, completo ou incompleto.

**Nuvem de problemas** – Técnica de visualização utilizada para a realização de diagnósticos participados que facilita a obtenção de visões partilhadas e a delimitação de grandes áreas de problemas.

**Ofertas de emprego** - Empregos disponíveis comunicados pelas entidades empregadoras ao Centro de Emprego.

**Paisagem organizacional** – Conjunto de organizações que operam em determinado território; cenário no qual se estabelecem as relações estratégicas entre as organizações.

**Parceria** – Dinâmica de funcionamento e intervenção, cooperativa e a negociada, entre entidades públicas e privadas e outros actores locais, com o objectivo de potenciar o desenvolvimento local. Esta forma de funcionamento permite uma racionalização participada da acção, reduzindo custos e riscos e promovendo trocas de experiências, de conhecimento e de saberes. A tomada de decisão é assumida como um compromisso colectivo.

**Pedidos de emprego** - Total de pessoas inscritas no Centro de Emprego para obter um emprego por conta de outrem

**Percentagem do Poder de Compra (PPC)** - é um indicador, inferido do Indicador *per Capita* do poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada Concelho e região no total do país que toma o valor 100.

**Planeamento Estratégico (*aplicado à intervenção social*)** – O Planeamento pode entender-se como um procedimento racional, que traduz a articulação e integração de decisões e através do qual se formalizam compromissos e estratégias de mudança (social e territorial). Traduz uma forma participada de pensar, agir e decidir sobre o futuro desejável.

**Plano de Desenvolvimento Social** – Realizado em consonância com o Diagnóstico Social, nele se definem os objectivos e as estratégias, capazes de responder às necessidades e aos problemas prioritários detectados, individuais e colectivos. O PDS é o instrumento no qual se concebe e desenvolve o quadro estratégico de intervenção do desenvolvimento social concelhio. É um instrumento estruturante de deliberação, de estabelecimento de compromissos e de decisão, onde se inscreve um projecto comum de mudança.

**População Activa** – Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se como fazendo parte da população activa os seguintes subconjuntos de indivíduos:

- População empregada;
- População desempregada à procura de novo emprego;
- População desempregada à procura do primeiro emprego.

**População Residente** – Indivíduos que, independentemente de no momento censitário – zero horas do dia 12 de Março de 2001 – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitavam a maior parte do ano com a família ou detinham a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

**Qualificação académica** – Nível de instrução completo mais elevado que o indivíduo atingiu no momento censitário.

**Rede Lucrativa** – Integra as respostas sociais de entidades privadas com fins lucrativos.

**Rede Pública** – Integra os estabelecimentos de educação e as respostas sociais de entidades oficiais, que funcionam na dependência da administração pública, central e local.

**Rede Solidária** – Integra as respostas sociais que funcionam na dependência de Instituições Particulares de Solidariedade Social ou equiparadas.

**Relação de masculinidade** - Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 mulheres).

**Taxa de abandono escolar** – Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

**Taxa de actividade** – Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população. A fórmula utilizada é a seguinte:  $\text{População activa} / \text{Total da população} \times 100$

**Taxa de analfabetismo** – Esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário. Deste modo, a fórmula utilizada é a seguinte:

$\text{Pop. com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever} / \text{pop. com 10 ou mais anos} \times 100$

**Taxa de desemprego** – a taxa de desemprego foi utilizada tomando como referência o desemprego em sentido lato, de acordo com a fórmula seguinte:  $\text{Pop. Desempregada} / \text{Pop. Activa} \times 100$ .

Esta taxa também pode ser utilizada em sentido restrito, retirando da população desempregada e activa os desempregados só em sentido lato.

**Taxa de mortalidade** – N.º de óbitos ocorridos durante o ano, referido à população residente média desse ano (n.º de óbitos por 1000 habitantes).

**Taxa de natalidade** – N.º de nados-vivos ocorridos durante o ano, referido à população residente média desse ano (n.º de nados-vivos por 1000 habitantes).

**Taxa de retenção no Ensino Básico** – percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico, em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

**Taxa de saída antecipada** – Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

**Taxa de saída precoce** – Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

**Workshop** – Encontro organizado com a participação de vários agentes locais do Concelho, com o objectivo de proceder a um diagnóstico participado dos problemas concelhios.

## BIBLIOGRAFIA

---

ANTUNES, A., Cavalcanti, T. (2004). *Accounting for the hidden economy: barriers to legality and legal failures*. Edição: Banco de Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (2004). *Plano de Desenvolvimento Social*

CÂMARA MUNICIPAL DE FAMALICÃO (2004). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila Nova de Famalicão*

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR, Gabinete da Rede Social, (2005). *Diagnóstico Social do Concelho de Gondomar*

DIRECÇÃO GERAL DE SAÚDE (2004). *Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose. Ponto da Situação Epidemiológica e de Desempenho - Ano 2003*

*II Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2003-2006*. Acedido em: 22/11/2004 em [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL.(2005). *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*.

INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL - Departamento de Planeamento e Sistemas de Informação (2004). *Taxas de Cobertura 2004*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993). *CENSOS 1991 – Resultados Definitivos*. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002). *CENSOS 2001 – Resultados Definitivos*. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2003). *Anuário Estatístico da Região Norte 2002*. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004). *Portugal Social 1991-2001*. INE. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004). *Retrato da Área Metropolitana do Porto*. INE. Porto.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E MCKINSEY & COMPANY (2003). *Portugal 2010: Acelerar o crescimento da produtividade em Portugal*

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004-2010: Orientações Estratégicas*.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA (2004). *Guião Prático para a Implementação da Rede Social*. Instituto da Segurança Social, I.P.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO - Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (2003). *Carta Social, Rede de Serviços e Equipamentos*

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2003). *Plano Nacional de Emprego 2003-2006*.

MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO - Gabinete de Estratégia e Estudos (2004). *Barómetro da Produtividade*.

NÚCLEO DA REDE SOCIAL (2001). *Programa Rede Social*. Instituto para o Desenvolvimento (IDS)/Ministério do Trabalho e Solidariedade.

NÚCLEO DA REDE SOCIAL (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS)/Ministério do Trabalho e Solidariedade.

PACHECO, Helder (1986). *O Grande Porto*. Editorial Presença. Lisboa.



PINTO, G. e Dimas, C. (2004) *Responsabilidade Social das Empresas: Estado de Arte em Portugal – 2004*. CECO.A. Lisboa.

SCHIEFER, U., Dobel, R. (2001). *MAPA-PROJECT. A Practical Guide to Integrated Project Planning and Evaluation*. Budapest. OSI-IEP.

### **SITES CONSULTADOS:**

INFOLINE – [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

[www.apav.pt](http://www.apav.pt)

[www.apf.pt](http://www.apf.pt)

[www.arvoredeproblemas.com](http://www.arvoredeproblemas.com)

[www.cidm.pt](http://www.cidm.pt)

[www.dgsaude.pt](http://www.dgsaude.pt)

[www.dgv.pt](http://www.dgv.pt)

[www.dren.min-edu.pt](http://www.dren.min-edu.pt)

[www.gnr.pt](http://www.gnr.pt)

[www.iefp.pt](http://www.iefp.pt)

[www.min-edu.pt](http://www.min-edu.pt)

[www.poefds.pt](http://www.poefds.pt)

[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)

[www.prodep.min-edu.pt](http://www.prodep.min-edu.pt)

[www.psp.pt](http://www.psp.pt)